
conjuntura brasileira

ano 1 - numero 6 - jul./agost. 1975 - 6 ff

INDICE



luta dos presos	pags. 2 a 4
anistia	pags. 5 a 6
noticias diversas	pags. 7 a 13
cultura censura	pags. 14 a 17
acordo nuclear	pags. 18 a 19
economia	pags. 20 a 29
politica nacional	pags. 30 a 42

publicações consultadas para este número

jornal o estado de são paulo	revista exame
jornal do brasil	revista banas
jornal o globo	revista indústria e desenvolvimento
jornais argentinos	revista conjuntura economica
revista veja	revista dirigente industrial
revista visão	revista dirigente rural

ASSINATURAS - 6 meses : U\$ 6
- 1 ano : U\$ 12
DE APOIO - 6 meses : U\$ 10
- 1 ano : U\$ 20

ENDEREÇO : conjuntura brasileira
c/o Michel THERY
29, rue Meslay
Paris 75003 - France

CB é vendido em Paris : Libr. Portugaise - 33, rue Gay Lussac - 5ème
Libr. Joie de Lire - rue St. Séverin - 5ème
em Portugal : Livr. Opinião - rua Nova Trindade, 24/Lisboa
Assírio & Alvin - Passos Manuel, 67 /Lisboa
na Suíça : Libr. Que Faire - 1, Place des Grottes/Genev

40 P 8821

GREVE DE FOME dos presos de Itamaracá

Ilmo. Sr. Diretor da Penitenciária Professor Barreto Campelo,

Os presos políticos recolhidos à Penitenciária Barreto Campelo, comunicamos a V. Sa. que a partir de hoje, 5 de julho de 1975, entraremos em regime de greve de fome por tempo indeterminado. As razões pelas quais somos levados à adoção de tão extrema medida podem ser alinhadas sinteticamente no seguinte arrazoado:

Aproximadamente no início da atual gestão do governo estadual de Pernambuco, apresentamos diante das autoridades competentes na esfera desse governo, um quadro caracterizador da nossa situação carcerária. Os problemas então levantados começavam na precariedade crônica da alimentação que nos é fornecida desde chegamos nesta Penitenciária - alimentação cuja substância básica é a comida de milho nas refeições da manhã e da noite, acrescendo-se um almoço somente tragavel pelo complemento de verduras a ele adicionado com recursos nossos -, passavam pelas condições exíguas do espaço destinado a nossa locomoção e se desdobravam em toda sorte de dificuldades, dentre as quais as quais vale destacar as concernentes às condições severas que cercam o recebimento de nossas visitas e aquelas relativas à saúde ou a um atendimento médico realmente eficaz.

O relato assim resumido estendeu-se à Auditoria da 7a. CJM, ao Ministério da Justiça, chegou ao conhecimento de parlamentares da Assembleia Estadual e da Câmara Federal, tendo sido mencionado inclusive na páginas de jornais em circulação no país. A partir daí e da receptividade obtida no interior dos próprios organismos oficiais - desde a Direção da Penitenciária até à Secretaria de Justiça do Estado - acreditávamos tudo caminhasse finalmente para uma definitiva normalização. De um lado, o atual Secretário de Justiça se pronunciava pelo empenho no sentido de atacar os problemas mais importantes e de manter conosco um relacionamento em cuja tônica estivesse o respeito mútuo. De outro, a Direção da Penitenciária afirmava repetidas vezes ser a nossa uma situação definida nos planos político e ideológico, não havendo de sua parte nenhuma disposição de acionar mecanismos porventura restritivos, além daqueles já configurados no fato de estarmos presos e condenados a longuíssimas penas.

Não poderia, portanto, ser maior a nossa surpresa, quando na manhã do último dia 2, nos deparamos com uma medida de transferência definitiva para o Batalhão de Cavalaria Dias Cardoso dos companheiros MARCELO MARIO DE MELO e LUCIANO DE ALMEIDA. Sem ter sido, por acaso, pretendida pelos dois companheiros atingidos, encaminhada sem qualquer explicação prévia, semelhante providência só pode ser vista como o início de um processo punitivo, extensivo, presumivelmente, a

Luciano por ter sido ele o representante legal dos presos políticos junto às autoridades penitenciárias em todas as demarches reivindicatórias referidas linhas acima, e a Marcelo por razões que não chegamos sequer a presumir. O caráter desumano da inesperada transferência, ressalta no fato de se condenar a viver num quartel, pessoas cujas penas são elevadíssimas (60 e 17 anos) e as condições de vida aí existentes são inclusive conhecidas por grande parte dos que aqui se encontram (as dificuldades vão desde a realização de um simples banho de sol até ao exercício mínimo de diferentes atividades necessárias ao equilíbrio psíquico de quem está preso, sem falar no torturante isolamento a que se fica confinado). Além disso, da incontida indignação diante da injusta sorte destinada aos companheiros, passamos a um clima marcado pela extrema insegurança quanto à própria sorte reservada a cada um de nós: A qualquer momento poderíamos ser atingidos por medida idêntica. A repressão que só veio a aumentar na medida em que se verifica no âmbito da Penitenciária um conjunto de determinações aparentemente ligadas ao atendimento de reivindicações feitas no sentido de aumentar nosso espaço de locomoção. Embora se trate ainda de uma hipótese, a forma como estão sendo encaminhadas tais medidas - sem quaisquer esclarecimentos a respeito de sua posterior aplicação - e principalmente a exclusão prévia dos aludidos companheiros são fortes indícios de que ao invés do atendimento de uma de nossas reivindicações mais sentidas, vamos ser submetidos a um processo de divisão entre nós, tão injustificável quanto inaceitável. Injustificável porque desatenta a uma tradição que nos mantém juntos no correr dos últimos cinco anos, sem que um problema de qualquer ordem tenha decorrido do fato incongruente também porque ocorre no momento mesmo em que nacionalmente se encaminha uma política orientada para a manutenção dos presos políticos num único local, em Estados onde outrora se achavam espalhados por diferentes presídios (é o caso de São Paulo e mais recentemente da Guanabara). Inaceitável porque faz emergir consequências que impossibilitam o mínimo da tranquilidade de que aqui necessitamos (os nocivos efeitos de uma vida na prisão são inversamente proporcionais às possibilidades de ajuda mútua disponíveis entre os que estão presos).

A situação assim não poderia ser mais grave. O que se coloca diante de nós é a aceitação de uma existência vegetativa, fragmentada, marcada pela humilhação de ter aceito passivamente o sacrifício de companheiros que outra coisa não fizeram senão batalhar conosco por melhores condições carcerárias. O retorno desses companheiros ao nosso convívio e a certeza de que não se planeja outra forma qualquer de divisão, são condições decisivas para a cessação da iniciativa que ora empreendemos. Ao assumi-la, temos consciência do que estamos pondo em risco. Não nos restou contudo nenhuma outra alternativa. Entre o deffinamento físico e o deffinamento moral implicado na aceitação de medidas, cujos únicos objetivos presumíveis configuram o desejo de reprimir, destruir, dominar, não há margem de escolha. Vai caber às autoridades Penitenciárias e a todas quantas estejam ligadas de alguma forma à condução de nossa vida carcerária, não só a responsabilidade por tudo que nos possa ocorrer, como também a capacidade de decidir sobre a conveniência de nos ver consumirmos fisicamente, num processo de imprevisíveis consequências.

Enfatizamos, por último, a certeza de que não nos move nenhum outro motivo além dos aqui mencionados. A crença de estar ainda no diálogo, assim nos sejam dadas condições de promovê-lo, o leito natural onde se possam dirimir todas as áreas de conflito, e a esperança de que ele termine afinal por prevalecer, no encontrar das soluções possíveis para o impasse atual nas nossas vidas.

Itamaracá, 5 de julho de 1975.

manifesto dos presos transferidos

Exmo. Sr. Juiz Auditor da 7a. Circunscrição Militar.

Exmo. Sr. Secretario do Interior e Justiça do Estado de Pernambuco.

Decorridos 12 dias de nossa surpreendente transferência da Penitenciária Professor Barreto Campelo onde nos encontravamos cumprindo penas, levamos à consideração de V. Exa. os aspectos que constituem a nossa maneira de encarar a situação em que vivemos.

1- Observando a maneira como fomos transferidos - de forma abrupta, sem que tivéssemos solicitado e para um local onde o retrocesso se apresenta como o resultado mais insofismável e mais puro - verifica-se uma mudança para pior na tradição que, em Pernambuco, desde 1964 vinha caracterizando a política de transferência de presos políticos. As transferências havidas desde então, tinham a característica de representar um atendimento a pedidos dos próprios transferidos, o que deixa implícito expressarem também uma melhora nas condições carcerárias, por um ou outro motivo de elevada importância para o preso.

2- (...)

3- A situação em que fomos colocados com o ato de transferência, pelos seus resultados amesquinhadores da nossa sobrevivência na prisão, configura uma inegável e excessivamente drástica medida de punição. Perguntamos, então, quais os seus fundamentos legais, quando é sabido que possuímos bom comportamento carcerário, nunca houve sequer uma simples reclamação contra nós, por parte da Diretoria da Penitenciária, não tivemos nenhum problema com nenhum preso, guarda ou funcionário do Sistema Penitenciário. (...)

4- (...) Resta apenas o fato óbvio de sermos condenados e presos com base na Lei de Segurança Nacional. Mas as medidas de segurança que daí derivam, segundo as determinações vigentes no país, vinham sendo aplicadas durante todo o período em que estivemos presos na penitenciária, e esta é, como a nossa, a situação dos outros 23 presos políticos que existem na P.P.B.C., não se encontrando fundamentos também aí, para a enigmática situação em que fomos atirados.

5- (...) A estas alturas, perguntamos se não nos encontramos diante de um processo de alcance mais amplo, onde a nossa transferência significaria apenas um passo inicial, seguidos de outros que compreenderiam mais transferências e/ou a aplicação de medidas de restrição na vida carcerária dos presos políticos. (...)

Como elementos negativos a se somarem à pressão das nossas carencias essenciais na Penitenciária, ainda sem solução, desde março do corrente ano passamos a nos defrontar com outros sérios problemas. Um deles, constituídos pela censura que passou a pesar sobre nós com a atitude da Direção da Penitenciária, proibindo-nos o acesso a livros vendidos legalmente no país, figurando entre eles inclusive o Romance de Morris West, "O Arlequim". Sobre esta questão nos dirigimos à Secretaria do Interior e Justiça e à Auditoria, e enquanto esperávamos um pronunciamento, nossos livros continuavam, como continuam, sendo retidos. A recusa em nos conceder audiências, mesmo quando elas, em várias oportunidades, foram marcadas pela própria direção vinha se constituindo noutro ponto de impasse. Também caracterizam um tipo de relacionamento naturalmente intranquilizador atitudes como a assumida em relação à nossa visita de S. João, quando, depois de nos ter sido comunicado dia e hora, e depois de termos transmitido aos nossos familiares, houve uma modificação num momento em que não podíamos mais entrar em contato com eles para atualizá-los, fato que gerou um clima de tensão somente superado no momento final, quando a direção resolveu manter aproximativamente a programação anterior.

6- (...)

Possivelmente será esta a última oportunidade em que nos dirigimos às autoridades responsáveis pelas nossas vidas e a preservação dos nossos direitos de preso. Desde a manhã do dia três (3) do corrente e há doze (12) dias completos alimentamo-nos apenas de água, certamente não teremos mais forças para materializar novos esforços semelhantes.

Além de argumentar em pró da normalização da nossa vida carcerária vivendo uma situação traumatizante e asfíxiante como a atual, sem dúvida a única a envolver presos políticos em todo país. Recorremos ao único direito que nos resta e não nos pode ser retirado: o de rejeitar a passagem deplorável à condição vegetativa, o de recorrer à caricatura de uma vida que se nos impõe.

Com a seriedade e a franqueza dos que amam a integridade da vida e não estão brincando com a morte, que contemplam como uma de suas alternativas, subscrevemo-nos atenciosamente.

Batalhão Dias Cardos, Recife, 14 de julho de 1975

Luciano de Almeida
Marcelo Mario de Melo

presos protestam contra punições

Ilmo. Sr. Diretor da Penitenciária Professor Barreto Campelo

Os presos políticos recolhidos nesta Penitenciária, solicitamos de V. Sa. sua atenção para o que se segue:

Já no início desta semana, quando comunicávamos em documento às autoridades ligadas de alguma forma à condução de nossa vida carcerária, o encerramento do regime de greve de fome a que aderimos no período de 05 a 17 do mes em curso, solicitávamos especial atenção para alguns fatos que estranhávamos estivessem ocorrendo no que presumíamos fosse um retorno à normalidade

Até então nos encontrávamos praticamente semi-confinados, sem acesso ao pátio onde exercemos parte de nossas atividades de recreio e de trabalho, com dificuldades de toda ordem no tocante à comunicação com as sucessivas guardas de serviço no Pavilhão onde estamos alojados, com a alimentação, provinda de recursos nossos, retida pela Administração da Penitenciária, o mesmo ocorrendo com todo o material a nós destinado e porventura entregues à Direção no período já referido (cartas, jornais, revistas, etc.). Estranhávamos, àquela altura, os fatos e solicitações que nos pussem termo ao que só poderia ser um inesperado mal entendido (porque contrariava os pronunciamentos de todas as autoridades com quem havíamos estado na semana passada, enfáticos, todos eles, na afirmação de que tudo voltaria ao normal assim que cessasse o regime de greve). Infelizmente, o transcorrer da semana veio mostrar não se tratar apenas disso. Embora nossa alimentação tenha sido liberada logo em seguida à entrega do documento, embora o acesso ao pátio se tenha dado (apenas para o banho de sol em horário drasticamente reduzido); somente na quinta-feira pudemos refazer o sistema de compras na cantina da Penitenciária, nossas cartas, jornais e revistas continuam inexplicavelmente retidos, fomos trancados mais cedo nas celas e assim impedidos de assistir os habituais programas de televisão, e finalmente chega ao nosso conhecimento os termos de uma nova portaria regularizando nossas saídas ao pátio: elas se darão das 08 horas da manhã e das 14:00 às 16:00 (ao invés das 6:30 às 10:30 e das 12:30 às 16:30 como estipulava a anterior, em vigência há mais de um ano) sendo ainda que o horário da tarde será reservado apenas às atividades artesanais. Não há mais dúvida. Estamos sendo punidos apesar das afirmações feitas aos nossos familiares pelo Juiz Auditor da 7ª CJM frisando a precariedade de nossa situação e aludindo à necessidade premente de melhorá-la. Estamos sendo punidos, sem que nos sejam dadas as mínimas condições para que possamos contrapor, através do diálogo tantas vezes requerido, qualquer espécie de ponderação. (...)

Assim, não se vislumbram perspectivas de melhoras. Pelo contrário, aparentemente está em curso todo um processo de desgaste, a consumir pela tensão e apreensão resultante o conjunto de nossas energias psico-físicas. Desconsidera-se o fato de sermos maioria já com mais de três e até cinco anos cumpridos de prisão. E resultam infrutíferos nossos pedidos de audiência, ocasionando o acúmulo de velhos problemas (como os relativos às nossas visitas, mantidas ainda no sábado, sujeitas a rigorosas e vexatorias revistas, e embora concedidas agora no pátio, a concessão não implicou no acesso ao Pavilhão, o que ocasiona toda sorte de constrangimentos, desde a inexistência de banheiros no local até à ausência de maior comodidade para nossos familiares mais idosos; como o da censura, estrangulando há bastante tempo, desde o início da Administração atual, atingindo livros legalmente vendidos em todo o país, antes permitidos sem restrições, e ameaçando crescer ao atingir no momento periódicos como o Estado de São Paulo; como da alimentação, com a restrição agora de nossas atividades artesanais, ameaçada inclusive de não conter com a ajuda proveniente dos nossos recursos).

E, portanto, fundados em situação cuja gravidade não se pode negar, que nos dirigimos à Direção da Penitenciária, em particular, e às autoridades a que estamos vinculados de modo geral, no sentido de que reconsiderem as medidas de visível caráter punitivo aqui enumeradas, abrindo as portas para um efetivo diálogo onde os problemas todos possam ser atacados e de fato resolvidos.

Atenciosamente,

Itamaracá, 25 de julho de 1975

Presos Políticos de Itamaracá.

Liberação visita a Itamaracá

ESP-30/7/75

Das Sucursais

Pela primeira vez desde que os 23 presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá, iniciaram uma greve de fome, a 2 de julho, o advogado Paulo Henrique Maciel conseguiu ontem avistar-se com seu cliente, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, um dos líderes do movimento grevista.

O advogado conseguiu per-

missão para entrar no presídio, depois que o juiz auditor interior da 7ª Região Militar, Angelo Rattacazzo Filho, convocou no seu gabinete o diretor da penitenciária, capitão Humberto Veras, para esclarecer as seguidas negativas aos pedidos de visita do advogado. Veras informou ao auditor que desconhecia o problema e que a obstrução havia partido de um chefe de disciplina da penitenciária.

Julio Santana da Silva, co-

nhecido por "Chapéu de Couro", sendo o preso político mais antigo do Brasil — pois estava detido desde novembro de 1963, antes mesmo da Revolução de março — foi liberado ontem, depois de 11 anos e nove meses de prisão, aos 51 anos de idade.

"Chapéu de Couro", preso por agitação na Zona da Mata pernambucana, respondeu a seis processos, sendo-lhe imposta uma pena de 24 anos. No transcurso da pena, ele so-

freu dois enfartes, que o deixaram com um lado do corpo imobilizado. Há dois anos, Julio havia entrado com pedido de livramento condicional, agora atendido.

O Departamento de Polícia Federal de Brasília comunicou ontem à presidência do Superior Tribunal Militar que os advogados José Oscar Pelucio Pereira e seu irmão José Maria encontram-se detidos nas dependências do DOI/CODI do II Exército, em São Paulo.

denunciada contaminação de preso

ESP-6/6/75

Os advogados Osvaldo Mendonça e Amílcar Siqueira, que requereram à 1ª Auditoria do Exército a transferência de sete presos políticos da carceragem de Agua Santa, da Delegacia de Vigilância, denunciaram ontem que seus constituintes presos naquelas dependências desde o dia 2 de abril, precisam urgentemente de assistência médica, já que tiveram estreito contato com outro preso político, Jair da Silva Chagas, portador de tuberculose, que

conviveu com eles por mais de um mês até ser transferido para o sanatório do Bangú.

A preocupação dos advogados e familiares de presos políticos recolhidos à carceragem de Agua Santa é grande, já que a carceragem tem a função de recolher presos sujeitos a averiguações e que, dentro de prazos curtos, serão distribuídos pelos presídios para aguardar julgamento ou serem postos em liberdade. Há, no

entanto, casos de presos que já estão em Agua Santa há mais de dois meses, sem qualquer assistência e sem as mínimas condições de tratamento.

Ontem mesmo, o advogado Modesto da Silveira encaminhou à 2ª Auditoria da Aeronáutica um protesto contra a transferência de Francisco Chagas Monteiro, acusado de atividades subversivas, do DOPS para Agua Santa. Em sua petição, o advogado solicita a

transferência do preso para outra dependência carcerária, que lhe permita condições mínimas de vida, já que Agua Santa é comprovadamente um local inadequado para presos à disposição da Justiça Militar, como entendeu o juiz Alfredo Duque Guimarães, da 2ª Auditoria do Exército, que baseado em parecer do promotor Osvaldo Lima Rodrigues Filho, determinou a transferência, ainda não realizada, dos presos, José Sergio Vaz e Jefferson Santos do Nascimento.

ANISTIA manifesto da mulher brasileira

Nós, mulheres brasileiras, neste Ano Internacional da Mulher, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional.

Através da História, provamos o espírito solidário da mulher fortalecendo aspirações de amor e justiça.

Eis porque, neste Ano Internacional da Mulher, nós nos antepomos aos destinos da Nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz, se for concedida a anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção.

Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a idéia da necessidade imperiosa da anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a Unidade da Nação.

O Movimento Feminino pela Anistia, criado no Brasil, distribuiu este manifesto para coleta de assinaturas e imprimiu um cartaz, que é reproduzido por CB.

MANIFESTO ENTREGUE AO SENADO

ESP-15/3/75

O líder do MDB no Senado, Franco Montoro, leu, na noite de ontem, um apelo que lhe foi entregue por uma comissão de senhoras, contendo 12 mil assinaturas em favor da anistia aos que "foram atingidos por atos de exceção".

"Na forma do pedido que nos foi formulado — frisou — estamos encaminhando o documento ao ministro da Justiça para o exame do assunto e a adoção das medidas que forem de sua competência".

Após concluir sua breve oração, Franco Montoro alegou que "o respeito aos direitos de todos os homens, assim como o trabalho pela concórdia, a aproximação e a paz da família brasileira constituem compromisso de todos os democratas e exigência fundamental do bem-comum".

Em seu discurso de estréia, o deputado Otacilio Queiroz (MDB-PB) defendeu a anistia política como necessária para reincorporar em toda a plenitude de cidadãos brasileiros livres todos aqueles que, antes, sofreram punições muitas vezes injustas de um poder discricionário".

D. EVARISTO PEDE ANISTIA

ESP-6/9/75

Por sua vez, o cardeal Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, divulgou ontem a seguinte nota a propósito do Dia da Pátria:

"Momentos há em que a Pátria fala bem alto, e os filhos a escutam com sensibilidade renovada. O apelo da Pátria corresponde a sentimentos que são comuns a todos.

Neste ano de 1975, declarado para os católicos Ano Santo, seremos certamente mais sensíveis ao apelo da reconciliação e da fraternidade.

A Nação brasileira mereceu, por sua história pacífica, apreciação mundial de povo hospitaleiro e fraterno. É esta a nossa imagem verdadeira.

Em nome da Inveja, isto é, em nome dos católicos de São Paulo, renovamos hoje o nosso pedido de reconciliação ampla e anistia para todos os que lutam em posições diversas, amando no entanto a mesma Pátria.

Cristo veio não para ser servido, e sim para servir. Assim pois os brasileiros todos, que receberam desde o berço a mensagem deste Cristo, hão de criar sempre novos serviços à comunidade, para ajudarem a todos os homens, nascidos no Brasil ou vindos para cá, a assumirem em comum, conosco, a nossa História".

Governo não cogita de anistia

ESP-8/3/75

Em nome do presidente da República, o chefe da Casa Militar, general Hugo Abreu, enviou carta ao deputado goiano João Divino Dorneles, garantindo que "o governo não cogita, no momento, da anistia aos atingidos pelos atos institucionais, por achar que tal medida viria a beneficiar, inclusive, inúmeros criminosos, culpados de sérios delitos contra a coletividade".

O parlamentar havia escrito ao general Geisel, pedindo "a

concessão de anistia política a todos os brasileiros residentes no País, com bom comportamento político e social".

Ontem, na Assembléia de Goiás, o parlamentar afirmou que lamentava o não atendimento de sua pretensão e fez um reparo à resposta que recebeu do Gabinete Militar da Presidência: "Não pedi anistia para criminosos, mas apenas para políticos".

A carta recebida pelo deputado goiano estava em papel

embrado do Gabinete Militar da Presidência da República, tem a data de 30 de julho e seguiu pelo correio, sob registro.

A RESPOSTA

O texto da carta é o seguinte:

"Incumbiu-me o exmo. sr. presidente da República de responder à sua carta, datada de 13 de junho de 1975, informando a V. Exa. que o governo não cogita, no momento, de

anistia aos atingidos pelos atos institucionais, por achar que tal medida viria a beneficiar, inclusive, inúmeros criminosos, culpados de sérios delitos contra a coletividade. Aproveito a oportunidade para apresentar meus protestos de estima e consideração".

Segue-se a assinatura do general Hugo de Andrade Abreu, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

deputado defende a anistia política

ESP-12/8/75

Ao defender ontem, na Câmara, a concessão de anistia a todos os punidos pela Revolução desde 1964, o deputado João Gilberto (MDB-RS), afirmou que o recente pronunciamento do chefe da Casa Militar da Presidência, negando que ela estivesse nos planos do governo "levou a existência de um imenso vazio à espera de um estadista ou da nobreza de um gesto que venha a ocupá-lo, iniciando-se, aí sim, um verdadeiro processo de reconciliação nacional".

"A anormalidade transitória nas instituições de uma nação — salientou — fruto de movimento armado, insurreições ou golpes de Estado, começa a deixar de existir quando os derrotados e os punidos politicamente pelo novo regime recebem anistia. A anistia tem sido na história a porta que se abre para a reconciliação numa sociedade nacional, o primeiro e indispensável passo para a normalização da vida de um país que tenha sofrido o processo de transformações pro-

fundas ou um rompimento em suas instituições constitucionais. Em 11 anos de governos excepcionais, o Brasil tem centenas de filhos punidos: uns estão exilados, outros com seus direitos políticos suspensos, vários sofreram em sua vida funcional".

Para o parlamentar, "por isso, não é de se estranhar que setores de atividades, como a Ordem dos Advogados do Brasil, os meios religiosos e organizações de outras Igrejas cristãs, na imprensa, nos partidos

políticos, no seio da consciência nacional, enfim, surjam movimentos em prol da anistia".

João Gilberto destacou que "lamentavelmente, ainda estamos longe de um mínimo de compreensão ou de abertura neste campo, pois não se tem revisado as punições administrativas a centenas de servidores públicos, feitas sem direito de defesa ou julgamento público e, muitas vezes, homens foram postos fora do serviço público e depois absolvidos pela Justiça Militar como isentos de crimes".

CRIADO EM PARIS

COMITE BRASIL PELA

ANISTIA

O Comitê Brasil pela Anistia (França) promoveu no dia 10 de setembro uma conferência de imprensa para o lançamento oficial da Campanha pela Anistia Geral e Irrestrita no Brasil.

O Comitê é uma iniciativa unitária, reunindo todos os grupos brasileiros de oposição à ditadura. No decorrer da campanha várias atividades serão desenvolvidas tendo como objetivo divulgar e apoiar as lutas por anistia que se realizam atualmente no Brasil.

Fazem parte do Comitê várias personalidades francesas.

Outros Comitês, a exemplo do que já existe em Portugal, deverão ser criados em diferentes países da Europa.

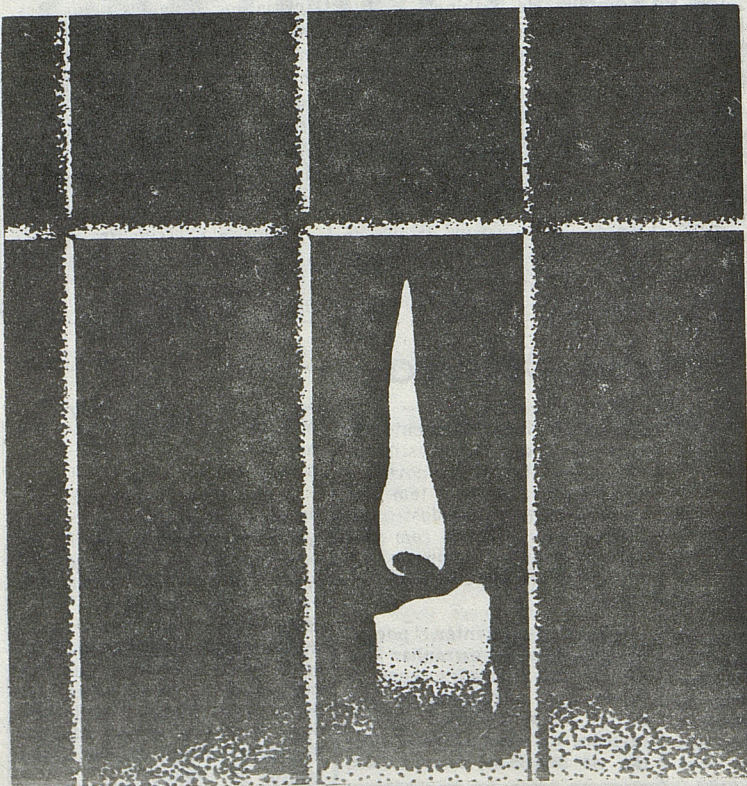
CAMPANHA PELA ANISTIA NO BRASIL

PROGRAMA:

ANISTIA GERAL E IRRESTRITA PARA TODOS OS PRISIONEIRO E CONDENADOS POLITICOS E PARA TODOS OS BANIDOS E EXILADOS

- Libertação e anistia de todos os prisioneiros políticos.
- Anistia para todos os condenados políticos.
- Anulação de todos os processos políticos em curso.
- Garantia de volta para todos os exilados sobre os quais pesam acusações políticas. Fim das perseguições ideológicas.
- Anulação dos decretos de banimento e anistia para os banidos.
- Fim dos desaparecimentos e assassinatos de prisioneiros e perseguidos políticos.
- Desmantelamento de todos os organismos especificamente criados para a repressão política e tortura (CODI, DOI e outros) e do Esquadrão da Morte. Punição de todos os torturadores e de todos os responsáveis de assassinatos de prisioneiros e perseguidos políticos.
- Anulação da atual Lei de Segurança Nacional (decreto - lei nº 898 de 29.9.69).
- Fim da pena de morte.
- Restabelecimento do habeas-corpus para casos políticos.
- Anulação dos decretos de cassação de direitos políticos
- Fim dos Tribunais Militares para julgamentos políticos.
- Reintegração dos anistiados nos seus trabalhos ou estudos, com a recuperação de seus legítimos direitos. Respeito ao direito de passaporte e aos registros civis de todos os perseguidos e seus familiares.

Paris, setembro de 1975.



"Cultivarei o chão da manhã
embora, hoje, eu deva recompor
o corpo de meu irmão feito em pedaços.
Não importa se tarda a colheita de luz."

h. p. s.

Pela ANISTIA INCONDICIONAL e
IRRESTRITA a todos os detidos e
perseguidos políticos do Brasil.

O cartão aqui reproduzido, frente e verso, foi impresso e distribuído no Brasil.

PRISOES E PROTESTOS NA BAHIA

ESP-12/7/75

A decisão dos estudantes da Universidade Federal da Bahia de impetrar "habeas corpus" em favor dos detidos pelos órgãos de segurança em Salvador, teve boa acolhida na área estudantil, com a adesão dos acadêmicos da Universidade Católica e da Faculdade de Medicina. Nos meios políticos e religiosos, está havendo muita indecisão, mas o resultado do movimento só será avaliado amanhã, quando serão recolhidas as listas de assinaturas distribuídas junto com cópias do pedido de "habeas corpus".

Por outro lado, o MDB, que tem um vereador filiado entre os presos, ainda não tomou posição oficial a respeito. Fala-se na possibilidade de seu desligamento do partido, que resultaria na sua substituição na Câmara pelo suplente Degrimaldo Miranda, que está sendo processado pela Justiça Eleitoral por fraude nas apurações do pleito de 72.

ESP-13/7/75

A vinda do velho chefe político Antonio Balbino teria sido decisiva para decidir a não desfiliação do vereador preso. Até a chegada de Balbino, às 20 e 30, o partido estava inclinado a aprovar uma indicação de Clemens Sampaio (candidato derrotado ao Senado nas eleições passadas) pedindo a cassação de Sérgio Santana.

Retrocesso

O deputado federal Antônio José Nascimento chegou também anteontem à noite a Salvador, considerando as prisões realizadas na Bahia, "um retrocesso na propalada distensão pregada pelo presidente Geisel". O parlamentar ressaltou que "essa nova investida dos órgãos de segurança atinge em cheio o MDB e, em especial, a sua ala jovem".

Integrante do grupo autêntico do partido, o deputado entende que, com a intimidação do vereador Sérgio Santana pelo AI-5, ele mesmo deveria fixar sua posição pessoal e que a renúncia, nesta hora, seria um ato de covardia. Antonio José disse discordar "fundamentalmente dos métodos de pressão usados contra o vereador, querendo forçá-lo a renúncia e da disposição de setores do MDB dispostos a cassar o seu mandato", acrescentando que as prisões realizadas na Bahia têm, de certo modo, uma justificativa:

"O MDB congrega variadas tendências e a ala jovem, dentro dele, representa um estado de insatisfação e descontentamento por mais de dez anos de cerceamento das liberdades públicas, marginalizadas do processo político e social do País, sendo natural que tome posições corajosas".

Outro que chegou a Salvador foi o ex-senador Josaphá Marlino. Não comentou nada sobre as prisões, dizendo-se contrário à existência e à aplicação do AI-5, "em qualquer circunstância".

Cardeal comenta ESP prisões na Bahia

16/7

O cardeal-arcebispo da Bahia, d. Avelar Brandão Vilela, referindo-se às recentes prisões ocorridas em Salvador, declarou: "É um processo contundente, provocando mal-estar à sociedade; em momento assim, podem ser presos também inocentes por questão de equívocos, e por isso peço às autoridades que respeitem os direitos da pessoa humana, independente dos aspectos ideológicos". Declarou, ainda, que não pode deixar de manifestar sua sensibilidade pelo problema, assim como de "participar das preocupações e angústias dos familiares dos que foram detidos".

O número de prisões, que inicialmente era de 17, aumentou para 29, segundo informaram ontem autoridades militares, ao mesmo tempo em que o deputado federal Nei Ferreira, do MDB, dizia que é de 20 o número de filiados do seu partido que se encontram presos. Ainda de acordo com as autoridades militares, alguns dos presos já foram libertados: o deputado Adelman Oliveira, e o economista Ademar Hyetoshi Sato e sua mulher Ceci Sato, Maria de Nazaré Lima do Couto e Osvaldina Dias Pimenta.

Dois advogados — Inácio Gomes e Romilda Noblat — impetraram mandado de segurança no Tribunal Militar, para soltura dos presos, enquanto os estudantes da Universidade Federal da Bahia estão preparando uma "Carta Aberta à Comunidade Baiana", protestando contra as prisões.

Comissão pede por presos J. B.

22/7

Salvador — Uma comissão de estudantes requereu ontem à tarde, na Auditoria da VI Região Militar, habeas-corpus em favor das 14 pessoas que permanecem presas pelo Comando da VI Região Militar nesta Capital.

O requerimento, firmado por 21 entidades profissionais e estudantis, é fundamentado no Parágrafo 20 do Artigo 153 da Constituição e na Emenda Constitucional nº 1, de outubro de 1969, e visa, também, "obter as necessárias informações acerca de quantos aqui relacionados não se encontram localizados."

R.M. CRITICA DIVULGAÇÃO DA CARTA

ESP-23/7

O Serviço de Relações Públicas da 6.ª Região Militar distribuiu ainda uma nota oficial, criticando severamente os jornais e as emissoras de rádio e televisão da Bahia, que deram publicidade a um documento intitulado "Carta Aberta à Comunidade Baiana". O documento foi assinado por universitários da Universidade Federal da Bahia, 21 entidades estudantis, sete associações de profissionais liberais, artistas, intelectuais e operários.

MEMORIAL DAS FAMILIAS

ESP-26/7

Uma comissão de 50 familiares dos presos políticos de Salvador, detidos desde o último dia 4 pela 6.ª Região Militar sob a acusação de tentar reorganizar o Partido Comunista Brasileiro na Bahia, entregou ontem ao cardeal Avelar Brandão Vilela, arcebispo-primaz do Brasil, um memorial pedindo sua intercessão junto às autoridades, para que não seja decretada a prisão preventiva dos acusados.

O memorial, assinado por 90 pessoas, pede também que se permita aos detidos o acesso a objetos pessoais, além do acesso a livros e a veículos de comunicação. Pede-se ainda um melhor tratamento, principalmente para um dos presos que se encontra em isolamento numa cela pequena e sem banheiro.

DOCUMENTO DE INTELLECTUAIS

ESP-15/8

Em documento encaminhado ontem às autoridades militares da Bahia, um grupo de intelectuais, artistas, políticos, religiosos e profissionais liberais baianos solicita que o julgamento de diversos elementos recentemente detidos, pela 6.ª Região Militar em Salvador, sob a acusação de tentarem reorganizar o extinto PCB, "seja feito com os mesmos em liberdade, sem decretação de prisão preventiva".

Argumentam os 76 signatários do documento que "a decretação de prisão preventiva não parece encontrar justificativas diante da reputação de honra e dignidade dos presos e do fato de possuírem domicílio e endereço certos". Finalmente, esclarecem que a solicitação "é feita dentro do espírito de lealdade e fraternidade do povo brasileiro, que sempre soube respeitar a correta aplicação da Justiça".

Entre os subscritores, figuram o escritor Jorge Amado, o poeta e compositor Vinícius de Moraes, os artistas plásticos Carlos Bastos, Hector Bernaboh ("Caribé"), Jenner Augusto e Mario Cravo Junior; os religiosos dom Timotéo Amoroso Anastácio e dom Jerônimo de Sá Cavalcante, do Mosteiro de São Bento, e os políticos Elziquilsson Soares e Aristeu Almeida, ambos deputados do MDB.

GUARDAS

FUZILAM

ESTUDANTE

ESP-4/9/75

Cinco guardas noturnos fuzilaram, com sete tiros pelas costas, o estudante Elizié Joaquim de Araújo, que estava com sua namorada em São João do Meriti e que foi confundido com o assaltante "Sapo". Três dos guardas noturnos estão presos, juntamente com o comerciante Alberto dos Santos, apontado como mandante do crime.

Os vigilantes Geraldo de Oliveira Cavalcante, Luiz Forte dos Santos, Jordelino Simões, Sérgio Guimarães e outro identificado apenas como "Jorge Tonclada" comiam ontem à tarde na Padaria Rio-Lima, em Agostinho Porto, na Baía de Fiuminense, quando foram alertados pelo comerciante Alberto dos Santos, que o marginal "Sapo", que já o assaltara oito vezes, estava nas proximidades. Os guardas interromperam o lanche e saíram em perseguição ao marginal. Numa rua próxima à padaria, encontraram o estudante Elizié Joaquim. Ao ver os vigilantes armados, o rapaz assustou-se e correu. Os guardas o alcançaram e o espancaram, para que ele confessasse ser o "Sapo". Elizié continuou negando e os cinco guardas noturnos mandaram que ele se virasse de costas e o fuzilaram.

Moradores de São João do Meriti denunciaram os vigilantes e exigiram sua prisão. Três foram detidos e apontaram o comerciante como mandante, de quem tentaram extorquir dinheiro após matarem o estudante.

POLICIA

MATA JOVEM

ESP-24/8/75

Num clima de revolta contra a Polícia Militar do Rio de Janeiro e crises de choro, foi sepultado ontem o jovem Claudio Elias de Barros, morto pelo PM Wilson Feliz com um tiro nas costas, quinta-feira à noite em Copacabana.

Mais de 500 pessoas, quase todos moradores dos morros do Pavão e do Pavãozinho, em Copacabana, onde vivia Claudio Elias, acompanharam o corpo até a sepultura 46 da quadra 27 do Cemitério São João Batista. E muitos não se conformavam nem com a notícia de que um advogado fora designado especialmente para acompanhar o processo contra o PM Wilson.

Todos os 11 irmãos de Claudio Elias — um legítimo e os demais de criação — estiveram presentes e se juntaram às manifestações contra a Polícia Militar.

Até quando?

Tristão de Athayde

J.B. - AGOSTO/75

Como pode ter passado despercebida a notícia, veiculada por este e outros jornais, sobre as violências policiais ou antipoliciais que prosseguem em nosso meio, peço aqueles que já leram essa comunicação, que passem adiante sem a referir. Ou, então, passem adiante o que já leram.

"O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil decidiu, por unanimidade, emitir memorial ao Presidente Geisel, denunciando todas as violências praticadas, não só contra advogados, mas contra cidadãos de modo geral... Inicialmente o professor Caio Mário da Silva Pereira comunicou aos presentes à reunião do Conselho Federal da OAB já ter enviado ao Ministro da Justiça, Sr. Armando Falcão, ofício solicitando que cessassem as prisões irregulares de advogados em vários pontos do Brasil. No ofício apontou Brasília, Rio Grande do Sul e Bahia como os Estados onde são mais frequentes essas prisões irregulares. Em seguida, por unanimidade, a OAB decidiu enviar ao Pre-

sidente Geisel memorial denunciando as violências. Para o professor Heleno Fragoso o documento a ser enviado deverá ser rigoroso, ponderado e sereno. Mas deverá mostrar que a tortura continua sendo rotina na investigação criminal no Brasil. Também foi aprovada a proposta do advogado Sobral Pinto para que seja feito junto ao Supremo Tribunal Federal, protesto da classe contra o diagnóstico do Judiciário, que contém várias inverdades sobre os advogados." (JB 23.VII.75)

Essa luta dos nossos advogados contra os abusos do policiamento descontrolado faz honra a uma classe tão frequentemente desprestigiada. E que já sofreu o sarcasmo da aquela anedota sobre a discussão que houve na porta do céu, entre um candidato à imortalidade celeste e o santo porteiro, que não queria reconhecer seus documentos. Mandando chamar um advogado para dirimir a questão, verificaram não ser possível... por não haver nenhum lá dentro.

Não se trata, porém, no caso presente, de

exaltar uma classe nem de denunciar abusos, que nunca estaremos bastante cansados de proclamar, enquanto permitirem a divulgação de tais fatos. Faço a reserva porque, ainda há pouco tempo, não conseguia dar publicidade a uma carta do ilustre Arcebispo de João Pessoa, D. José Maria Pires, ao próprio Presidente da República e ao Ministro da Justiça, protestando contra um desses abusos por ele próprio pessoalmente presenciado.

Ora, de duas uma. Ou estamos solapados por movimentos subversivos de grupos armados que ameaçam impor, ao nosso país, o mau exemplo das violências cotidianas, que agitam o maior dos nossos vizinhos continentais. E nesse caso, é falsa a propaganda, que diariamente se faz aqui e no estrangeiro, sobre a paz e a ordem não varsoviiana que reinam em nossa terra, convidando à vista disso os "capitais estrangeiros" a virem, sem demora, comprar ações em nossas Bolsas e movimentar fábricas com mão-de-obra barata. Ou essas ameaças e esses perigos são

imaginários, como estou convencido, e nesse caso os abusos da repressão só conseguem solapar as nossas estruturas políticas e aumentar a tensão entre o Governo e o povo. Que existe realmente uma insegurança enorme em nossa vida cotidiana, à vista dos assaltos diários a pessoas e instituições, disso não

há dúvida. Mas se tal acontece é, precisamente, porque dão muito mais importância à pretensa subversão política, até mesmo por pressões estrangeiras, e não se liga a devida importância à criminalidade comum que nos assola. Precisamos de mais polícia e de menos policiamento. E de garantias legais e concretas para que cessem esses abusos que levaram

o Conselho Federal da Ordem dos Advogados a tomar a iniciativa que tomou. Estamos cansados de receber, semanalmente, denúncias desse tipo. Algumas serão falsas. Outras exageradas. Mas, desgraçadamente, a maioria é apenas um reflexo da mais triste e dolorosa realidade.

Ainda há dias recebi cópia de algumas cartas patéticas, escritas pelo Marechal Juarez Távora, às nossas autoridades militares pedindo, e em vão, notícias de um desses desaparecidos desde fevereiro de 1974, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, reveladoras da grande alma desse grande espírito. Evidentemente em vão. Um Governo forte não precisa de mistério para garantir a ordem pública. Muito menos da utilização de processos antijurídicos para garantir a prática da Justiça. Bem sei que os maus efeitos só se corrigem suprimindo as causas e não combatendo apenas os próprios efeitos. Muito menos ocultando-os. Mas ainda que as causas institucionais não possam ser imediatamente corrigidas, é imperativo que se modifiquem os processos repressivos, denunciados por esses nossos tantos vezes heróicos advogados criminais. E que, pelo menos, se conheça a verdade do que realmente se faz, por trás das cortinas, sob pretexto da proclamada Segurança Nacional.

TRENS DESTRUÍDOS

ESP-9/75

O trem de prefixo UM-106, da Central do Brasil, estava superlotado e, de repente, parou mais tempo que o normal na estação de Olinda, subúrbio do Rio, às 6 horas. Mas, os passageiros — operários — já estavam atrasados e não conseguiram atenuar sua irritação: destruíram a estação com paus e pedras, danificaram os aparelhos de comunicação e puseram fogo na cabine de controle de tráfego.

A revolta não parou aí. Os passageiros cortaram os fios do aparelho seletivo, que faz a comunicação com a estação de D. Pedro II, impedindo que o agente pedisse socorro. E partiram para a estação de Nilópolis, onde chegaram 20 minutos depois. Durante o percurso, feito a pé, os passageiros reclamavam contra os constantes atrasos da Central e, ao chegarem à estação, também destruíram tudo: arrancaram relógios, cofres, aparelhos de comunicação, móveis e jogaram na linha do trem, além de porem fogo nas

salas de arquivo.

— Parecia o fim do mundo — comentou a dona da lanchonete Olinda. E os agentes das estações acrescentaram que este foi o incidente mais violento da tumultuada história do serviço de transportes da Central do Brasil, na Baixada Fluminense.

A Polícia Militar chegou imediatamente em Nilópolis, acompanhada do Exército e do corpo de segurança da Rede Ferroviária Federal, armados de metralhadoras. Na estação, foram feitas 12 prisões — todas de operários, que deverão ser ouvidos nas próximas horas.

A segurança também chegou a ir para Olinda, mas não encontrou mais nada. Como Nilópolis, a estação estava destruída e a única função dos soldados foi impedir nova revolta. Os trens voltaram a funcionar às 10 e 45, quando o ramal de Japeri foi restabelecido, ainda que precariamente. Durante esse período, os operários que esperavam transporte para o trabalho em Engenheiro Pedreira, Queimados, Austin, Morro Agudo, Nova Iguaçu, Juscelino, Mesquita e Edson Passos também ameaçaram depredar as estações, irritados pelo atraso.

GEISEL E OS TRENS

JB-227

— A primeira medida do Presidente da República para resolver as dificuldades de transporte de passageiros nas linhas suburbanas foi a determinação para que os órgãos federais, como a Polícia Federal e o Departamento Federal de Segurança, passem a fazer o policiamento e dar segurança nos trens da Central do Brasil, considerado como área prioritária.

POLICIAIS METRALHAM OPERÁRIO

ESP-20/6

As autoridades da Secretaria da Segurança Pública ainda não identificaram os policiais que, às 8 e 30 da última sexta-feira, dia 13, invadiram a residência do pedreiro Rubens Santana, de 30 anos, casado, à rua dos Jasmins, 126, Jardim Helena, em São Miguel Paulista, e o metralharam a queima-roupa, na frente de sua esposa, a costureira Erotides Pereira Santana, grávida há seis meses. O crime continua repercutindo intensamente naquela localidade, diante das circunstâncias em que os fatos ocorreram.

Naquela casa humilde, em rua de terra batida, moravam três famílias, uma em cada quarto. Na frente, um poço. Na parede uma tabuleta: "Cos-

tureira — Confecções para homens e mulheres". Essa era a atividade de Erotides, que com algumas poucas costuras para fora, aumentava o orçamento familiar. Estavam casados há um ano e nove meses.

Na noite de sexta-feira, Erotides acabara de oferecer um prato de comida à vizinha de quarto. Voltou para servir o marido: "Um pouco de arroz, rins e fígado". Rubens jantava quando bateram à porta violentamente. Uma voz gritou: "Sala, bandido". O pedreiro olhou pela fresta da porta. Viu sete homens, alguns armados de metralhadoras, e dois carros. Rubens pensou tratar-se de assaltantes. Por isso mesmo armou-se com um pedaço de cano. Um golpe mais forte abriu a porta e uma rajada de metralhadora bastou para matar o pedreiro, que andou alguns passos além da porta para cair sem vida ao lado do poço. Erotides foi impedida de levantar-se da cama, onde estava sentada, vendo o marido esvaindo-se em sangue. Instantes depois, cinco dos policiais levaram o pedreiro e dois permaneceram no local até as 10 horas, quando informaram sobre a morte do operário.

TERMINA GREVE DA ECA

Os alunos da Escola de Comunicações e Artes da USP decidiram ontem, em assembleia geral, que voltarão às aulas, suspendendo a greve que já durava quase quatro meses. Entretanto, a assembleia decidiu também que não se encerrará o movimento pela renúncia do diretor Manuel Nunes Dias. Ontem, grande parte dos estudantes frequentaram as aulas normalmente.

Embora a suspensão da greve já estivesse quase decidida no final do semestre passado, muitos dos alunos continuavam favoráveis a continuar paralisando suas atividades. Em uma primeira votação, a continuidade da greve chegou a ob-

ter a maioria dos votos — 61 dos alunos presentes eram favoráveis a ela, contra apenas 33 que desejavam a volta às aulas. Mas a grande maioria dos participantes da assembleia absteve-se de votar.

A proposta finalmente aprovada — retorno às aulas para um balanço em classes do que já foi realizado e elaboração de um documento que marque a posição dos alunos em relação à continuidade do movimento — resultou das várias alternativas debatidas. A proposta de permanecer em greve, embora tenha obtido maioria em um determinado momento, foi rejeitada por não se ter chegado a um consenso.

VEJA - 13/8/75

Teoricamente, foi uma grande derrota, pois na semana passada os 800 alunos da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo decidiram voltar às aulas, interrompidas há dois meses e meio, num movimento de oposição ao diretor Manuel Nunes Dias, sem ver concretizadas suas maiores reivindicações. Na prática, porém, o movimento proporcionou exemplar lição a um homogêneo grupo de alunos que, solitariamente, propunha soluções opostas aos rígidos cânones do campus universitário. E que, se teve o seu lado amargo — mais de 500 alunos ultrapassaram o limite máximo de faltas e perderam o semestre —, conseguiu despertar o corpo discente para esquecidas questões práticas. "Havia uma apatia generalizada aqui na ECA", comentava na semana passada um aluno do terceiro semestre. "Bem ou mal, o certo é que agora se formam até grupinhos interessados na montagem de peças de teatro e na fundação de jornais. Se analisarmos a fundo, o fato de não termos conseguido concretizar nossas maiores reivindicações foi minimizado pelo que ganhamos, notadamente pelo que se chamaria de reativação da consciência de participação dos alunos da ECA."

GEISEL JUSTIFICA MANUTENÇÃO DO 477

"O decreto-lei 477 é um instrumento válido para disciplinar a vida universitária, que não deve ser controlada pelo Ato Institucional n.º 5 ou pela Lei de Segurança Nacional", declarou ontem o presidente Ernesto Geisel a um grupo de alunos da Universidade Mackenzie, de São Paulo. Os estudantes foram a Brasília para convidar o presidente a visitar a escola e a parabenizar uma turma de Engenharia Industrial.

Ao general Geisel, os estudantes lembraram que o decreto tem sido utilizado frequen-

temente por autoridades universitárias como instrumento de coação "o que intimida os alunos, tornando-os apáticos à vida política do País". Mas o presidente disse-lhes que o decreto 477 foi baixado especialmente para solucionar problemas universitários e, como tal, é muito mais ameno que a lei de Segurança Nacional ou o próprio Ato n.º 5. E acrescentou que os jovens devem ser atraídos para os partidos políticos, garantindo-lhes lugares em chapas a serem submetidas às convenções.

ESP-3/9/75

alunos da PUC DIRIGEM REFEITORIO

Os diretórios acadêmicos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro assumiram ontem a direção dos bares e restaurantes da escola afirmando que, contrariamente ao que alegava a Reitoria, os estabelecimentos são lucrativos. Uma comissão estudantil já estudou a situação dos restaurantes, devendo agora responsabilizar-se por eles.

Os alunos explicaram que pretendem dividir a administração dos estabelecimentos com seus funcionários, que agora terão novos papéis no trabalho. Haverá uma rotatividade de chefes. "para evitar a formação de elites". Se os ba-

res e restaurantes derem lucros, ele será partilhado com os funcionários.

Analisando a situação dos restaurantes, os estudantes observaram que o orçamento da PUC para este ano previa um lucro líquido de um milhão e meio, para um faturamento total de quatro milhões e meio, embora a universidade alegasse que uma redução dos preços — pedida pelos alunos, que chegaram a realizar assembleias por isso — iria causar prejuízos.

O controle dos restaurantes foi cedido aos alunos após um boicote de três semanas, originado por um aumento no preço das refeições.

ESP-18/8/75

GREVE NA ESC. ENG. MAUA

Os alunos da Escola de Engenharia Mauá, de São Caetano do Sul, decidiram ontem não voltar às aulas e manter-se em assembleia-geral permanente, "como forma de protesto e de pressionamento" contra a recusa da diretoria da escola e da entidade mantenedora, o Instituto Mauá de Tecnologia, a atender suas reivindicações. Os estudantes definiram sua luta como "posicionamento de caráter geral, contra a atual estrutura das faculdades pagas e as falhas constatadas no nível de ensino", problemas que hoje afetam as principais escolas de Engenharia do País.

A decisão dos estudantes foi tomada ontem em assembleia que durou mais de quatro horas — a terceira realizada este mês — da qual participaram cerca de 500 alunos, além de representantes dos centros acadêmicos de outras faculdades.

A paralisação das aulas foi iniciada ontem, quando a maioria dos alunos já não entrou em classe, apesar de comunicado distribuído pela diretoria para advertir os estudantes de que as atividades didáticas teriam "prosseguimento normal, incorrendo em falta gra-

ve todo aluno que procurar cercear a liberdade de colegas que queiram entrar nas salas de aula".

Os estudantes apontaram, ainda, "a tentativa do Instituto Mauá de Tecnologia e da Escola de Engenharia Mauá para distorcer o movimento dos alunos", com a intenção de denegri-lo e esvaziá-lo, acusando-o de agitação, além de "tentar caracterizar a responsabilidade e as soluções da assembleia como produto de uma minoria".

Após uma semana de paralisação, os estudantes da Escola de Engenharia Mauá, de São Caetano do Sul, resolveram retornar às aulas na segunda-feira, embora sem dar por encerrado seu movimento de protesto contra o aumento das anuidades e as deficiências do ensino oferecido pela escola.

Antes do retorno às aulas, na segunda-feira, os estudantes vão realizar ainda, às 9 horas de hoje, mais uma assembleia, para elaboração de documento com as conclusões finais das reuniões realizadas em classe, para estudo das deficiências do ensino em cada área e sugestões para resolvê-las.

Outro item que será discutido hoje é a forma de encaminhamento do movimento, a partir da próxima semana, já que os estudantes, apesar de terem decidido voltar às aulas, não consideram encerrado o seu protesto. Eles querem ainda garantidas de que a escola vai repor todas as atividades didáticas que perderam durante a paralisação, incluindo abono de faltas e substituição de provas. Se isso não ocorrer, já decidiram que vão convocar automaticamente nova assembleia, para eventualmente retornar à paralisação.

ESP-19/8/75

ESP-23/8/75

IGREJA DEVE ABANDONAR ALIANÇA COM OS PODEROSOS

MANAUS — A Igreja apoia e defende populações que estão ameaçadas de extinção ou estão sendo marginalizadas na Amazonia devido, principalmente, ao crescimento desordenado e injusto incentivado pelos planos oficiais de desenvolvimento. Como essa atitude é recebida com reservas ou grandes reações pelo governo, o que deve fazer a Igreja: Recuar ou aceitar esses riscos, aprofundando o exame da realidade e ampliando seu trabalho de conscientização?

No encontro de ontem, quando os 300 padres e bispos que vieram para o nono Congresso Eucarístico Nacional discutiram sobre quem deve ser beneficiado pela ação da Igreja. Essa foi a questão principal colocada pelos grupos de estudo. Apesar do desinteresse ou omissão da maioria dos participantes, da desinformação dos religiosos sulistas e das críticas veladas do clero mais antigo, vários bispos, todos eles da Amazonia, reafirmaram os compromissos, firmados em Goiânia, de que a ação pastoral mais importante da Igreja na região é para com os posseiros, os trabalhadores volantes e os índios.

A conclusão, até surpreendente para os presentes, é de que a Igreja, abandonando sua "aliança com os poderosos" e optando "real e eficazmente pelos oprimidos e marginalizados", está ameaçada de perder o seu rebanho: os índios estão sendo transformados "em brasileiros" porque a Funai existe para destruir suas culturas e tirá-los de uma situação de independência e autonomia para criar a dependência em relação ao Estado. Os desmatadores, recrutados para abrir as áreas onde serão implantadas as fazendas beneficiadas pelos incentivos fiscais, são dispensados logo depois, confinam-se em terras não ocupadas e marginalizam-se inteiramente: os agricultores são expulsos de suas terras sempre que elas são cobertas pelos grandes proprietários e emigram para as cidades em busca de emprego; a colonização oficial fracassou e desiludiu o agricultor imigrante, mas o governo só vê como saída criar grandes propriedades, que nada mais são do que a causa fundamental do problema fundiário.

"Por incrível que pareça, não há mais terra para repartir na Amazonia. Se alguém vai ocupar um pedaço, logo surge alguém e apresenta um título de propriedade, que nem sempre tem um valor duvidoso mas é reconhecido e serve para expulsar o posseiro", disse dom Estevão Avelar, bispo de Marabá, que fez uma das mais energéticas intervenções. "Por que os ricos têm terras e os pobres não? Fiz essa pergunta a um membro do governo e ele não soube me responder. Por isso, os bispos acham que não se resolverá a questão fundiária com a colonização e sim com a reforma agrária, que sempre implica na desapropriação das melhores terras para redistribuição entre um maior número de produtores.

O representante da Paraíba perguntou se esse fracasso "não foi provocado pelos grandes latifundiários, que não querem ver a colonização prosperar".

Ninguém pôde responder (inclusive porque uma das grandes limitações nas denúncias feitas pela Igreja "é que nós não dispomos de assessoria jurídica e conhecimentos técnicos e, muitas vezes, o que dizemos, motivado pela revolta contra as injustiças, não é levado a sério"). Mas o bispo do Acre, dom Moacyr Grechi, que abriu a sessão, disse que o problema de terras na Amazônia "é muito mais amplo e grave do que pensamos: Em toda a região posseiros e pequenos produtores estão sendo expulsos para a instalação da grande empresa".

PASTORAL: FUNAI QUER ELIMINAR ÍNDIOS

Além da questão de terras, a indígena deverá colocar em posições cada vez mais frontais governo e Igreja. Ontem, os padres fizeram muitas denúncias contra a tutela que o Estado exerce sobre os índios, vendo nela não apenas uma forma de obter lucros materiais com a exploração do patrimônio indígena, mas também de descaracterização cultural e extermínio do índio. "A política da Funai é a de eliminar o problema indígena eliminando o próprio índio", comentava um bispo. Por isso, o combate à tutela estatal será uma das principais plataformas da Pastoral na Amazonia, "porque se um brasileiro quando nasce já é considerado um ser autônomo, por que o índio tem que ter um tutor!

Os religiosos acham que a Funai está fazendo um jogo duplo: elogia e apoia o trabalho de alguns missionários, que só querem dar a assistência espiritual e não estão dispostos a criar conflitos, e ataca o CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

Mas se ainda existem alguns missionários que não ultrapassaram a visão tradicional do relacionamento com os índios (vistos como pecadores que precisam ser convertidos), muitos outros perceberam que devem dar prioridade à conscientização dos índios para que lutem por seus direitos e possam explorar as terras que ocupam.

No final, todos concordaram que devem unir-se e apoiar o CIMI, "que agora nos tem orientado". Mas pediram "a CNBB que dê mais recursos ao Conselho Indigenista, "porque ele está muito abandonado".

Os líderes de comunidades de base abandonaram as discussões sobre problemas religiosos de suas áreas e partiram para uma crítica mais radical sobre o abandono em que vivem as comunidades indígenas na Amazônia, "sujeitas a uma política divorciada da realidade comunitária e religiosa, porque o que está preocupando o governo é a dinamização que pretende dar à sua política indigenista, falha, sem observar as distorções que os índios sofrem ao enfrentar as frentes pioneiras de penetração". Insistiram os líderes na necessidade de a Igreja rever os seus princípios canônicos e encontrar uma solução para os claros existentes no clero na Amazônia, "sem o que a Pastoral estará fadada ao insucesso, a novos erros e falhas, pois a falta de religiosos tem sido o grande obstáculo para o desenvolvimento das comunidades da base na região".

A valorização das lideranças de base, por parte da hierarquia da Igreja, formação de novos líderes e uma maior participação das lideranças nas decisões da alta cúpula da Igreja foram algumas das muitas reivindicações feitas pelos líderes aos coordenadores do encontro. Os líderes desejam ainda maior coerência "do que se fala com o que se faz realmente".

GEADAS: MILHARES DE TRABALHADORES SEM EMPREGO

As famílias que agora deixam o Paraná vieram há dez ou doze anos do Nordeste e do Norte. Eles tomam o trem "Paulistinha", em Maringá, para tentar a sorte em São Paulo. Alguns só vão passar em São Paulo, porque querem mesmo é voltar para seus Estados de origem. Por enquanto o "Paulistinha" ainda está saindo com quatro vagões de segunda classe e dois de primeira. Mas, informaram funcionários da Rede Ferroviária Federal, o número de vagões de segunda classe será aumentado assim que o êxodo o exigir.

Um indicio seguro de que as dispensas serão maiores no futuro é a decisão adotada pela maioria dos cafeicultores de

erradicar as plantações queimadas pelas geadas. Quase todos vão se dedicar à pecuária e à plantação de soja. Então, uma propriedade de 200 alqueires, que precisava do trabalho de 200 famílias, quando cultivada com café, vai empregar apenas uma ou duas pessoas, se usada para pasto. Segundo o Sindicato Rural de Maringá, "o êxodo está grande" e vai aumentar aceleradamente.

Geraldo Vieira dos Santos, de 30 anos, por exemplo, que chegou, ontem, à Estação Julio Prestes, afirmou que mal conseguiu juntar dinheiro para a passagem. Durante onze anos, Geraldo Vieira dos Santos viveu como trabalhador volante em fazendas de café: "Nas épocas boas, consegui tirar até 650 cruzeiros por mês. Mas com a geada, veio o desemprego", disse. Agora, ele pretende ir para Campinas em busca da ajuda de parentes. "Se não der certo, vou trabalhar em Rondônia", afirmou.

Mas outros bolas-frias, como Antonio Vieira da Silva, que desembarcou, ontem, acompanhado de seus oito filhos, preferem voltar para Minas Gerais. Também Galdino Soares, de 67 anos, decidiu retornar para aquele Estado, embora não esconda a esperança de ainda conseguir emprego em São Paulo. "O Paraná é uma ilusão. Fiquei nesse trabalho na lavoura mais de doze anos e, hoje, volto em situação pior do que aquela como cheguei. Além disso, levo mais cinco filhos, além dos três que tinha quando sai de Minas Gerais", reclamou.

600 MIL IMIGRANTES

Dos 32.379 imigrantes que chegaram até o último dia 25, o Departamento de Amparo e Integração Social conseguiu colocar nas frentes de trabalho 2.089 chefes de família que correspondem a um total de dez mil pessoas. Até junho, a crise na construção civil, principalmente, provocou uma retração na oferta que foi estabilizada em julho. A área metropolitana é a que mais absorve a mão-de-obra, seguida do Vale do Paraíba e, curiosamente, do próprio Estado do Paraná, que mais envia migrantes para São Paulo. Firms de reflorestamento recrutam grande massa de trabalhadores que retorna àquele Estado. O coordenador regional do INCRA em São Paulo, Moacyr Rodrigues Barbosa, admite que dos 600 mil trabalhadores previstos para abandonar o Paraná, 120 mil poderão se fixar no interior paulista recebendo uma diária variável entre 20 e 25 cruzeiros.

Enquanto isso, o INCRA está aproveitando a imigração para reforçar a política de estímulo que vem empregando na formação de Cooperativas de Trabalhadores Rurais, visando a fixação da mão-de-obra no campo, e, ao mesmo tempo, tentar a erradicação gradativa

SINDICATO DENUNCIA VILLARES

ESP-23/8/75
O Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul está acusando a Indústria de Aços Villares S/A de obrigar cerca de 300 operários do setor de laminação a trabalhar 12 horas diárias — quatro a mais do que o limite estabelecido pela CLT por jornada. Além disso, o sindicato afirma que o ambiente de trabalho é insalubre e que os operários não recebem pagamento pelas horas extras.

Segundo o presidente do sindicato, Manoel Constantino, há dois meses os operários do setor de laminação da fábrica estão trabalhando 12 horas por dia — das 6 às 18 ou das 18 às 6 horas — sem qualquer remuneração extra. "Na laminação os operários trabalham junto a fornos de até 1.300 graus centígrados, o que, a longo prazo, provoca problemas de circulação do sangue e até mesmo trombose".

Para Constantino, a fábrica vem utilizando duas turmas do setor, enquanto a terceira está em férias, pretendendo "verificar o rendimento dos operários. Isso já aconteceu há um ano na Metalúrgica Saad. A fábrica obriga o operário a trabalhar mais de oito horas diárias e quando constata que o serviço poderá ser feito por número reduzido de empregados, demite boa parte dos que entraram em férias".

Mostrando o dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, que estabelece jornada de oito horas, Manoel Constantino aponta outras irregularidades na Villares: "A CLT admite duas horas extra por dia, mas somente depois de acordo, por escrito, entre empresa e trabalhador". A Villares, porém, ainda segundo o dirigente sindical, "não consultou sequer os empregados, mas impôs as novas condições de serviço. Os operários, com medo de dispensa, aceitaram as 12 horas. Para os trabalhadores admitidos há pouco tempo, uma dispensa seria prejudicial porque receberiam muito pouco do FGTS. Os que são empregados há mais tempo ficaram com medo de não encontrar outro serviço, por causa da idade".

TRABALHADOR DEVE FICAR NOS TRIBUNAIS

ESP-28/8/75
A participação de empregados e empregadores nas juntas e tribunais do Trabalho, questionada nos estudos do STF sobre a reforma do Judiciário, será o tema de simposio promovido pelas oito confederações nacionais de trabalhadores durante a segunda quinzena de setembro. O temário se-

rá discutido hoje, em Brasília, em reunião convocada pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Ari Campista, que também é ministro do TST.

O secretário da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Raymundo Nonato da Costa Rocha, condenou ontem o afastamento dos juizes leigos da Justiça do Trabalho. O dirigente invocou a doutrina internacional favorável à representação classista, a exemplo da OIT, que vem reconhecendo delegados sindicais, e a própria conjuntura brasileira, que consagra uma competência especial para a Justiça Militar, da qual participam oficiais-generais sem formação jurídica universitária.

O PODER DE ARBITRIO DAS EMPRESAS

ESP-21/8/75

Dependo ontem na Comissão Parlamentar de Inquerito que investiga a política salarial do governo, o presidente da junta governativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, Wilson Gomes de Moura, afirmou que "em uma sociedade na qual não existem limitações ao poder de arbitrio da empresa e os sindicatos, teoricamente porta-vozes do assalariado, não são perfeitamente representativos, torna-se praticamente nula a participação dos trabalhadores no debate sobre temas que lhes são de fundamental importância".

Para Wilson Gomes de Moura, o combate à inflação não pode se limitar ao salário. As causas da inflação brasileira residem no custo e não na demanda. Faz-se necessário conter-se os outros fatores que compõem o custo da produção. O salário é o quarto fator na composição desses custos abaixo dos impostos, dos juros e da matéria-prima.

Informou o depoente que "o limite previsto pelo Banco Nacional de Habitação de os saques atingirem 90 por cento dos depósitos já foi ultrapassado. Em maio, os saques superaram os depósitos em 11,67 por cento". A principal origem dessa situação, conforme destacou, é a facilidade da demissão sem justa causa. Dela, além da rotatividade da mão-de-obra, resultam ainda: acentuada vantagem financeira para o empregador que, demitindo sem justa causa, com apenas 10 por cento de depósito adicional, exime-se do reajustamento salarial de cada ano, auferindo lucro residual; grave consequência para o BNH, com o sempre crescente volume de saque; grande instabilidade, insegurança e prejuízo para os empregados demitidos, os quais ou encontram dificuldades de reemprego ou se reempregam com salário inferior.

Operário na reunião dos bispos

ESP - 4/9/75

Um operário metalúrgico de São Paulo falou na assembleia geral regional do episcopado paulista — que teve início ontem e vai até amanhã, em Itaipic — sobre os problemas do proletariado e a necessidade de organização de atividades específicas para a classe, promovendo o conhecimento da doutrina social da Igreja. Preferindo não divulgar o nome do operário, dom Angélico Bernardino, monsenhor Antonio Mijara e dom Luiz Perez, convocados pelo presidente da assembleia, dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, para atender aos jornalistas presentes, explicaram que o proletariado ocupa importante lugar na pauta de estudos, "pois o mundo do trabalho está cheio de violências e injustiças".

A "Pastoral no Mundo do Trabalho" é um dos cinco tópicos propostos como prioritários e que serão estudados e discutidos pelos grupos de bispos, padres e leigos reunidos em Itaipic. Dos itens "Pastoral Familiar", "Comunidades Eclesiais de Base", "Pastoral no Mundo do Trabalho", "Pastoral da Juventude" e "Direitos Humanos e Marginalizados", deverão sair as linhas básicas de atividades da Igreja no Estado de São Paulo durante os dois próximos anos.

Para destacar o proletariado como área de atuação da Igreja, os bispos levaram em consideração a existência de 80 por

cento da população do Estado de São Paulo que vivem do trabalho. "Sendo assim, não se pode fazer uma Pastoral que não leve em conta o grande número de operários que vive em ambientes de violência e injustiças". Como exemplos dessas "injustiças" os assessores de dom Evaristo Arns citam os salários injustos, as moradias indignas, alimentação escassa, ausência de participação política, passividade completa na vida da empresa, escravidão a um salário indigno "porque é só de consumo e de mercado".

Diante desses fatos, a Igreja procura uma "resposta" substanciada num objetivo: "Promoção integral dos componentes das classes vinculadas ao mundo do trabalho e socialmente ligados entre si por laços funcionais e orgânicos, dando-se prioridade ao proletariado". Para atingir esse objetivo, a Igreja se propõe a desenvolver a Pastoral Operária, mediante a formação de líderes operários e promovendo o conhecimento e a prática da doutrina social da Igreja.

Dentro de "Direitos Humanos e Marginalizados" os bispos levam em conta a situação do homem, "cuja dignidade é constantemente desrespeitada pela miséria, pela situação precária da educação, moradia, desemprego, menor abandonado, censura dos meios de comunicação social, problemas de tortura que atingem a dignidade da pessoa humana".

MINIMO EXTRA — MEDIDA DE EXTENSO ALCANCE SOCIAL?

JB - 30/8/75

"Uma medida de largo alcance social do Governo, que permitirá o aumento da renda de cerca de 80% dos trabalhadores e funcionários públicos do país", foi como o Ministro do Trabalho, Sr Arnaldo Prieto, classificou a recente aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto de lei complementar que instituiu um salário mínimo regional aos trabalhadores e servidores que recebam até cinco salários mínimos.

QUEM PASA O MINIMO EXTRA

ESP-19/7/75

Enquanto economistas ligados à iniciativa privada afirmavam, no Rio, que a concessão de um 14.º salário aos trabalhadores e funcionários públicos que ganham até cinco salários mínimos estaria ligada à pressão da queda dos índices de crescimento da arrecadação do ICM, que refletem um arrefecimento das vendas no país, técnicos do governo, em Brasília, fariam as contas do número de trabalhadores que serão beneficiados pela decisão presidencial, chegando a conclusão de que atingirá a cerca de 30,5 milhões, ou seja, o equivalente a 90 por cento da mão-de-obra assalariada do país.

Informaram que a

Iniciativa não deverá ter efeitos profundos sobre os recursos dos dois fundos de empregados — o PIS e o Pasep, que pelo projeto serão unificados —, uma vez que a parcela a ser distribuída será proveniente da rentabilidade excedente à correção monetária (20 por cento este ano) e aos juros de 4 por cento, assegurada pelo próprio governo.

Segundo o raciocínio desses economistas, em termos qualitativos, a concessão de um 14.º salário é medida idêntica à do abono de 10 por cento, representando a segunda vez que o governo se afasta da rigidez de sua política salarial, pressionado pelas condições das vendas no país.

DIEESE condena política salarial

ESP-9/8/75

Afirmado que a política salarial brasileira eliminou o empresário como interlocutor autorizado nas negociações coletivas e que o "fantasma" do Conselho Interministerial de Preços sempre foi invocado para justificar a impossibilidade de se discutir um reajuste superior ao determinado pela política salarial, o professor Walter Borelli, diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (DIEESE), afirmou ontem que "os sindicatos, além de necessitarem convencer os empregadores do acerto de suas reivindicações, precisaram convencer uma entidade superior: o governo".

Segundo ele, a partir deste momento, se os sindicatos não fossem ouvidos por esta "entidade superior" poderiam, em tese, recorrer a seu último instrumento de força: a paralisação do trabalho. Mas, lembrou o conferencista, isso se tornava impossível pois "fazer greve é ir contra o governo, uma ação facilmente enquadrada como contrária à Segurança Nacional".

O diretor do DIEESE dividiu a atual política trabalhista brasileira em três instrumentos principais: política salarial, lei de greve e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS. Quanto à política salarial, o professor Borelli observou que

antes de 1965 o governo fixava os níveis dos salários mínimos, deixando os demais salários para serem determinados pelos empregadores e empregados. A partir desta data eliminou-se praticamente esta negociação coletiva, passando à fixação das revisões periódicas de salários, obedecendo os princípios de reconstituição do salário real médio dos últimos 12 meses; acréscimo da metade do resíduo inflacionário e acréscimo de uma taxa de produtividade.

Em lugar de se reajustar o preço da mão-de-obra corrigindo-se o nível anterior através da aplicação da elevação do custo de vida, afirmou o diretor do DIEESE, o que se faz é procurar reconstituir o salário real médio e, desta forma, fazendo com que o reajuste salarial seja menor do que a taxa de aumento do custo de vida no período. Sobre o resíduo inflacionário, Borelli lembrou que ele é uma forma de compensação destas perdas do valor real dos salários, baseados na programação econômico-financeira da União o que "leva inevitavelmente a uma substituição da taxa de inflação, aplicada a cada ano de salário".

Procurando abrandar a situação salarial, há uma correção feita posteriormente, no cálculo do novo salário — "ficando os salários artificialmente baixos durante 12 meses, quando é feita a correção". Como exemplo, Borelli citou o resíduo inflacionário no período de 1-8-74 a 31-7-75, estimado em 15 por cento, enquanto o custo de vida no período atingiu aproximadamente 31 por cento: deixou-se de computar 8 por cento em termos salariais,

nos reajustes feitos com o resíduo anterior.

A taxa de produtividade teria como objetivo permitir um aumento dos salários. Mas Borelli mostra que isto não ocorreu ao fazer uma comparação da situação salarial com a produtividade, expressa em termos de Produto Interno Bruto: "Enquanto a produtividade aumentou em 67% o salário real apresentou uma queda de 27%. Para os salários voltarem aos níveis de 1965 seria necessário que o reajuste obtido em janeiro (43%) recebesse uma suplementação de 37%. E se o objetivo fosse acompanhar a evolução da produtividade nacional, os trabalhadores deveriam receber mais 129% — segundo estimativas feitas para a categoria dos trabalhadores em comércio atacadista de minérios e combustíveis minerais".

Quanto ao FGTS Walter Borelli disse que ele "conspirou contra os trabalhadores" pois pode ser usado como medida de redução da folha de pagamento — por meio da rotatividade da mão-de-obra.

PARA ESPECIALISTA GREVE É SUBVERSÃO

ESP-15/8/75

Reajustes salariais em períodos menores, sempre que a inflação verificada superar a inflação prevista, é um dos pontos sugeridos pelo professor Affonso Celso Pastore, do Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, que foi o último conferencista do Fórum de Debates Sobre Política Salarial, organizado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo e encerrado ontem.

Quinze foram as conclusões do Fórum de Debates, sendo a primeira delas a seguinte: "Na

atualidade, as greves transformaram-se num instrumento de subversão sócio-econômica. Suas consequências são: aumento dos custos de produção e comercialização; redução da oferta global para uma procura global constante, provocando tendência de aumentos de preços; e geração de escassez".

A segunda conclusão é a de que "a política salarial adequada deve conduzir a soluções pacíficas e conciliatórias, para garantir e revigorar a segurança nacional". "O salário deve ser adequado ao desenvolvimento do País. Sua inadequação, gerando desestímulo e possíveis desentendimentos entre empregados e empregadores, provoca queda de produção e aumento de custos; dificuldades de manutenção dos produtos de consumo interno; dificuldades de manutenção ou aumento das exportações, devido ao aumento de custos; reflexos negativos sobre a política cambial.

Outra conclusão é a de que "a política salarial adequada é a que, estimulando a produtividade, permite que a taxa de crescimento dos salários seja igual ou inferior à taxa de crescimento da produção". "Aumentos de salários superiores ao aumento da produtividade e à taxa de crescimento da produção gerarão o círculo vicioso salários-custos-preços e precipitarão a espiral inflacionária".

Outra conclusão é a de que "os salários profissionais deverão ser objeto de negociações coletivas entre sindicatos de trabalhadores e sindicatos patronais, tendo por elemento moderador representantes do Poder Público. Unificação das bases dos reajustamentos e a possibilidade do estabelecimento de taxas regionais diferenciadas de reajustes são outros pontos tratados nas conclusões.

DEMISSÕES NAS DOCAS DE SANTOS

ESP-28/8/75

As demissões de trabalhadores da Companhia Docas do Santos poderão continuar, caso os índices de importação baixem nos próximos meses, informou ontem o presidente da concessionária, Candido de Paula Machado. Os 680 operários afastados não serão mais admitidos como novos trabalhadores.

LACAIQ FAVORAVEL A DEMISSÕES

ESP-28/8/75

O presidente do Sindicato dos Empregados da Administração e Serviços Portuários (candidato à reeleição), Luis Amaro Costa, desmentiu ontem a afirmação feita na véspera pelo presidente da Companhia Docas de Santos, Candido Guinle

de Paula Machado, de que a campanha eleitoral no Sindicato houvesse contribuído para criar um clima alarmista em torno das demissões de trabalhadores portuários. E, numa atitude estranha para um dirigente sindical, disse que a Companhia Docas de Santos foi até complacente com os empregados, só efetuando demissões quando a "queda brutal das importações" assim o obrigou, para poder reequilibrar seu orçamento financeiro.

Para uma fonte da empresa, entretanto as dispensas estão ocorrendo mais em função da falta de qualificação técnica dos trabalhadores, uma vez que estão sendo incorporados modernos equipamentos, como os silos horizontais dos "corretores de exportação", os terminais de fertilizantes em Conceiçãozinha e de granéis líquidos em Alcega, e os contêineres, cuja utilização aumenta rapidamente.

Tanto isso é verdade que, além de uma nota oficial da empresa revelar que a queda na movimentação de mercadorias é de apenas 10% em re-

lação ao ano passado, o relatório do último exercício já projetava uma previsão extremamente otimista quanto ao aumento da receita e à redução dos custos operacionais neste ano.

DENUNCIADA VIOLENCIA NA DOCAS DE SANTOS

ESP-29/8/75

O deputado Marcelo Gato (MDB-SP) denunciou ontem, na Câmara Federal, o Departamento de Vigilância da Companhia Docas de Santos como responsável por prisões, ameaças, humilhações e até submissão a carcere privado de funcionários da empresa.

O parlamentar, depois de relatar a prisão de um funcionário da CDS e os vexames a que foi submetido, chamou as empresas encarregadas de vigilância e segurança de "verdadeiras forças para-policiais a merecer atenção especial", e que precisam de regulamentação urgente, a fim de que não cometam abusos e arbitrariedades.

des. Anunciou que denunciaria tal tipo de ocorrência aos ministros do Trabalho e da Justiça, ao secretário da Segurança Pública de São Paulo, delegado regional do Trabalho Marítimo, esperando providências.

O discurso provocou debate sobre firmas privadas de guarda e segurança. O deputado Cantídio Sampaio (Arena-SP) anunciou que enviará à Câmara um projeto ou Decreto Lei por tratar-se de assunto referente à segurança nacional — sobre o assunto e condenou o abuso dessas empresas em funções absolutamente indelegáveis da polícia. Já Airton Soares (MDB-SP) afirmou que "quando o Estado delega ao particular poderes para constituir uma polícia que pode reprimir, que pode prender ou manter em carcere privado, incide em profunda alienação no que diz respeito à segurança do cidadão e a garantia de seus direitos". O deputado Aldo Fagundes (MDB-SP) reclamou o regulamento do funcionamento dessas milícias particulares.

35 ANOS - BARREIRA PARA 15 MILHÕES

O fato de não existirem estudos que estabeleçam a relação entre a produtividade e a idade do empregado indica, segundo os especialistas, que os empregadores se baseiam apenas em hipóteses, o que só serve para agravar a situação daqueles que, depois dos 35 anos, não tiverem atingido postos de direção nas empresas.

Um dos raros trabalhos que podem fornecer elementos aos empregadores, permitindo ainda que se conheça a intensidade do problema, o "Estudo de viabilidade para a elaboração de indicadores de procura e oferta de emprego em São Paulo", preparado entre 1971 e o início de 1974, por técnicos da Assessoria de Recursos Humanos da Secretaria do Planejamento, permanece inédito.

De acordo com o estudo, que se baseia em dados colhidos na Secretaria do Trabalho, de um total de 4.758 pessoas de mais de 35 anos atendidas nas duas agências oficiais de emprego da Capital, entre os meses de maio e dezembro de 1971, apenas 571, cerca de 12%, conseguiram colocação. Naquele ano, 8.254 pessoas procuraram as duas agências, tendo sido colocadas 4.741, o que representa a média, de todas as faixas de idade de quase 60%.

Em 1972, segundo o levantamento, das 2.961 pessoas de mais de 30 anos que procuraram emprego nas agências oficiais da Capital, apenas 307, ou seja, 10,4%, foram colocadas. Das 8.921 pessoas atendidas em 1973, 2.234 (25%) tinham mais de 30 anos e, dessas, apenas 312 (13%) conseguiram emprego.

Outro trabalho, elaborado pelo Departamento Intersindical de Estudos Econômico-Sociais e Estatísticas (DIEESE), compreendendo o período de 1968 a 1971, atribui ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, instituído em 1967, "o agravamento da situação do trabalhador não especializado de mais de 35 anos e do especializado a partir dos 45 anos".

Para o empresário Ernst Muhr, professor da Fundação Getúlio Vargas, ao lado da discriminação feita pelas empresas existe a exercida pelo próprio governo, que impõe limites de idade para admissão de seus funcionários.

De fato, com raras exceções, todos os concursos para ingresso no funcionalismo público — federal, estadual ou municipal — impedem a participação de pessoas de mais de 35 anos. O mesmo ocorre com relação às entidades autárquicas, à mão-de-obra contratada pela CLT, ou nas vagas do SESC, do SENAI, do Sesi, onde se impõe o limite de 40 anos.

6 MIL ACIDENTES DE TRABALHO POR DIA

Gasta-se no Brasil com os acidentes de trabalho — custos diretos e indiretos — mais do que se despende com o Exército e a Marinha juntos. A cada minuto ocorrem no Brasil sete acidentes de trabalho, totalizando seis mil por dia útil trabalhado. Esses dados foram expostos por Roberto Raphael Weber, do Ministério do Trabalho, numa palestra pronunciada ontem na V Conferência Nacional de Saúde.

Segundo Roberto Weber, ocorreram, em 1974, um milhão e 900 acidentes, tendo ficado definitivamente incapazes para o trabalho, em decorrência desses problemas, 65 mil e 500 operários. São Paulo, por seu parque industrial, liderou mais uma vez a estatística do ano de 1974, com 780 mil eventos, numa média de 2.540 acidentes

por dia útil trabalhado. "O total de horas perdidas chegou ao assombroso número de 23 milhões e 900 mil horas".

O conferencista advertiu que, se não forem tomadas medidas energéticas de prevenção de acidentes e se continuarem a ser negligenciadas as regras legais elementares pelos empregadores e empregados, em 1975 ocorrerão cerca de dois milhões de acidentes de trabalho e, em 1980, três milhões, com prejuízo incalculável para a Nação. Por sua parte, o Ministério do Trabalho baixou medidas de caráter prioritário, no que se refere à preparação de profissionais especializados para inspeção e orientação do cumprimento das normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, promovendo a divulga-

CSP-9/8/75
ção de ensinamentos práticos de prevenção, com o propósito de educar os trabalhadores e conscientizá-los da importância do uso do material de segurança exigido para determinadas profissões.

Por exemplo, comentou Roberto Weber, cerca de 56 por cento dos acidentes ocorrem com os membros superiores enquanto 17 por cento com os inferiores. O simples uso de luvas e botas reduziria esses índices para 22 por cento e 9 por cento respectivamente, deixando de lesar, pelo menos, mais de um milhão de trabalhadores, permitindo ao governo, economia de cinco bilhões de cruzeiros em custos diretos e indiretos.

BRASIL RECORDISTA MUNDIAL DE ACIDENTES

No ano passado, houve 1.796.761 acidentes no Trabalho, no Brasil, isto é, 5.891 casos por dia útil para a economia nacional foi de Cr\$ 7.989.895.580,00; o custo direto foi um quarto dessa importância, pago pelo INPS.

No Estado de São Paulo, também em 1974, verificaram-se 774.646 lesões no trabalho; na Capital paulista foram 262.968 sendo 238.878 com homens e apenas 24.090 com mulheres.

O centro da cidade de São Paulo contou 56.764 acidentes no trabalho; o bairro de maior número de vítimas foi Santa-

na: 26.977. Segunda-feira é o dia mais perigoso para o trabalho em São Paulo, ao passo que sexta-feira é o mais tranquilo; das vítimas, metade ganha até 600 cruzeiros mensais.

Das profissões, a construção civil está em primeiro lugar, em números absolutos, em todo o Brasil, mas, em proporção ao número de trabalhadores empregados, a atividade que encabeça a lista é a indústria de derivados de petróleo e hulha.

O Brasil é recordista mundial em acidentes no trabalho;

CSP-22/7/75
no entanto, técnicos do INPS dizem que essa é uma verdade relativa, pois, por exemplo, as estatísticas norte-americanas não incluem os chamados "acidentes no trajeto", isto é, de casa para o trabalho e vice-versa.

Porém, as próprias estatísticas do INPS desmentem que se trate de uma verdade relativa, confirmando que o Brasil é, realmente, recordista mundial de acidentes: dos quase 2 milhões de acidentados na produção, somente 33.273 se lesionaram no trajeto de casa para o serviço ou do serviço para casa.

A MORTE BRUTAL DE UM OPERARIO

Um electricista que trabalhava no armazém 7 do porto de Santos morreu na manhã de ontem aparentemente por falta de socorro, depois de ter sido atingido por uma descarga elétrica de 6.600 volts. O acidente ocorreu às 10 horas, mas apenas 25 minutos depois é que chegou um medico do "Pronto Socorro do Cais", embora os companheiros da vítima tivessem solicitado socorro urgente. Quando o medico chegou — sem trazer ao menos um estetoscópio — o electricista já havia morrido.

De acordo com os depoimen-

tos de alguns portuarios, Nelson Nascimento (40 anos) estava trabalhando desde às 7 horas na Subestação 7-A. Na hora do acidente, fazia o serviço de limpeza de um dos conservadores. Seus companheiros disseram que, quando ele caiu, chamaram imediatamente um medico do "Pronto Socorro do Cais" e, enquanto esperavam, procuraram atendê-lo, com massagens no peito (a parte supostamente atingida pela descarga) e respiração boca-a-boca.

Dez minutos depois, quando Nelson se contorcia de dores, chegou uma ambulância do PS, com apenas um enfermeiro e

CSP-14/6/75
uma maca. Fora isso, não havia nenhum aparelho ou medicamento destinado a socorro urgente. O enfermeiro nada pôde fazer, a não ser ficar olhando enquanto os portuarios tentavam evitar que o electricista morresse.

A demora revoltou muitos portuarios e dois deles se dirigiram imediatamente para as redações dos jornais da cidade, a fim de reclamar contra o mau funcionamento do "Pronto Socorro do Cais". De acordo com os trabalhadores do porto, esse PS "raramente atende com presteza".

depredado posto do inps

Mil e quinhentas pessoas — velhos e gestantes principalmente — depredaram ontem pela manhã o prédio onde funciona o setor de benefícios do INPS, em Manaus. A revolta começou às 8 horas da manhã, quando um funcionario avisou que os carnês para pagamento de pensionistas e aposentados na rede bancária não haviam chegado a Manaus, porque fi-

caram retidos no Rio.

A multidão que estava na fila, desde as 5 horas começou a atirar pedras e paus nas vidraças das janelas e das portas do prédio. Cadeiras e mesas foram quebradas e os funcionarios recebiam pedradas. O tumulto cresceu porque, a cada pergunta feita pelos beneficiarios sobre os carnês, os fun-

CSP-6/6/75
cionarios respondiam grosseiramente. Um destacamento da Polícia Militar foi convocado às pressas e veio armado com cassetetes e fuzis. Mas não conseguiu acalmar os revoltados. A multidão continuou a depredação, com o auxílio de populares que passavam por perto. O trânsito nas áreas próximas ao prédio do INPS ficou congestionado durante três horas.

Censura

O teatro em busca da distensão

Versão, 9 de junho de 1975

No dia 14 de maio o ministro da Justiça, Armando Falcão, anunciou em Brasília que o Governo havia negado o recurso interposto por Plínio Marcos, que pretendia a liberação de sua peça "Abajur liúis", proibida pela censura federal. Com "Abajur liúis" elevou-se a mais de quatrocentos o número de peças teatrais proibidas no Brasil nos últimos dez anos. Na noite seguinte, os teatros de São Paulo não funcionaram. Em solidariedade a Plínio Marcos e em sinal de protesto pela ação da censura, os uiores leram um documento ao público e fecharam as cortinas dos teatros, devolvendo o dinheiro dos ingressos. O assunto foi discutido na Câmara e no Senado — e aos protestos da oposição contra a censura teatral juntaram-se, solidários, deputados e senadores do partido do Governo. Durante os debates, voltou a ser proposta a criação de um Conselho Superior de Censura, composto, entre outros, por intelectuais e membros do Governo, e sugeriu-se a transferência da censura teatral do Ministério da Justiça para o da Educação e Cultura. O próprio presidente da República já havia manifestado sua preocupação pelo problema, ao chamar alguns atores para conversar sobre censura durante a inauguração de um teatro em Manaus, no início do ano. VISAÔ reuniu, para uma mesa-redonda sobre o momento atual do teatro brasileiro, alguns dos nomes mais expressivos da dramaturgia nacional. Participaram do debate Orlando Miranda, diretor do Serviço Nacional de Teatro, representando o Governo; os dramaturgos Paulo Pontes ("Opinião"), "Um edifício chamado 200", "Check-up" e Plínio Marcos ("Navalha na carne", "Dois perdidos numa noite suja", "Quando as máquinas param"); o diretor Flávio Rangel ("O homem de la Mancha", "Pippin"); e os atores Juca de Oliveira, presidente do Sindicato dos Atores, e Paulo Autran, Fernando Morais e Zuenir Ventura, de VISAÔ, formularam as questões e orientaram o debate.

VISAÔ — A censura tem sido apontada como a principal causa de uma possível crise do teatro brasileiro, mas até que ponto ela realmente inibe a criatividade?

Flávio Rangel — Na verdade, não existe crise de criatividade, já que mais de quatrocentas peças foram criadas nos últimos anos, só que interditas. No recente concurso promovido pelo Serviço Nacional de Teatro inscreveram-se inúmeras peças de excelente nível. Os membros da comissão julgadora premiaram cinco, recomendaram mais cinco e as que pude ler eram de alta qualidade. A criatividade não terminou, assim como a dramaturgia de temas psicológicos não está proibida. O que realmente foi cassado no Brasil é a dramaturgia que levanta problemas do nosso povo e de nossa época.

Juca de Oliveira — O Flávio tem razão: o autor que se preocupar com problemas existenciais está liberado. Ele pode colocar os temas da perplexidade, da angústia, do desamparo e até do desespero, contanto que eles não tenham relação com a sobrevivência. A censura, entre outras coisas, está determinando a temática da criação. Mas a tradição do nosso teatro não é essa. Ele sempre foi atuante, guerreiro, viril, servindo de modelo para outras dramaturgias não só na América Latina, mas também em alguns países da Europa. Esse pro-

cesso teve algumas interrupções, mas a mais grave ocorreu nos últimos dez anos, quando a análise do homem brasileiro através da dramaturgia, começada em 1957—58, foi suspensa. **Paulo Autran** — Falar sobre a validade da censura não tem sentido no momento em que os países civilizados tendem inclusive a abolir-la e quando todos sabemos que obras-primas proibidas continuam sendo obras-primas na geração seguinte.

Paulo Pontes — Existe um dado que me deixou estarecido. Só há dois países na América Latina que têm censura prévia: o Brasil e o Chile. Nem o Paraguai tem censura prévia. **Autran** — O que não entendo são as relações do teatro com a censura no Brasil. É absolutamente incompreensível a gente sentir que uma parte do Governo fala em distensão e em amenizar a censura — é verdade que não se fala em abolir —, enquanto outra parte trabalha para estabelecer maior rigor. Outro paradoxo é que o teatro não existe oficialmente no Brasil, não há profissão de ator. E, no entanto, é justamente contra essas pessoas sem profissão que o Governo exerce um controle descabido.

Orlando Miranda — Embora o problema da censura afete toda uma política que o Serviço Nacional de Teatro possa pretender traçar, quero deixar bem claro que o problema da censura é do Ministério da Justiça e não nosso.

Plínio Marcos — A censura é grave, mas para mim o mais grave é que muitos artistas estão acomodados, fazendo textos mediocres e culpando a censura.

Pontes — O acomodamento, se há, é resultante da censura. O problema não depende do nosso arbítrio. Vamos refletir mais profundamente sobre o problema da censura, que não é apenas da nossa época e nem só referente a uma divisão do Departamento de Polícia Federal. Vamos aproveitar esta mesa-redonda para ver como se tem travado a luta para fazer um teatro nacional e popular, que encontrou sempre dois inimigos: a censura e o colonialismo cultural. Aí está a luta do João Caetano para tentar fazer uma companhia brasileira quando só havia companhias portuguesas aqui; aí está o padre Ventura, nosso primeiro empresário, com o pecado de ser crioulo e brasileiro, dentro do Brasil, tentando empresar teatro; e a luta do ator Vasques tentando representar como o homem brasileiro, do jeito que ele era; aí temos a luta dos comediógrafos da década de 30 para impor a prosódia brasileira aos povos brasileiros. O desfecho desse processo é aquele sobre o qual todos concordamos: foi no fim dos anos 50.

VISAÔ — Por que exatamente o fim dos anos 50? Que houve de especial nesse momento?

Pontes — Exatamente porque essa luta para impor durante séculos um teatro nacional e popular se tem travado no seio da classe média. Quando, por volta de 1955, depois de uma década de democratização, o país começava a se revolver, a cultura e, particularmente, o teatro sentiram os reflexos. E criou-se aqui uma dramaturgia voltada para a análise dos problemas brasileiros. Aquela luta pela implantação do teatro popular atingiu o ponto mais alto nesse momento e, pela primeira vez, teve-se a certeza: é preciso criar um nexo forte

entre a cultura da classe média e a cultura do povo para se fazer um teatro autenticamente popular. Não era uma aliança estética, em que o artista da classe média se coloca como um oportunista, tirando do povo suas formas exóticas de cultura. Não. Antes de ser uma aliança estética, era uma aliança política entre a classe média e o povo, compreendendo-se nas mesmas contradições e encontrando-se para superá-las. O que se golpeou nos anos 60 foi toda uma frente política que se refletiu na cultura, quando a classe média e o povo se juntaram para formar aqui um projeto nacional. O povo não era, como se pensava, um rebanho de marginalizados. Era uma coisa ideologicamente mais complexa. Era todo grupo, pessoa ou classe social interessado efetivamente na emancipação econômica do país e não comprometido com as classes espoliadoras do processo de criação de riqueza do país. Isso é que foi golpeado. Tentou-se impor ao povo um movimento inverso àquele. Em vez de fazer uma frente com o povo, a classe média se une agora aos interesses dos exploradores e tenta criar um modelo que, aliás, já se está escoando. Neste momento, o que está sendo golpeado é a aliança de setores da classe média com o povo para criar um projeto nacional. Neste momento, não adianta culpar os burocratas da censura, que obedecem a ordens. O problema é que há uma orientação geral que diz: essa estética, essa cultura e essa visão do país são enfoques que não nos interessam politicamente. Diante disso tudo, começar a questionar qual foi o artista que vacilou, qual foi o pobre coitado que teve de sobreviver, qual foi aquele que, sem saída para fazer um teatro mais próximo de sua sensibilidade, pegou aqui, alugou ali, não tem o menor sentido. Não acho que seja a hora.

Plínio — É hora, sim. Essas coisas que o Paulo disse são importantes mais para a classe teatral do que para a censura, porque a classe realmente se acomodou. São poucos os homens da classe teatral que podem raciocinar em termos tão brilhantes como o Paulo fez. Além do mais, entraram para o teatro, a partir de 1968, muitos empresários que ainda não têm o compromisso com o espetáculo-ideia. O problema deles é bilheteria e ganhar subvenção. Esses caras não vacilam em nenhum momento em importar cultura e não arriscam um tostão numa peça perigosa, isto é, que possa ser proibida pela censura. Isto tudo tem que ser alertado neste momento. Esse negócio de que agora não devemos falar, não.

Pontes — Não estamos em desacordo. Acho que o teatro brasileiro, comprometido com toda uma corrente de pensamento que foi golpeada, esse continuou resistindo. Cometeu muitos equívocos, às vezes se desesperou, em alguns momentos se omitiu, em outros tentou o deboche, se autodebochou, tudo como manifestação deformada de sua impossibilidade de se exprimir. Mas hoje, depois do desespero, depois da importação de vanguarda, depois da omissão e do autodeboche, acho que está demonstrado que só há uma saída para o teatro brasileiro: é voltar a se ligar aos problemas do povo brasileiro.

Plínio — Certo. Mas com o que você vai concorrer com espetáculos tes-

tados na Broadway, que vêm precedidos de uma tremenda propaganda, que entram aí esmerilhando?

Rangel — Concordo em gênero, número, grau e caso com que o Paulo Pontes disse a respeito das necessidades de um teatro nacional e popular, mas acontece que esse é justamente o que é golpeado pela censura. Não interessa ao poder a colocação real de uma problemática brasileira, seja no palco, na televisão, na imprensa ou no cinema. Na realidade, todos nós vivemos até algum tempo atrás a alegria de um milagre brasileiro que não existiu. O braço burocrático-repressor impede a denúncia dessa realidade e o teatro é feito em ligação com a realidade. Os dramaturgos brasileiros estiveram sempre à frente ou junto com as maiores questões que envolveram nosso país. É muito difícil não se identificar a presença de um autor nas lutas pela abolição, pela independência, pela República, enfim, em todas as lutas que foram moldando as características nacionais. As peças ora censuradas são exatamente as que canalizam esta verdade nacional e folclórica, seja através de uma visão política, social ou humana.

VISAÔ — Paulo Pontes disse que um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento de um teatro nacional e popular tem sido a censura e o colonialismo cultural. Qual a relação entre um e outro fator?

Plínio — Um serve ao outro, mas o colonialismo é pior. O empresário oportunista — falo com ressalvas, porque realmente há os preocupados com a cultura — e a censura são dois braços do colonialismo.

Rangel — O Paulo Pontes já falou muito bem disso, mas gostaria de acrescentar que o que aconteceu a partir de 1955 é que um número muito grande de profissionais do teatro, da música, do cinema estava falando mais ou menos a mesma linguagem. Como não havia a pressão da censura, havia um movimento de libertação cultural. Desde o momento em que a censura se restabelece, restabelece-se com ela o colonialismo cultural. A censura é um braço do colonialismo cultural, é um agente.

Plínio — O colonialismo cultural é a expressão da dominação econômica. O maior exemplo disso são os Bob Wilsons que vieram. Quando no ano passado a temporada do teatro em São Paulo estava caindo pelas tabelas, eles resolveram financiar um festival de nível internacional. E então vieram espetáculos em língua estrangeira e alguns falados em língua nenhuma. É o que eles usam para abafar a existência de mais de quatrocentas peças nacionais proibidas.

VISAÔ — Pelo que vocês disseram, pode-se chegar à conclusão de que o colonialismo cultural é o elemento estrutural e a censura o conjuntural?

Pontes — A censura já se transformou em elemento estrutural também. Desde Anchieta o teatro tem sido censurado e colonizado. O colonialismo é, na verdade, a expressão da dominação econômica. Quando eram os portugueses, a luta do dramaturgo brasileiro consistia em tentar impor a prosódia brasileira nos palcos; quando eram os ingleses, a cultura era inglesa. Porém, mais grave do que a transposição de espetáculos ou peças teatrais é a importação de padrões de criação. Trazer

uma peça dos Estados Unidos para cá não importa tanto; o que importa é que a estética nascida naquele país, os padrões de criação, se transpõem para aqui, e o artista brasileiro vira um braço do colonialismo cultural. Por exemplo, que significação tem para nós toda essa estética desesperada que se importou para o Brasil em nome do vanguardismo, quando o vanguardismo de um país subdesenvolvido tem de nascer das necessidades mais importantes e profundas da própria sociedade?

Rangel — Acredito que a censura seja um dos elementos que tem o sistema dominante no Brasil para criar o modelo de um novo homem brasileiro, que deve pensar conforme os parâmetros que este sistema lhe dá. Assim, a censura está ligada ao Decreto-lei 477, ao Ato Institucional n.º 5, está ligada a todos os instrumentos que impedem que a vida nacional possa existir através de um debate e de uma procura de soluções particulares para o país. Esse novo homem brasileiro não deve fazer política universitária, não deve colocar em pauta, no palco ou em qualquer outro lugar, assuntos que não sejam convenientes.

VISÃO — Quando vocês falam em orientação do Governo, demonstram uma visão muito monolítica. E como se não houvesse pelo menos duas tendências, uma de liberalizar e outra de manter o rigor atual.

Juca — O Governo reflete as contradições que existem dentro da própria conjuntura política, econômica e social do país. Assim como há posições que defendem um projeto rigorosamente diferente do aplicado atualmente, isto é, de injusta distribuição de riquezas, há outras que defendem a manutenção. Essas contradições se refletem em vários níveis do aparelho do Governo. Por exemplo, há ministérios onde é visível a tendência ao diálogo e à abertura. No Ministério da Educação a gente nota uma grande abertura ao diálogo. Também no Ministério do Trabalho tenho encontrado uma certa boa vontade no encaminhamento dos problemas.

Plínio — E a gente fica numa confusão danada, porque não sabe qual é o grupo de carta marcada.

Juca — É evidente que a boa vontade de certos ministérios às vezes é inútil. Os últimos acontecimentos demonstram isso. Eu, particularmente, tive oportunidade de manifestar ao Governo, longa e profundamente, o quanto seria simples, do ponto de vista político, a liberação da peça do Plínio Marcos, porque isso representava uma espécie de ponto de equilíbrio de todo esse problema de diálogo intelectual—artista—Governo. Seria uma demonstração de boa vontade em benefício da distensão. Alguns governantes se manifestaram sensíveis, mas nem mesmo eles conseguiram manter a posição.

Miranda — Minha situação é um pouco delicada, porque estou aqui como homem do Governo, ao qual sou leal e defendo onde deve ser defendido. Como homem de teatro já me manifestei, assinando um documento dos empresários há dois anos. Em nome do Governo quero dizer que o teatro não está atravessando a crise que foi apontada há pouco. Bem pelo contrário: há pelo menos quinze anos que ele não goza do crédito que tem atualmente. Há dez espetáculos fazendo sucesso entre o Rio e São Paulo há dois meses. Se se admite que a crise é na parte artística, aí é possível discutir, mas quanto ao crédito que ele está tendo, não. No que se refere à marginalização do pessoal e à inexistência de uma profissão, isso está sendo motivo de um grande trabalho por parte dos ministérios responsáveis. Tanto que o Ministério do Trabalho, com grande assistência do Ministério da Educa-

ção, vem trabalhando há mais de um ano para colocar a profissão no devido lugar. Portanto, de todas as manifestações culturais, parece que o teatro é a mais profissional de todas. Infelizmente, a música depende do beneplácito do Governo, o cinema, que é tido como indústria, também continua dependente, enquanto o teatro, mais do que nunca, independe da vontade do Governo. Depende do seu próprio esforço e, quando está dependendo do seu próprio esforço, está indo bem.

VISÃO — Juca, você manteve recentemente em Manaus um diálogo com o presidente da República. Como ele vê o problema?

Juca — Eu estava fazendo uma exposição ao presidente Geisel a respeito da profissão do ator e dos problemas que enfrentamos, relatando inclusive meus contatos com o Ministério do Trabalho, quando, em determinado momento, ele disse: "Vamos deixar um pouco esse assunto de lado. Que e que vocês estão achando da censura?". Apesar de vários órgãos terem divulgado algumas distorções a respeito, o que se verificou em Manaus foi que o pessoal estava preparado para debater o tema. Foi feita uma análise mais ou menos nos termos que estamos discutindo aqui: o problema de como a censura tem golpeado a cultura brasileira e de como ela tem criado entraves ao nosso desenvolvimento intelectual. Falou-se especificamente da peça do Vianninha (Oduvaldo Vianna Filho) e manifestamos a mágoa irreparável da classe diante do fato de que a um dos mais representativos dramaturgos que jamais surgiram o primeiro ato de reconhecimento do Governo foi a censura de sua peça *Rasga coração*, uma obra que foi dedilhada na máquina momentos antes de sua morte. Depois do caso do Vianninha, eu me referi particularmente ao caso do Plínio Marcos. O presidente ouviu tudo com muito interesse. Em determinado momento, o ministro da Educação (não como foi noticiado) fez um sinal ao presidente para saber se não era o momento de atender a outros compromissos. O presidente disse que não e continuou a debater o assunto. Quando o diálogo terminou, ele disse: "Ouvi e espero dos senhores um pouquinho de paciência, porque vamos procurar resolver esse problema". Depois, afastou-se.

Rangel — É evidente que há contradições inerentes ao Governo, mas estas existem até dentro do Governo da China. Entendemos essas contradições e estamos dispostos inclusive não apenas a dialogar, como até a colaborar com aqueles que lutam pela distensão. A própria parada de teatros aqui em São Paulo não foi um ato de provocação, mas, ao contrário, um gesto em busca do diálogo.

Plínio — Ao mesmo tempo, quando você fala em contradições dentro do Governo, a gente tem de ter cuidado também com manobras. Por exemplo: neste momento em que o *Abajur lilás* provoca um debate, aparecem membros do partido do Governo querendo transferir a censura do Ministério da Justiça para o Ministério da Educação, como se os dois ministérios fossem de outro Governo. Não achamos que a censura feita por um policial seja diferente da censura feita por um intelectual. Estão querendo dar dignidade à censura, coisa impossível, porque censura é sempre censura. Não queremos Conselho Superior de Censura, pois, como disse Millôr Fernandes, se é censura, não pode ser superior.

VISÃO — Plínio, você tem fama de ser um autor meio zangado, mas o Plínio se referiu às suas andanças em Brasília em busca de aprovação para sua peça. Com quem você conversou? **Plínio** — Pui do mais humilde cen-

sor aos escalões mais altos, sem quem etapas. Em todos consegui um tratamento do mais alto nível de respeito humano. Só que nenhum tinha condição de tomar decisão para liberar, só decisão para proibir. O que chamam diálogo parece ser a paciência que eles têm de ouvir os nossos argumentos para fazer prevalecer o deles. Culminou com uma audiência marcada com o ministro da Justiça, que não me recebeu e mandou um chefe de gabinete que fazia questão de declarar a todo momento: "Não estou aqui para falar, estou aqui para ouvir". E ouviu, ouviu, ouviu. Conclusão, só conversei com pessoas que não podiam tomar decisão.

Pontes — O que acho estranho é que há sinais evidentes de abertura política no nível que cada um atribuir. Os jornais estão noticiando os debates do Congresso; na imprensa, apesar da censura prévia em alguns órgãos, há um noticiário mais abundante. Agora, em relação à cultura é que não entendo. Fala-se em abertura, mas na primeira oportunidade que aparece um fato concreto, como a peça de Plínio, que vemos? Somos obrigados a chegar à seguinte conclusão: o sistema de forças que não poder entende que se pode abrir um pouco no Legislativo, porque de alguma forma há controle; pode-se abrir um pouco na imprensa, pelas mesmas razões. Quanto ao setor cultural, parece que eles acham que é uma coisa incontrolável.

Juca — E foi com a maior responsabilidade que agimos no caso de *Abajur lilás*. Onde havia possibilidade de conversar, conversamos. Temíamos que determinados setores do Governo não conhecessem a importância da peça do Plínio ou que no Departamento de Censura pudesse haver uma certa má vontade ("esse não é aquele tal? ..."). Por isso, desfizemos junto ao Governo todos os possíveis enganos.

Plínio — Para vocês verem até onde foi a nossa boa vontade. Todo mundo sabe que escrevo com palavras, e o palavrão bem colocado não ofende ninguém, não destrói nenhuma família. Como eles não sabem ler texto de teatro, e em se tratando de uma peça difícil, aplicamos dinheiro para montar o espetáculo, para que eles vissem que não era um amontoado de palavrões. Não adiantou. Os escalões superiores se recusaram a ver e mandaram censores, mas estes podem testemunhar que estiveram diante de um espetáculo muito digno. Em compensação, pegaram pedaços da minha peça e mandaram distribuir para os jornalistas.

Autran — É aquele velho argumento: se alguém vai ler a Bíblia apenas pelo que diz Salomão, vai ter a impressão de que a Bíblia é um livro pornográfico.

VISÃO — Quanto você chegou a lavar na peça?

Plínio — Não fui eu. O prejuízo quem teve foi o Américo Marques da Costa, uma pessoa ligada ao teatro, que produziu a peça animado com a possibilidade de uma abertura. Ele investiu quase 200 mil cruzeiros. O meu prejuízo é simples: cada vez que proibem uma peça minha, tenho de passar a viver de expedientes: me agarrar em fio desencapado, trepar em pé de vento, etc.

VISÃO — Esses prejuízos estariam afastando prováveis investidores ou deslocando seu interesse para outro tipo de teatro?

Juca — A insegurança e o pânico de que é tomado o teatro afastam qualquer investidor. O teatro tornou-se uma aventura de pânico.

Pontes — O que está acontecendo no momento, agravado pelas dificuldades da censura, é que começa a se criar em São Paulo e no Rio um bolsão com excessivo poder aquisitivo:

uma porção de novos ricos, como resultado da concentração de riquezas. Gente que há dez anos fumava Hollywood sem filtro e agora está fumando Rothmans com ponta dourada, comprava fusca e está com projeto de comprar Galaxie e botar chofer. No mercado de diversões, não havia um produto à feição desse novo consumidor. Agora, esse bolsão de poder aquisitivo começa a impor também o seu gosto e os seus padrões de consumo ao mercado de diversão. E aí entra o empresário oportunista de que falou o Plínio, alicerçado nesse problema de hese que é a excessiva concentração de riquezas num setor da população. Mas aquele empresário tradicional, o que escolhia a peça para montar, esse vai acabar. Em seu lugar vai surgir o especulador, como já está surgindo. E vão nascer neste país, que é medieval no Nordeste e pré-capitalista em Minas, a *Broadway* e a *off-Broadway*.

Juca — Mas nós não nos vamos colocar contra a existência de uma indústria de espetáculos. Isso é auspicioso, até mesmo para a cultura brasileira. A existência de uma *Broadway* não é um mal, é excelente, mesmo porque não seria lícito argumentar com os atores que esses espetáculos pagam bons salários, mas não são bons.

Plínio — No momento em que a gente não tem condições de defender o nosso mercado de trabalho, colocome contra. Recebo muitas cartas dizendo: "Plínio, você que é a favor da liberdade de expressão, por que combate a androginia, a importação de cultura? Elas não têm direito de se expressar?". Não, porque elas estão esmagando a nossa forma de defesa. É um mal muito grande que está varrendo a nossa consciência do palco brasileiro. A gente não fica bravo quando se reúne um grupo de pessoas para produzir um Shakespeare, porque ele acrescenta algo à cultura do povo brasileiro. Mas para vender androginia, hippy e todos esses modismos, combato sim, até as últimas consequências.

Pontes — Como disse o Juca de Oliveira, é um fenômeno contraditório. Não é só negativo. Vai haver realmente melhores condições de trabalho para um setor da classe teatral. Mas o dado fundamental é que o fenômeno vai expropriar das fontes de produção do teatro no Brasil os artistas e autores que mais têm contato com a realidade, e o prejuízo cultural vai ser grande. Mas, se estamos vivendo a Idade Média e chega o capitalismo, não vamos ficar lamentando: "Ai, que saudades da Idade Média". O negócio é a realidade que se impõe. A saída eu acho que é disputar esse bolsão.

Plínio — Nós tentamos disputar, com o *Abajur*, e fomos esmagados.

Pontes — Está bem, Plínio, mas por termos apanhado não vamos voltar para casa chorando. Em face desse problema, está começando a surgir a seguinte mentalidade: vamos criar um circuito paralelo, um mercado junto ao estudante, etc. Acho que mercado paralelo é coisa importante, mas a luta principal é para defender o palco brasileiro como centro de nossa atividade. Se surgiram no Rio 200 mil espectadores, temos que disputá-los. Vamos tentar criar um espetáculo para essas 200 mil pessoas. Fugir delas é ir para o marginalato, que é a pior solução.

Plínio — Com suco de laranja ninguém concorre com Coca-Cola.

Pontes — Teatro não é suco de laranja, Plínio. A dramaturgia brasileira tem algo, como você mesmo acha, que eles não têm. Seja do ponto de vista político, seja comercial, ela tem uma coisa única: personagem e linguagem brasileira.

Rangel — O que o Paulo falou é significativo e me pergunto se não há algum problema com a economia do

teatro brasileiro, que é uma economia completamente louca dentro de um sistema capitalista. Isso começa pelo extorsivo preço do aluguel das casas de espetáculo, que chega a atingir 30% da arrecadação. É um absurdo que gera o que o Plínio denunciou: o surgimento de um empresário oportunista que vai jogar na certa, isto é, vai jogar no que foi testado fora de nosso país.

Pontes — Mas o problema colocado pela economia não se esgota com os dados econômicos. Não é o empresário que vai dar a saída, porque o problema do teatro é um problema cultural, não econômico. O prejuízo é um prejuízo para a história do país. Um período de quinze anos sem criação cultural aguda não é uma ferida fácil de cicatrizar. Veja-se o caso de Portugal: ao final de 48 anos, a sociedade não criou absolutamente nada. Isto não se reflete nas dificuldades de se criar um projeto nacional também econômico? Como é que se disporá de cérebros, estrutura, inteligência e dignidade para se criar um projeto nacional, se não se desenvolveu a cultura do país? Esse é o perigo de se entregar o processo de construção cultural nas mãos de aventureiros e especuladores. É o que temos de denunciar: a ferida na alma brasileira e o clarão que se dará na própria preparação dos quadros futuros.

Juca — Mas há setores do Governo que se preocupam com o problema, porque não é somente uma violência ao teatro. O nosso projeto educacional, por exemplo, está eliminando as matérias humanísticas e criando técnicos que são robôs e máquinas, mas estas máquinas, que aparentemente dariam saída ao problema econômico, acabam opondo entraves violentíssimos a isso que eles chamam de desenvolvimento. Quanto ao que o Plínio falou, da androginia, temos que denunciar, mas de maneira mais consequente. O *rock*, o *Hair*, a androginia, a substituição da linguagem por gestos físicos, tudo isso que entrou como vanguarda e que imediatamente certos setores da nossa inteligência apanharam como uma saída, inclusive como um protesto, significava nada mais nada menos do que uma estratégia das multinacionais no sentido de padronizar o gosto, para que atrás disso viesse a indústria da padronização: o disco, o cassete, o videocassete, etc. Essas coisas são evidentes e já amadureceram demais as possibilidades de se fazer um congresso nacional da cultura brasileira para que cada setor denuncie em profundidade o problema. As teses e resoluções seriam encaminhadas, como última instância da cultura, a todo o território nacional e, consequentemente, ao Governo. O que sair como resolução final do congresso será a resolução da cultura brasileira. Acredito que já haja condições para a iniciativa e que o momento seja esse.

VISÃO — Que tem feito o Governo especificamente pelo teatro?

Miranda — O Governo vem tomando várias iniciativas no sentido de dar cada vez mais facilidades ao empresário e ao movimento teatral. Por exemplo, não houve nenhuma determinação para que o nosso concurso de dramaturgia sofresse restrições. Foram premiados os que mereciam ser premiados, apesar de se ter noticiado amplamente que a peça vencedora teria sido proibida. Não é verdade, porque até o momento não houve proibição nenhuma. É verdade que não houve liberação, mas proibição também não houve. Portanto, parece que é um pouco prematuro falar-se que a peça de Oduvaldo Vianna Filho não seria montada e que há incoerência por parte do Governo ao premiar por um Ministério e proibir por outro. Mesmo que isto

tivesse acontecido não seria incoerência, pois cada Ministério tem funções distintas.

VISÃO — Do seu ponto de vista, existem indícios de que esteja havendo distensão na área do teatro?

Miranda — Várias medidas que estão sendo tomadas são de uma abertura enorme. Por exemplo, o Governo colocou a frente do Serviço Nacional de Teatro um homem de teatro, assim como está colocando em outros órgãos elementos da classe teatral. Ele está realmente querendo aproximar-se, pois quando coloca pessoas de teatro sabe muito bem que poderá ter problemas dentro do próprio Governo. No passado, o Governo achava que não devia "meter-se com essa gente de teatro". Neste momento o Governo está justamente querendo meter-se com gente de teatro. E, mais, criando condições de infraestrutura há tanto reclamadas por nós. **Plínio** — Mas esse é o problema essencial. Os incentivos são para o bem comportado. Então, o teatro tem de ser bem comportado. E o teatro bem comportado é um teatro acomodado, é praticamente extinto.

Autran — Não é só teatro, Plínio, é a arte. Não existe arte bem comportada. Arte é criação e liberdade de criação e expressão. No momento em que não há esta liberdade, deixa de haver arte.

Miranda — Mas os culpados fomos todos nós do teatro, e agora falo como homem de teatro também. Durante muitos anos nos acomodamos. As pessoas até parece que se acomodaram em relação à censura: não continuaram a lutar, não continuaram escrevendo. Reclama-se da falta de local de ensaio, da falta de casas de espetáculo, isso não é verdade. O que falta é as pessoas se movimentarem para conseguir essas condições. Há dois anos lançamos um documento denunciando uma série de problemas de ordem geral, onde a censura era também um elemento. Mas não nos fixamos apenas no problema da censura.

Rangel — Houve de nossa parte um consenso de que o problema maior do teatro brasileiro era a censura e por isso ela está sendo discutida, mas podemos discutir outras coisas.

Miranda — Eu continuo achando que o problema mais sério, em primeiro lugar, é a nossa inércia. Em segundo, são as idéias preconceituosas que temos contra as coisas. Cada um acha aquilo que está fazendo a coisa mais importante. Na medida em que deixarmos de ser preconceituosos e passarmos a agir de peito aberto, enfrentando os problemas e trabalhando, haveremos de vencer. Evidentemente, a censura também é um problema.

Plínio — Como é que a gente não deve ser preconceituoso? 450 peças proibidas e o autor não tem de ser preconceituoso?

VISÃO — A proibição da peça do Plínio Marcos teria constituído um retrocesso na disposição de abertura do Governo?

Miranda — Não foi um retrocesso. A peça de Plínio Marcos vai resultar em alguma coisa.

Plínio — Vai. Vão liberar as outras peças e deixar a minha lá.

Miranda — O assunto foi levantado. Não que alguém me tenha dito, mas sinto que o problema mexeu com gente do Governo, quer do Executivo, quer do Legislativo, mexeu com o jornalismo, com gente ligada ao teatro. É hoje um assunto palpitante. **Autran** — O Governo falou em distensão, lenta e gradual. E a classe espera que esta distensão comece realmente, porque para o teatro ainda não começou.

Pontes — A presença do diretor do SNT, submetendo-se a um confronto

com pessoas que têm justas reclamações a fazer, é auspiciosa. Não fosse ele um homem de teatro e nós não teríamos a oportunidade deste encontro. Em face disso, gostaria de introduzir outros temas no debate. Faz-se teatro com três coisas: casa de espetáculo, ator, por conseguinte escola, e peças para representar. O resto é supérfluo. Se fizermos um balanço do que aconteceu nesses setores, nos últimos anos, chegaremos à conclusão de que o teatro brasileiro se empobreceu. A fonte do teatro amador, que era o teatro universitário, praticamente acabou. Sei de várias universidades cujos grupos acabaram. O processo de formação do ator no Brasil, se era fraco, agora é quase nulo. Do ponto de vista da casa de espetáculo, a situação é constrangedora, e do ponto de vista da feitura da peça as condições são cada vez piores. O balanço de mais de quatrocentas peças proibidas é o sinal para o autor, que passa a se automutilar, se autocensurar, a empobrecer sua capacidade de diálogo com o público. E se, ao invés do que estou dizendo, tivesse aumentado o número de escolas e o número de teatros, mesmo assim bastaria o fato de que a dramaturgia foi incrivelmente enfraquecida para caracterizar a crise.

Miranda — Mas nós estamos neste momento pensando nisso tudo e fazendo exatamente aquilo que um grupo da maior representatividade no Rio colocou em documento. A política que foi aqui denunciada é coisa do passado. O presente não é esse. É completamente diferente, porque acabamos com o regime de subvenção. O que existe no momento é a valorização daqueles que devem ser valorizados e prestigiados. Mas, quando falamos em teatro, é evidente que queremos um teatro brasileiro; só não podemos esquecer que no teatro não existe só o autor. Existem os atores, diretores, cenógrafos, etc. Por isso, não podemos invalidar, por exemplo, um evento como a montagem de *Ricardo III*, uma peça que vai sair pelo Brasil afóra com 100% de cobertura de viagem. Isto é, aquilo que foi reivindicado e reclamado: a descentralização do teatro; criar condições para que companhias possam viajar pelo Brasil. Não sei se com isso deixei bem claro que, em primeiro lugar, estamos botando em prática tudo o que foi iniciado há dois anos. Segundo, a idéia do paternalismo da subvenção das ante-salas, das salas fechadas, dos amigos, a pressão, não nos está preocupando, porque é um assunto do passado.

VISÃO — Que contribuição a classe teatral tem dado ou pode dar no processo de distensão?

Rangel — No momento em que o presidente da República acena com a possibilidade de uma distensão, isso é um chamamento para o povo brasileiro, através de seus deputados, de seus jornalistas, de seus intelectuais. Sou favorável à abolição total da censura, mas, se meu país tiver de encontrar isso de uma maneira lenta e gradual, acho melhor que seja de uma maneira lenta e gradual do que não ter isso nunca. Não tenho motivo para duvidar dos bons propósitos do presidente da República. Ele está com suas contradições internas em seu processo de Governo, como qualquer poder tem, mas, se ele pede o concurso da gente, penso que é nosso dever dar sugestões. Se ele as aceitar, muito bem. Se não aceitar, veremos que a distensão não será tão lenta nem gradual. Ela simplesmente não existirá — aí cada um de nós tomará o caminho que desejar.

Pontes — Mas — veja — o problema é que, se eu digo, por exemplo, que considero bom que haja o Conselho de Censura, vai o Governo e faz um Conselho de Censura como ele

quer e depois diz: "Não era isso que vocês queriam?". Quanto ao Serviço Nacional de Teatro, eu acho melhor ter lá o Orlando Miranda do que um cabo eleitoral de um senador do Rio Grande do Norte. Isso para mim é da maior importância, pois sei que uma luz que seja acesa num teatro brasileiro desocupado é importante. Sou contra é fazer desse benefício material o centro de uma política cultural. Prefiro o Orlando lá, claro, porque não sou apenas um homem de idéias, eu também sou operário, também bato pregos, bato cenários, eu sou um homem que precisa sobreviver. **Plínio** — Mas, no momento em que você souber que grande parte de sua classe está marginalizada desses benefícios, é preferível que todos fiquem marginalizados.

Pontes — Não! Quanto pior melhor, não. Conheço um número enorme de pessoas que está conseguindo trabalhar sem precisar do dinheiro do Governo. Agora, se o Governo equipar um teatro, o profissional, só por isso, não deve trabalhar naquele teatro? Não, ele tem de trabalhar.

Plínio — Mas eles só dão esse mínimo, que é o local de trabalho, e não dão liberdade de expressão. Então a tendência é a gente se acomodar diante disso.

Pontes — O sindicato é o instrumento de luta política. Seu trabalho fundamental também é lutar por liberdade de expressão para poder reivindicar melhores salários. Mas só porque ele não pode reivindicar liberdade de expressão você acha que não deve lutar por melhores salários?

Plínio — No momento ele não tem condições de reivindicar nada.

Pontes — Mas ele não pára de cavar condições para reivindicar pelo menos o material.

Autran — Se estamos aqui discutindo é porque a gente existe. Se uma revista como *Visão* se interessa por saber nossa opinião, é porque nossa opinião vale alguma coisa. A partir do momento em que a gente não existir, estaremos apenas colaborando com aqueles que acham que o teatro é um mal. Na verdade, qualquer artista, mesmo nas condições mais adversas, consegue dizer alguma coisa. Tendo oportunidade de fazer, tem de aproveitá-la, exercer sua influência o mais possível, lutar por sua liberdade. Mas, no momento em que ele se suicida, não pode fazer mais nada.

Plínio — Mas ele não se suicida. Quer ver como é que se vai explicar a ausência do teatro, dos grandes nomes do teatro? É isto que a história cobra. Na Alemanha de Hitler, onde estavam os autores?

Rangel — Estavam escrevendo fora de lá, mas continuaram escrevendo. Alguns ficaram lá e terminaram em campos de concentração. Isto não é problema dos autores. A responsabilidade por esse fato pertence ao Governo e é ele quem vai responder por isso. Nós nunca nos furtamos a qualquer tipo de diálogo, seja ele proposto por quem for. Estamos num beco sem saída, numa noite escura, estamos vivendo nas trevas e os abajures não podem ser acesos. Então, se apareceu uma luz lá longe, você pára e procura encontrar alguma coisa. Eu me aferrô a tudo.

Autran — O seu desencanto, Plínio, você pode estar certo de que é compartilhado por muita gente. Mas, como profissionais, temos que acreditar. Se o Governo fala em distensão lenta e gradual, vamos acreditar mais uma vez. Profissionalmente, vamos acreditar nisso. E vamos tentando o possível para que isso realmente se concretize. Mas, se intimamente a gente não crê que isso possa concretizar-se, aí é um outro problema.

Plínio — Mas eu trabalho em teatro e não posso usar teatros feitos pelo Governo, porque não me deixam. Por

exemplo: para fazer um espetáculo em Santos, a Prefeitura de lá resolveu botar um anúncio no jornal dizendo que eu não vou a Santos com o patrocínio deles. Ninguém pediu o patrocínio e eles têm o atrevimento de botar esse anúncio no jornal. Em Campinas eu não posso fazer espe-

táculo porque o teatro é da Prefeitura e eles não me emprestam. Eu não entro em teatro nenhum desses. É isto que vocês têm de ver.

Pontes — O que o Plínio falou é de suma importância. O processo crescente de policiamento da cultura brasileira, em particular do teatro bra-

sileiro, chegou a um ponto tal que é difícil até exercer a profissão. Então, o problema da censura deixa de ser ético, político, para ser econômico. Há dezenas de profissionais que não estão podendo trabalhar por causa do problema da censura. Quando isso chega a se exprimir dessa forma,

quando um dos mais importantes autores do teatro brasileiro — cujo *meter* é comprovado, ele não é um dileitante — não pode mais exercer sua profissão, aí já é um problema de sobrevivência da nossa atividade. Isso que o Plínio disse deve ser sublinhado como a denúncia mais grave de todo esse debate.

STF CONFIRMA CENSURA PREVIA

SEXTA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 1975

NOTAS E INFORMAÇÕES

ESP-27/8/75

O Supremo Tribunal Federal decidiu ontem, acompanhando voto do ministro Thompson Flores, que "é insuscetível de apreciação judicial a censura prévia de qualquer publicação literária ou artística, quando a medida, a cargo da Polícia Federal, decorrer de aplicação de Ato Institucional". A decisão foi proferida no mandado de segurança impetrado pela "Editora Paz e Terra", responsável pela publicação do semanário "Argumento", que não circulou além do terceiro número. Contendo colaboração de intelectuais brasileiros, entre os quais o pensador católico Alceu Amoroso Lima e o ex-candidato do MDB à Vice-Presidência da República, escritor Barbosa Lima Sobrinho, a edição de 18 de janeiro de 1974 já estava com a empresa distribuidora quando foi apreendida pelas autoridades policiais. A Superintendência da Polícia Federal passou a exigir que o semanário fosse previamente submetido à censura, com antecedência mínima de dez dias, desde o material fotográfico até as "charges", capa e contracapa e texto de qualquer natureza.

GENÉRICO

A decisão do Supremo Tribunal Federal foi considerada histórica pelos numerosos advogados e jornalistas presentes à sessão. Com o indeferimento do mandado de segurança, no qual pela primeira vez a mais alta corte do País se pronunciou sobre o aspecto constitucional da censura prévia, toda a imprensa brasileira e as editoras de livros ficam definitivamente sujeitas à orientação política do governo federal para permitir ou não a sua divulgação.

Recorda-se que coube ao ex-presidente Garrastazu Médici a iniciativa de determinar a censura genérica, como medida coercitiva "idêntica às do Estado de Sítio". Seu despacho, datado de 20 de junho de 1973, aprovava exposição de motivos do então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, horas depois que o Tribunal Federal de Recursos concedia mandado de segurança para livrar o semanário "Opinião" da censura prévia exercida pela Superintendência da Polícia Federal. O TFR julgara ilegal a censura determinada por Buzaid, e a solução do ex-ministro da Justiça para mantê-la consistiu na exposição de motivos que Médici aprovou.

O alcance de um julgamento

Lavrrou-se antontem o mais severo — e ao mesmo tempo mais sincero — diagnóstico da Justiça no País: com a sentença proferida pelo Supremo Tribunal Federal a respeito da censura prévia a qualquer publicação literária ou artística, ninguém mais poderá pôr em dúvida a subordinação do Poder Judiciário ao Poder Revolucionário. A ampla e profunda competência jurisdicional do Supremo, razão de ser desse superlativo absoluto, sua função de decidir acerca das atribuições dos poderes públicos e do conteúdo da Constituição, de formular as bases e limites do governo, da legislação e de sua própria jurisdição, relativizam-se, retraem-se e se calam diante de dispositivos do Poder Revolucionário, sejam estes as Disposições Transitórias (artigo 182) em que ficou ancorada a Constituição de 1969 ou um simples despacho do presidente da República, como o do presidente Médici, que fundamentou o julgamento de antontem.

Para reavivar a memória do leitor e dar-lhe a dimensão desse pronunciamento que até agora o Supremo tinha conseguido descartar, é conveniente uma retrospectiva dos fatos.

Em janeiro de 1970 o presidente Médici baixou o Decreto-lei 1.077, instituindo a censura prévia de livros e periódicos, quando o Ministério da Justiça a julgasse necessária à verificação de infrações à proibição de "publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes". Aprovado o decreto no Congresso, o MDB representou junto ao procurador-geral da República, arguindo sua inconstitucionalidade flagrante face ao disposto no parágrafo 8.º da Constituição: "É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação, independentemente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos... A publicação de livros, jornais ou periódicos não depende de licença da autoridade". Em março de 1971, a representação do MDB era arquivada: só ao procurador-geral da República competia a iniciativa de encaminhar ao Supremo a representação de inconstitucionalidade. Permanecia a censura prévia, sem que o Supremo se visse obrigado a entrar no mérito da questão.

Dois anos mais tarde, numa causa do semanário carioca Opinião, patrocinada pelo ministro (aposentado) Adauto Lucio Cardoso, o Tribunal Federal de Recursos concedia mandado de segurança contra a censura prévia a que estava sendo submetido o periódico — mas também sem julgar de inconstitucionalidade do decreto que a introduzira. No dia seguinte, o presidente Médici restabelecia a censura prévia àquele semanário, valendo-se do artigo 9.º do Ato 153, que faculta ao presidente da República o recurso a duas medidas coercitivas do estado de sítio: a suspensão da liberdade de reunião e associação e a "censura da correspondência, da imprensa, das telecomunicações e diversões públicas".

PROTESTO DOS ARTISTAS

Um grupo de 23 artistas de teatro, cinema e TV tentou ontem entregar uma carta ao Presidente Ernesto Geisel, na qual exprime a apreensão da classe diante dos obstáculos que vêm enfrentando para exercer a profissão. Eles não passaram nas ante-salas, onde foram recebidos pelo Sr. Alberto Costa, subchefe especial do Gabinete Civil.

J.B. - 29/8/75

Após alguns minutos de ligeira confusão, o ator Paulo Gracindo leu em voz alta a carta dirigida ao Presidente que, entre outras coisas, afirma que "o país vive uma triste contradição: enquanto a sociedade se moderniza, a cultura, por efeito de um código de censura anacrônico e implacável, se avilta, se desfigura e se desnacionaliza."

MOVIMENTO NA LSN.

J.B. - 5/9

O Departamento de Polícia Federal convocou ontem, em São Paulo, o diretor responsável do seminário Movimento, Sr. Antonio Carlos de Carvalho Ferreira, e comunicou-lhe que por publicações feitas no número de divulgação, ele está enquadrado em dois artigos da Lei de Segurança Nacional.

O Acordo Nuclear

Visão, 7 de julho de 1975

O texto do acordo confirma as declaradas intenções pacíficas de seus signatários. Eles proclamam-se, por escrito, partidários do princípio de não-proliferação e prometem colocar-se sob o guarda-chuva das salvaguardas da AIEA.

O documento, de menos de seis laudas, forma o pano de fundo contra o qual a Nuclebrás, de um lado, e as empresas privadas e os institutos de pesquisas da Alemanha Federal, de outro, criarão uma sistemática de cooperação industrial e tecnológica. Os instrumentos de implementação cobrem as seguintes áreas:

1) Prospecção, pesquisa, desenvolvimento, mineração, exploração de depósitos de urânio no Brasil, assim como produção de urânio natural. Essa atividade será exercida por uma empresa formada pela Nuclebrás (51%) e pela Urangesellschaft (49%).

2) Enriquecimento de urânio, construção de uma fábrica-piloto no Brasil e programa tecnológico na RFA. Do acordo assinado pela Nuclebrás nascerá uma empresa binacional com 15% de participação da STEAG e 10% da Interatom. O projeto aplicará o processo da separação a jato para en-

riquecimento do urânio, desenvolvido no Centro de Pesquisas de Karlsruhe.

3) Indústria de reator nuclear. Esta área compreenderá o suprimento de equipamentos para usinas de força, criação de empresa para produção de combustível nuclear. A *joint-venture* da Nuclebrás aí será com a KWU e duas outras empresas.

4) Reprocessamento de combustíveis irradiáveis. Para isso será construída uma indústria-piloto no Brasil, com participação da Kewa.

5) Financiamento, com participação de bancos alemães.

No esplêndido salão do moderno edifício do Ministério de Pesquisa e Tecnologia alemão, a presença solitária de um empresário brasileiro entre diretores da Nuclebrás, da Eletrobrás e de Furnas. Carlos Villares explicou o fenômeno: "Estou aqui como diretor da ABBIB, convidado pelo ministro Ueki para observar a cerimônia. Até esse momento, porém, o setor privado nacional foi mantido inteiramente no escuro. Já adverti o ministro de que, se isso não for corrigido a tempo, vai haver oposição no Brasil ao acordo. Se me pedirem para assinar alguma coisa, não assino".

A expectativa resignada dos cientistas

Visão, 7 de julho de 1975

As vésperas da assinatura do acordo nuclear Brasil-Alemanha, o clima reinante entre a relativamente restrita comunidade dos cientistas nucleares brasileiros era de "resignada expectativa", define Vladimir Herzog, de Visão, depois de ouvir pesquisadores do setor em São Paulo, Rio e Belo Horizonte. "Em relação ao que havia antes, é um progresso", afirma, por exemplo, o professor José Goldenberg, do Instituto de Física da Universidade de São Paulo. Para ele, a solução de Angra dos Reis — importação pura e simples de um reator que funciona a urânio enriquecido nos Estados Unidos — foi "uma maneira algo brutal" de responder às necessidades nacionais de energia.

Goldenberg e seus colegas de outros Estados reconhecem que o país está às portas do esgotamento de suas potencialidades hidroelétricas, especialmente na região centro-sul. Nota um cientista mineiro: "Nosso petróleo é escasso; o carvão, ruim; e as fontes hidroelétricas cada vez mais distantes dos principais centros consumidores. É natural, portanto, que se queira produzir energia nuclear com urgência para manter o ritmo de desenvolvimento do país". Além disso, outro fator importante tornaria "compreensível" o acordo com a Alemanha: as condições de financiamento — "certamente melhores que as dos americanos".

O resto são dúvidas. Primeira: o acordo dará algum dia ao Brasil autonomia no terreno nuclear? "Definitivamente não", responde um cientista com funções de responsabilidade. "O acordo com Bonn dificilmente incluirá dispositivos capazes de romper, mesmo a médio e longo prazo, o cordão umbilical da dependência tecnológica." Por isso, teme um professor paulista, os cientistas e técnicos brasileiros, se e quando forem chamados a trabalhar nos oito reatores a serem construídos até 1990, poderão ficar reduzidos "a pouco mais que apertadores de botões".

A questão da transferência tecnológica é, de todas, a que gera maiores divergências entre os cientistas nacionais. Segundo um membro do Conselho Nacional de Pesquisas, a transferência "terá que acontecer, não por

força do acordo, mas como necessidade operacional". O grande problema, para ele, é saber se o Brasil terá capacidade para absorver essa tecnologia. "O processo", argumenta, "exige um mecanismo transmissor, um receptor capacitado e um meio, representado pela infra-estrutura necessária para suprir tecnologicamente o conhecimento científico adquirido". A seu ver, seria preciso proceder como na implantação da indústria automobilística: "importar uma indústria e, depois, desenvolver toda uma gama de indústrias satélites".

No entanto, para alguns pesquisadores, a comparação não faz sentido. Afirma José Goldenberg: "A indústria automobilística não passa de uma indústria de transplante. Até hoje não há nenhuma indústria nacional de automóveis, nem existe um *design* nacional. Além disso, a tecnologia nuclear é *sui generis*: acredito que nenhuma firma brasileira irá lançar-se em grandes esquemas de adaptação para fabricar um reator por ano. É o *engineering* nuclear, onde a tecnologia brasileira mais se deveria fazer sentir, ao que tudo indica, virá completo da Alemanha".

A segunda dúvida diz respeito ao método de enriquecimento de urânio a ser adotado. Aparente-mente, tratar-se-ia de uma discussão acadêmica sobre detalhes envolvendo noções sofisticadas de física nuclear. A questão, porém, é mais grave: vários cientistas acreditam que "mais uma vez estamos servindo de cobaias — e vamos pagar 5 bilhões de dólares à Alemanha por isso", nas palavras de um especialista mineiro.

O pessimismo deriva do fato de que o acordo com a Alemanha revela a opção por um método de enriquecimento de urânio cujos resultados são ainda incertos: o chamado *jet nozzle*. Ele está ainda em fase experimental na Alemanha e na Inglaterra. Descartado o método da difusão gasosa, muito caro e tecnologicamente inacessível por ser virtual monopólio americano e soviético, por que o Brasil não adotou a técnica da ultracentrifugação, já empregada em escala semi-industrial? Segundo alguns

EDITORIAL DO "ESTADO DE SAO PAULO"

O ACORDO NUCLEAR (trechos)

ESP-26/9/75

Só hoje, quando se vêem as coisas em perspectiva, é que se pode compreender atos que, à época, pareciam ditados por meros acessos demagógicos próprios de governos anteriores a 1964. O primeiro passo para assegurar a autonomia de decisões foi a assinatura do Tratado de Desnuclearização da América Latina, votado no México em 1968. O importante, nesse tratado, é que ele, proibindo às partes contratantes a fabricação, o armazenamento e o uso de armas nucleares em qualquer território da América Latina, permite que os signatários realizem explosões atômicas para fins pacíficos, isto é, deixa uma abertura para o desenvolvimento de tecnologia nuclear própria ou em associação com terceiros. O segundo passo pareceu contraditório em relação a esse: foi a recusa a subscrever o Tratado de Proscrição das Armas Nucleares, negociado em Genebra e referendado pela Assembléia Geral da ONU. O exame das posições então assumidas pelo Brasil permite ver que a contradição de fato não existiu, na medida em que o governo brasileiro considerava que o Tratado de Proscrição, consagrando o Clube Atômico e a minoridade do resto do mundo, estabelecia cláusulas restritivas mais severas que as do México ou do próprio instrumento que criou a Agência Internacional de Energia Atômica, encarregada de fiscalizar o uso de materiais nucleares, através do instituto das "salvaguardas". Assinando o Tratado do México e negando-se a fazer o mesmo com relação ao de Proscrição de Armas Nucleares, consideraram as autoridades de Brasília que seria possível, no momento azado, fazer sua escolha por um tipo qualquer de tecnologia nuclear, desenvolvê-la e chegar, só ou com o auxílio de terceiros, a realizar explosões nucleares para fins pacíficos (o que significava ter a tecnologia específica da fabricação de armas nucleares).

pesquisadores, a resposta é política. "A Alemanha", notam eles, "no campo da centrifugação, é sócia da Holanda e da Inglaterra, países extremamente permeáveis a pressões dos Estados Unidos. Bonn teria de enfrentar a um só tempo Washington, Londres e Haia."

Para a maioria dos cientistas nucleares ouvidos por Visão, a solução ideal, tendo em vista a meta da independência tecnológica, deveria ter sido a construção de reatores a urânio natural. Primeiro, porque o país já dispõe de razoável acervo de conhecimentos derivados da operação com urânio natural; segundo, porque parece existir aqui mais urânio do que se vem dizendo até hoje. "Então", pergunta um pesquisador, "por que importar um parque de reatores que irão funcionar a urânio enriquecido?". Observa outro especialista: "Independência quer dizer independência das fontes de energia, como até o Governo descobriu na crise do petróleo. Agora, parece que estamos embarcando na canoa da dependência do urânio enriquecido — e enriquecido por um método cujas pesquisas ainda estão na infância".

Ao lado da preocupação com a independência tecnológica, os cientistas nucleares brasileiros evidenciam um sentimento de marginalização. "Não vejo neste acordo onde vão entrar os institutos de pesquisa nacionais", lamenta José Goldenberg. Existem no Brasil três institutos de pesquisa nuclear onde trabalham cerca de trezentos técnicos de nível superior. "Que papel relevante lhes será destinado?", indaga o professor do Instituto de Física da USP.

Sua perplexidade é compartilhada

por um renomado físico de Belo Horizonte, para quem a mão-de-obra especializada brasileira praticamente só será necessária para "operar" os reatores. Segundo ele, os acordos internacionais de salvaguarda impedirão o Brasil de participar do processo decisório sobre a utilização dos reatores; em consequência, "nossos pesquisadores, forçados a seguir projetos e modelos importados, não poderão participar criativamente do processo". Sua conclusão é melancólica: "Provavelmente, só o segundo time brasileiro irá trabalhar nesse programa, porque se trata de um empreendimento comercial, não de um desafio científico".

Embora admita que os acordos agora negociados poderão levar a uma "certa dose de autonomia, talvez dentro de dez anos", um físico paulista queixa-se de que nunca foi posta à prova a capacidade nacional de planejamento na área de reatores. E a única vez em que isso começou a ocorrer, com o "grupo do tório", de Belo Horizonte, o projeto foi dissolvido, por motivos até hoje pouco esclarecidos. Esse grupo se propunha a desenhar e construir um reator completo, tendo por combustível o tório. "Talvez a coisa acabasse não dando certo", reconhece o cientista. "Mas, pelo menos, seria uma boa escola para os nossos pesquisadores, que teriam a oportunidade de trabalhar num projeto integrado."

"Aqueles que desconfiam sistematicamente da tecnologia nacional nos acusam de querermos reinventar a roda", ironiza um cientista carioca, "mas o fato é que o pesquisador brasileiro quase só consegue recursos e pedidos que lhe permitem, quando muito, reinventar a roda." Golden-

berg, por sua vez, acha que o argumento é "mãe fé pura". Para ele, trata-se de inventar um "conceito tecnológico próprio" — o *engineering* — "a partir do qual é que se decide o que comprar de quem". Ele concorda que a atividade científica no Brasil tende a ser abstrata, desligada da realidade, "mas não há nenhuma determinação histórica para que seja assim sempre e em todos os casos".

Os cientistas hesitam em dizer que a nova política nuclear brasileira seja apenas uma transferência de dependência tecnológica dos Estados Unidos para a Alemanha, mas temem que isso possa acontecer. "Acredito", afirma José Goldenberg, "que o Governo não quer apenas trocar de fornecedor, mas chegar a algum domínio da tecnologia nuclear. Resta ver se isso será possível."

O QUE O AMERICANO QUER E VENDER REATOR

EXAME, AGOSTO 1975

Berni Pfaffenbach é assistente do chefe da divisão de Energia do ministério da Economia da Alemanha. Neste depoimento exclusivo, ele procura explicar porque a diplomacia americana pressionou o governo alemão antes da assinatura do acordo nuclear com o Brasil.

O verdadeiro problema, porém, é que os americanos produzem reatores e querem vendê-los. O governo alemão sempre afirmou que não havia perigo no acordo que assinou com o Brasil. No estágio atual, o Brasil poderia conseguir sua energia nuclear em qualquer lugar. Dissemos também que não víamos nenhum novo perigo quanto à possibilidade de o Brasil possuir uma bomba atômica. Se um país quer ter a sua bomba, nos dias de hoje, nada o impede. Nem as salvaguardas internacionais, nem tratado de não proliferação de armas nucleares, que é meramente formal — só existe no papel.

O acordo com o Brasil foi importante para a Alemanha porque é a comprovação de que temos boa tecnologia para oferecer no concorrido mercado internacional. Além disso, de fato não temos matéria-prima para desenvolver nosso programa nuclear. E, agora, conseguimos uma fonte alternativa de suprimento. No plano político, o acordo deveria mostrar que estamos no caminho certo e que os argumentos americanos não procedem.

Asseguro que não tivemos que mudar nossa política por causa do acordo com o Brasil. Temos certeza de que esse é um bom acordo de cooperação bilateral. É um caminho que devemos perseguir.

"O governo da Alemanha Ocidental confirma, agora, que está planejando firmar um acordo no valor de bilhões de dólares, ainda este mês, destinado a proporcionar ao Brasil uma indústria nuclear completa, com a devida tecnologia, o que permitirá a este último país produzir tanto bombas atômicas como eletricidade. Como já observamos anteriormente, trata-se de um gesto impensado, que poderá precipitar uma "corrida" às armas nucleares na América Latina, incentivando o armamento nuclear de outras nações situadas em outras áreas e pôr em causa a segurança dos Estados Unidos e do mundo como um todo.

O senador Pastore, presidente da Comissão Conjunta de Energia Atômica do Congresso, advertiu na semana passada que os compromissos dos Estados Unidos em relação à NATO poderão ser postos em causa, se Bonn criar "em nosso quintal um perigo semelhante, enquanto permanecemos profundamente comprometidos no quintal da Alemanha para defendê-la de perigo semelhante". O senador democrata de Rhode Island insistiu com o presidente Ford para que obtenha um adiamento do acordo teuto-brasileiro, "ao nível mais alto da diplomacia internacional".

O Brasil já entrou em contato com uma empresa norte-americana, mas o governo dos Estados Unidos rejeitou — como tem sempre rejeitado — solicitação para permitir a exportação da tecnologia de enriquecimento de urânio e separação de plutônio, operações previstas nos termos sem precedentes da venda de um "ciclo completo de combustível nuclear", a ser feita pela Alemanha ao Brasil.

A venda alemã prevê apenas inspeção de equipamento e materiais fornecidos pela Alemanha Ocidental, segundo reconheceu o governo de Bonn. Uma vez de posse da tecnologia alemã, o Brasil terá condições de duplicar o equipamento alemão e produzir explosivos nucleares à margem de supervisão internacional, tal como a Índia já o fez.

Um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Brasil já anunciou a intenção brasileira de "detornar explosivos nucleares com propósitos pacíficos". Mas não há maneira de distinguir uma explosão nuclear pacífica da explosão de uma arma nuclear e nem mesmo os Estados Unidos conseguiram desenvolver uma forma comercialmente factível para uso dos explosivos atômicos. Se o Brasil puder trilhar esse caminho, outras nações não-nucleares indubitavelmente serão estimuladas a fazer o mesmo.

Se o governo de Bonn realmente perpetrar esse pesadelo para o mundo, serão postas em causa três décadas de esforços que desenvolveu para conquistar a consideração de seus vizinhos e aliados. Terá de pagar por isso um preço político que superará de muito seus lucros econômicos.

MAIS ALGUMAS PERGUNTAS SOBRE O PROJETO BRASILEIRO

J. Leite Lopes

Opinião, 1 de agosto de 1975

O início dos debates sobre a política de desenvolvimento da energia nuclear no Brasil coincidiu com a realização, há exatamente 20 anos, da primeira conferência internacional sobre a utilização pacífica da energia atômica em Genebra, patrocinada pelas Nações Unidas.

Fui um dos secretários científicos que prepararam aquela conferência. E ao regressar ao Brasil pareceu-me que era urgente que se discutisse em nosso país qual a melhor política para desenvolver a energia nuclear no Brasil. Em 1951 havia sido criado o Conselho Nacional de Pesquisas, e as primeiras medidas para a realização de um programa de desenvolvimento da energia atômica haviam sido tomadas por esse órgão. Graças aos debates abertos a partir de 1955, tomou-se conhecimento das dificuldades opostas pelo governo dos Estados Unidos à realização do programa do CNPq.

Pressionada por múltiplos interesses, a comissão adotou a política de criar institutos de energia atômica em alguns centros universitários tais como São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, ao invés de formular um vigoroso programa nacional, concentrando inicialmente estudos e pesquisas em um grande instituto nacional de energia nuclear. E, sobretudo, novos acordos com os Estados Unidos condicionaram a política da CNEN. Essas questões foram amplamente debatidas em reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em 1958 e até 1964, assim como em simpósios e seminários sobre energia atômica. As preocupações de autonomia de um desenvolvimento sem dependência dessa importante forma de energia, formuladas por vários cientistas, opunha-se à política oficial de colaboração irrestrita com o governo dos Estados Unidos, política essa sustentada igualmente por homens de negócios e por cientistas e engenheiros que terminaram por controlar totalmente a Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Durante os 20 anos que decorreram desde a primeira Conferência Internacional de Energia Atômica — quando as informações científicas e tecnológicas nesse domínio foram pela primeira vez amplamente publicadas — o progresso do Brasil no domínio da energia atômica foi extremamente modesto: instalação de alguns institutos dotados de reatores de pesquisa, ênfase na formação de engenheiros nucleares que, sem possibilidades de praticar em projetos de reatores de potência, ficariam reduzidos a buscar emprego burocrático na CNEN e nos institutos mencionados. E, sobretudo, a subordinação aos interesses globais dos Estados Unidos e de suas empresas multinacionais.

Atualmente, o Brasil assina um acordo com a República Federal Alemã que prevê a construção de vários reatores de potência, a instalação de usinas de urânio, de enriquecimento de urânio e de tratamento de combustíveis irradiados e separação de plutônio.

A primeira vista tem-se a impressão de que o governo brasileiro se decidiu finalmente por uma política de desenvolvimento autônomo — a ser executada pelas mesmas personalidades, como o atual presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, que sempre optaram pela dependência e depois que aqueles que defendiam a autonomia brasileira foram afastados até de suas atividades científicas.

Houve uma mudança real na política governamental? Houve um desejo de emancipação que se revela no referido acordo?

É claro que o aspecto militar da

utilização da energia atômica, o projeto de poderem organizamos militares brasileiros construir armas atômicas, deve ter sido o fator decisivo na mudança aparente da política brasileira neste domínio. Não seriam os atuais dirigentes de órgãos da energia atômica no Brasil, caracterizados em sua maioria por sua aderência às diretrizes emanadas dos Estados Unidos, que incitariam o governo a assinar o acordo com a Alemanha, com aparente desgasto por parte do governo dos Estados Unidos?

O projeto tem certamente aspectos positivos. Mesmo se o desenvolvimento e a implantação de reatores nucleares para utilização de energia atômica levantam atualmente sérias questões nos países industrializados, ligadas com a poluição, e sobretudo a questão de onde colocar o material altamente radioativo proveniente de tais reatores — mesmo assim um país que tenha possibilidade de desenvolver um programa de energia atômica em autonomia, deve fazê-lo. Não é possível separar a tecnologia nuclear para fins pacíficos da tecnologia de armas atômicas. Todo o sistema industrial de qualquer país desenvolvido pode ser rapidamente convertido, adaptado à produção para a guerra, não somente a indústria atômica.

A utilização de bombas atômicas por governos irresponsáveis seria terrível, mas é preciso evitar o emprego das armas atômicas por parte de quem quer que seja.

O que não é, entretanto, possível é que o preço pela desnuclearização seja o subdesenvolvimento permanente. Se o acesso a uma forma de energia, a novos conhecimentos científicos e a novas tecnologias é importante para o desenvolvimento econômico de um país, como negá-lo com fundamento no perigo militar?

Em suma, o que não é possível é negar-se o acesso à energia atômica e, ao mesmo tempo, estimular e apoiar nos países menos desenvolvidos ditaduras que, embora obedientes às pressões das empresas multinacionais, podem orientar seus programas civis e militares sem a participação da opinião pública, sem o debate democrático.

E finalmente, uma questão fundamental: quando em um país subdesenvolvido, isto é, de economia dominada, se adota subitamente um projeto cuja aparência é dotá-lo de maior autonomia, quais são as instituições que vão realizar o projeto? A energia atômica desenvolvida no Brasil, a energia elétrica produzida a partir da energia atômica vai ser utilizada por quem? A energia atômica, a ser desenvolvida no Brasil em cooperação com a Alemanha, vai beneficiar a quem?

Os organismos estatais brasileiros existentes — e são inúmeros na siderurgia, no domínio do petróleo, da energia elétrica — dão lucros a quais companhias privadas?

Os cientistas brasileiros terão acesso ao projeto atômico germano-brasileiro?

Que instituições se encarregarão de realizar o projeto? Estatais, privadas, dominadas pelo capital estrangeiro?

Fortalecidas as Forças Armadas com a posse eventual de armas atômicas, estará simultaneamente fortalecida a implantação no país do grande capital estrangeiro, estarão ainda mais subjugadas as forças econômicas nacionais pelas empresas multinacionais? Correrá o risco o Brasil, sob a aparência de uma política de autonomia no domínio da energia nuclear, de ter um novo setor de sua economia subjugado pelo monopólio internacional?

Energia atômica no Brasil, sim. Mas em benefício de quem?

"LOUCURA NUCLEAR"

EDITORIAL DO NEW YORK TIMES

ESP-14/6

NOVA YORK — Sob o título "Loucura Nuclear", em editorial de ontem do New York Times faz severas críticas ao acordo atualmente negociado entre o Brasil e a Alemanha. O editorial afirma:

NA ESG - SEVERO PREGA NOVA POLITICA

O ESTADO DE S. PAULO

"Há um ano, nesta escola, tivemos oportunidade de focalizar as profundas alterações que abalarão o mundo nos últimos tempos e as repercussões distorsivas das mesmas sobre a economia nacional. A observação dos acontecimentos posteriores mostra que o processo de ajuste está em curso, configurando-se, talvez, os delineamentos que orientarão, no futuro, a estruturação de uma nova ordem econômica internacional.

Por mais que se possa acalentar a crença — ou esperança — de que as nações sobrepujarão antagonismos e choques de interesse e tenderão a irmanar-se em uma solidariedade construtiva, em benefício de toda a humanidade, a consideração dos fatos, entretanto, justifica a preocupação de que o ordenamento da economia mundial não se efetivará nas bases aspiradas pelos países em desenvolvimento ou, pelo menos, em consonância com as linhas advogadas pela Organização das Nações Unidas, principalmente nas resoluções aprovadas na Sexta Sessão Especial da Assembleia Geral, em 1974.

O início de vivência com a situação provocada pela crise do petróleo, que caracteriza uma nova era, assinalada pelo término do suprimento de combustível a preços relativamente baixos e em abundância, aparentemente está provocando nos países desenvolvidos atitude distinta da que mantiveram precedentemente que seria, na melhor das hipóteses, de observação e expectativa.

A dura realidade dos acontecimentos uma vez mais prevaleceu sobre os ideais, tornando de certa maneira inocuos os princípios de boa vontade e de cooperação mútua invocados pela ONU para espaldar uma nova ordem econômica. Em verdade, o que se tem verificado ultimamente é o enrijecimento e radicalização de posições, com o que se vem tornando inoperantes ou infrutíferas as tentativas de entendimentos no campo internacional com aquele objetivo.

É longa a série das reuniões internacionais que nos últimos tempos encerraram seus trabalhos sem a obtenção de resultados concretos e compensadores. Queremos oferecer um depoimento pessoal sobre uma dessas reuniões, a qual, por certo, constitui exemplo ilustrativo do que foi afirmado. Em março deste ano participamos, em Lima, da Segunda Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), para possibilitar o exame dos problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento no seu processo de industrialização e do modo de incrementar a cooperação internacional com o objetivo de superá-los. Tudo dentro da política adotada pela própria ONU de estabelecer uma nova ordem econômica, baseada, principalmente, em uma justa e equitativa divisão do trabalho na escala internacional.

A oportunidade do atendimento da reunião deu ensejo não só de sentir-se a generalizada preocupação e todos os países presentes pela conjuntura mundial, mas também, e principalmente, de verificar aos justos anseios dos países em desenvolvimento por melhores condições de vida de suas populações, bem assim de sopesar-se a intransigência — insensível e inflexível — de alguns países industrializados em face das aspirações dos primeiros.

A Segunda Conferência Geral da ONU teve a participação de 114

16 DE JULHO DE 1975

países, representados, na maioria por delegados de nível ministerial. Para fins práticos de organização e identificação os países se agruparam em quatro blocos distintos: o Grupo dos 77, abrangendo os países em desenvolvimento, inclusive da Europa; o Grupo B, constituído dos países economicamente desenvolvidos de regime não comunista; a Rússia e os países socialistas ocidentais; e a China. Os Estados Unidos lideraram o Grupo B e na maioria das vezes tiveram a seu lado o Reino Unido, a França, a Alemanha Ocidental e o Japão.

As discussões da conferência tomaram por base o documento aprovado em Argel pelo Grupo dos 77 e elaborado a partir do resultado de reuniões havidas, em cada área, entre os países da América Latina, Ásia e África, sob o título "Declaração e Plano de Ação para o Desenvolvimento Industrial". As discussões tanto nas comissões quanto no plenário foram acentuadamente difíceis, concluindo os principais países desenvolvidos por votarem contra itens essenciais dos documentos. Os Estados Unidos registraram, ainda, reservas sobre a totalidade dos dispositivos.

Nota-se, de passagem — e o ato se caracteriza como vantajoso sob o ponto de vista político-estratégico — que o comportamento dos países desenvolvidos de economia de mercado nem sempre foi de união e de identificação, isolando-se muitas vezes os Estados Unidos em sua atitude ou pontos de vista. Enquanto isso de parte dos países em desenvolvimento houve marcante coesão e identidade de posições.

A enunciação de quatro tópicos em relação aos quais foi impossível obter o consenso dos participantes, apesar dos esforços até o último instante da reunião para isso despendidos por várias delegações, inclusive a do Brasil, ilustrará a que ponto alcançou a atitude, firme, declaradamente intransigente, dos países industrializados, contrária a certos princípios e aspirações tidos por fundamentais pelos países em desenvolvimento:

1 — Declarava-se que cada país tem o direito inalienável de livremente exercer sua soberania e permanente controle sobre os recursos naturais de seu território, terrestre e marítimo, bem assim de exercer quaisquer atividades econômicas para a exploração desses mesmos recursos. Tais atividades se exercitarão segundo as conveniências do país — admitida a nacionalização de acordo com as leis que consubstanciarem o aludido direito —, e o país não se sujeitará a nenhuma forma de coerção econômica, política e de outra natureza que impeça o pleno e livre exercício do inalienável direito.

Praticamente todos os países desenvolvidos votaram contra essa declaração.

2 — Estatula-se, também, a necessidade de completa implementação da carta dos direitos econômicos e dos deveres dos Estados, anteriormente aprovada pela ONU. Como consequência, reconhecia-se direito e dever de cada país, individual e coletivamente e como pré-requisito para o desenvolvimento, eliminar o colonialismo, o "apartheid", a discriminação racial, o neocolonialismo, a ocupação e toda a forma de agressão estrangeira e dominação e as suas consequências sociais e econômicas. Paralelamente se atribuía aos Estados que adotam as políticas condenadas, a responsabilidade, perante os países, território e po-

pulações vítimas, pela restituição e total compensação pela exploração, esgotamento e danificação de recursos naturais e de outra natureza, ademais da assistência a esses mesmos países, territórios e populações.

Votaram contra, entre os mais importantes países desenvolvidos, os Estados Unidos, República Federal Alemã e Reino Unido, enquanto a França, o Japão e a Itália se absteram.

3 — Observava-se — foi o verbo utilizado — com preocupação, as graves consequências com que se defrontavam os países em desenvolvimento em decorrência de crescente inflação e instabilidade econômica provocadas pela crise internacional vigente. Por isso se registrava a consciência da necessidade de estabelecer justa e equitativa relação entre os preços das matérias-primas, gêneros de primeira necessidade e produtos manufaturados e semimanufaturados, produzidos pelos países em desenvolvimento e os preços desse mesmo material e dos bens de capital por eles importados, bem assim da necessidade de buscar uma vinculação entre esses preços e os de exportação e de importação. A França foi o único dos grandes países desenvolvidos a votar a favor do registro desta observação.

4 — Outra declaração não aceita praticamente por todos os países industrializados foi a de que os países em desenvolvimento modifiquem seu método tradicional de negociação, para isso conjugando suas forças com o objetivo de reforçar sua posição transaccional em face dos países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento deveriam considerar todos os meios possíveis para fortalecer a ação das associações de produtores já em funcionamento, encorajar a instituição de novas entidades no setor das principais mercadorias por eles exportadas e estabelecer um mecanismo de consulta e cooperação entre as distintas associações de produtores de maneira a coordenar suas atividades e assegurar mútuo suporte, principalmente como precaução contra a agressão, economia ou de outra natureza.

Conjecturas várias e de distinta natureza poderiam ser formuladas na tentativa de explicar ou justificar a atitude dos países que, em Lima, impugnam mesmo manifestações meramente declarativas e sem quaisquer conotações decisórias. Pronunciamento recente do secretário de Estado Henry Kissinger denega o esforço interpretativo.

A 13 de maio último Kissinger pronunciou na cidade de Kansas, no Estado de Missouri, importante discurso, perante o Conselho de Relações Internacionais. Suas palavras ao que parece, não tiveram a repercussão que se poderia esperar, pois transmitiu, com absoluta clareza, a inconformidade dos Estados Unidos em permitir que alguns postulados da nova ordem econômica, apoiados pelos países em desenvolvimento, se concretizem em medidas práticas e efetivas.

Condenado a nova ordem, que se basearia em ideologia e no auto-interesse nacional, o orador registra a convicção de que o sistema econômico vigente — que apresenta como elementos caracterizadores centrais o comércio livre e em expansão, a movimentação de capital e tecnologia, sem obstáculos, a permanente disponibilidade de matérias primas e a instituição e prática da cooperação internacional — atende bem suas conveniências mundiais e assim vem atuando nos últimos trinta anos. Suas premissas fundamen-

tais, entretanto, são agora combatidas pelas nações do mundo em desenvolvimento.

O desafio do Terceiro Mundo, na opinião de Kissinger, corresponderia a uma tentativa para tornar a acessibilidade de recursos naturais vitais dependente de decisões políticas, de determinações que afetariam empregos, produção e a futura prosperidade do país sem que os Estados Unidos e os outros países desenvolvidos delas participem. "Os Estados Unidos estão convencidos — disse ele — de que um sistema internacional obscurecido pela rivalidade entre nações ou blocos acarretará instabilidade e confrontação. Isto será desastroso para cada nação, mas essencialmente para as mais fracas e pobres". Por este motivo cabe-lhe o dever de advertir contra a confrontação e de ela resistir.

Como insistente, continua e documentadamente tem comprovado os países em desenvolvimento, sobre evidência, entretanto, de que o sistema econômico vigente não tem operado com a eficiência registrada pelo secretário de Estado norte-americano, pelo menos em relação às comunidades economicamente não evoluídas. O mundo conheceu, no último decênio, fenômenos que não se registravam há quase meio século. Os conflitos de natureza social marcaram a vida de muitos países desde o final da última Grande Guerra, levando ao aparecimento de novas formas de equilíbrio do poder. O surgimento de grande número de novas nações independentes e o amadurecimento de outras, introduziram, ainda, elementos que alteraram e dispersaram a capacidade de influenciar nos destinos da humanidade, antes concentrada nas mãos de poucos países.

No campo econômico os acontecimentos se registraram com maior vigor, atingindo, profundamente a todos os países, sobretudo pela propagação do abalo sofrido pelos países desenvolvidos. Observou-se, também, e diferentemente do que ocorreria nos campos social e político, que o poder econômico mundial mais se concentrou nas áreas desenvolvidas e industrializadas, tornando agudas as disparidades entre as nações e dificultando a harmonização dos desejos e interesses dos povos.

Até princípios da presente década os barômetros econômicos registravam firme evolução dos países industrializados, com ciclos menos nítidos e efeitos menos difusos. Ao acelerar-se o crescimento econômico, todavia, surgiram as pressões sobre o mercado mundial de matérias-primas, provocando elevação nos seus preços internacionais e, como consequência, igual comportamento nos preços dos produtos industrializados. Introduziam, assim, as nações industrializadas, uma componente indesejável e temida dentro do sistema econômico — a inflação. Defrontaram-se as nações que lideram a economia mundial com inusitados conflitos internos e variados graus de desorganização do sistema produtivo, transferidos aos demais países incorporados aos preços dos bens industrializados e provocando forte pressão inflacionária.

Se o quadro econômico mundial apresentava sintomas preocupantes, o surgimento da crise do petróleo, no segundo semestre de 1973, contribuiu decisivamente para o seu agravamento. A súbita elevação nos preços de fonte energética vital vir a provocar acentuado desequilíbrio do intercâmbio externo dos países dependentes de petróleo importado — praticamente a totalidade dos países industrializados e a grande maioria das

nações em desenvolvimento. Se os reflexos nos balanços de pagamento foram generalizados, as repercussões mais importantes foram registradas nas economias avançadas, quer porque as atividades internas já apresentavam dificuldades para manter um equilíbrio que a inflação precedente solapava, quer porque tais regiões tem a extraordinária capacidade de refletir-se mutuamente nos períodos de inflação e depressão, como também de ajustar ao resto do mundo os próprios des-equilíbrios.

O Brasil, como não podia deixar de ocorrer, foi alcançado pelos efeitos da crise, colocando-se, destarte, no limiar de 1974, em um novo mundo, com o equilíbrio de sua economia sofrendo o impacto de fatores internos e externos. A elevação dos preços de máquinas e equipamentos e dos insumos industriais requeridos pela ampliação da capacidade produtiva, aliada ao alto custo da importação de petróleo, repercutiu fortemente no dispêndio de divisas estrangeiras. Agravando a situação, surgiu maior dificuldade em manter-se o fluxo de receitas de exportação em face da instabilidade dos preços e perda de dinamismo nos grandes centros de consumo. Os reflexos no nível de atividades internas decorreram, sobretudo, de que a economia nacional vinha operando segundo um processo de crescente abertura para o exterior e um modelo de consumo de "bens modernos", favoráveis ambos a ampliação do grau de interdependência econômica.

De fato, a industrialização brasileira nos anos mais recentes se diferencia totalmente do modelo observado na década de 50, com mudanças qualitativas de fundamental importância, uma vez que as etapas agora alcançadas indicam extrema dependência das importações. Os suprimentos do exterior vinham se elevando, em valores reais, a taxas duas a três vezes superiores ao crescimento do Produto Interno e a estruturação da produção se configurava de uma maneira que fugia ao indispensável equilíbrio setorial e regional.

PRELIMINARES DE NOVA ORIENTAÇÃO

A crise do petróleo, de outra parte, teve uma consequência inesperada, cujo alcance ainda não se pode avaliar convenientemente: está determinando um movimento que se poderia qualificar de "tomada de consciência" em relação à organização e funcionamento das economias nacionais e mundiais. As consequências eventuais da metódica análise que se processa no momento, sobretudo as que importem em decisões de política, obviamente são de maior relevância para o Brasil e devem, a partir de agora, merecer crescente atenção de nossa parte e ser objeto de nossas meditações e preocupações.

Segundo se pode depreender do pouco que se vem divulgando a respeito, há em curso, nos países desenvolvidos, tanto nos círculos governamentais quanto no setor privado, de parte de políticos, técnicos, professores e empresários, um processo de reexame e revisão de conceitos, convicções e atitudes no que concerne aos problemas econômicos, apesar das declarações que denunciam entevêr intransponível empenhamento na defesa do "status quo". Alguns aspectos dessa tomada de consciência pelos países da economia já consolidada podem já ser mencionados:

1 — A era do combustível abundante e barato está encerrada, o que requererá o ajustamento imediato de toda a economia mundial a essa inelutável realidade.

2 — Inicia-se gigantesca operação de pesquisa e desenvolvimento de novas fontes de energia para substituir o petróleo, mas não se espera que as mesmas possam ser aproveitadas, em bases econômicas, em um período que vai de um quinquênio a mais de quatro de século, segundo as características de cada qual. As buscas, de modo geral visam ao aproveitamento de recursos naturais disponíveis aos respec-

tivos países ou a obtenção de melhores rendimentos nas explorações já em curso.

3 — Estão se reduzindo, rapidamente, as reservas de matérias-primas essenciais, inclusive as não substituíveis no atual estágio tecnológico. A ocorrência determina providências para a garantia do suprimento futuro das matérias-primas escassas, quer através da obtenção de direitos de propriedade ou exploração dos depósitos, quer mediante entendimentos convencionais e associativos de longo prazo.

4 — O poder de decisão em referência ao petróleo, com o consequente controle e coordenação das respectivas atividades, foi perdido pelas companhias privadas de petróleo a favor dos governos.

5 — Há um sentimento de que os mecanismos com que contou a empresa privada, de modo geral, não foram suficientes para assegurar o normal suprimento de energia e, por isso se reclama, mesmo nos Estados Unidos, maior intervenção do Poder Público, por meios que vão desde a simples atividade reguladora até a assunção completa da responsabilidade pela administração do setor. Medida similar ou equivalente é considerada para as matérias-primas essenciais.

6 — O poder financeiro, como consequência da nova situação criada para o petróleo, deslocou-se dos centros tradicionais, não havendo tranquilidade sobre a maneira pela qual ele será exercido. Essa transferência de área coincide com a deterioração do Sistema Monetário Internacional e o generalizado enfraquecimento das principais moedas.

7 — Adquire-se melhor conhecimento da organização e atividades das empresas multinacionais e se amplia, em consequência, o sentimento da necessidade de submetê-las a um controle e supervisão mais amplos e eficientes.

8 — Amplia-se a impressão de que os mecanismos das economias de mercado talvez não sejam suficientes para fazer face às contingências que a nova ordem econômica determinará, pelo que a submissão das economias nacionais à disciplina de um planejamento pelo Poder Público vem sendo requerida em crescente número de países de regime de livre iniciativa, inclusive Estados Unidos.

9 — Em embargo dos sinais positivos de recuperação das atividades econômicas em vários países, há correntes de estudiosos que consideram que o movimento ascendente dos indicadores não significa ganhos definitivos e a consolidação da situação em novos níveis. A crise seria estrutural, enquanto as oscilações nas atividades, ainda que positivas, corresponderiam a fenômenos conjunturais.

10 — A taxa de lucratividade da economia em geral estaria decrescendo no último decênio, com efeitos sobre a produtividade e o aceleramento da inflação. A redução de lucros provoca a insuficiência de capitais próprios para investimento e conduz as empresas a um endividamento perigoso. As possibilidades e aplicação de capital no exterior se reduzem, assim, proporcionalmente às limitadas disponibilidades existentes.

É fácil concluir, sem dúvida, que a política que se delineia para o futuro se reveste de características de defesa das economias nacionais e, consequentemente, atuando em sentido contrário, implicará em ataque ou ameaça a outras economias. A fórmula para evitar essa confrontação ou minorar seu alcance é encontrada na harmonização dos interesses mútuos por meio de entendimentos, em escala internacional que estabeleçam direitos e deveres de cooperação para todas as nações.

Não há muita esperança de que essa conjunção de esforços, no campo internacional, se concretize a curto prazo, visto que a posição insatisfeita dos Estados

Unidos quanto à adoção da sua filosofia de colaboração é compartilhada por outros países industrializados.

No ano passado já havia mostrado que as grandes transformações ocorridas, dentro e fora do País, indicavam a necessidade de um reajustamento da política de desenvolvimento adotada pelo Brasil à imposições da história contemporânea. Apontava, então, a necessidade de redução da dependência externa e do fortalecimento do Poder Nacional.

Verificase, agora, que a estrutura que no final virá a prevalecer para a economia internacional requererá esse fortalecimento. A menos que se vinculem as economias nacionais, dentro de um sistema de mútua e estreita colaboração, os antagonismos recrudescerão. O Poder Nacional — permita-nos recordar embora a noção seja familiar nesta escola — é integrado pela rede dos meios de que dispõe a nação para a consecução dos seus objetivos de desenvolvimento e segurança. É uno e indivisível e a força do conjunto fica limitada pela malha mais fraca.

Cabe mencionar, ainda que sucinamente, alguns dos setores em que a ação do governo vem se desenvolvendo e que, direta ou indiretamente, contribuirão para elevar o poder de atuação da economia nacional.

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL SETORIAL

O governo está determinando uma série de medidas para o desenvolvimento e certos setores industriais que, por diversos motivos, não atingiram o mesmo grau de evolução alcançados, e maneira geral, pelo parque manufatureiro Nacional. Encontram-se nesse caso, por exemplo, as indústrias de bens de capital e as de insumos básicos.

Além do suprimento através de empresa especializada instituída no BNDE, recursos financeiros destinados aos empreendimentos nesses setores foram baixadas instruções para que se reserve a indústria brasileira parcela progressivamente crescente e significativa dos fornecimentos de bens de produção requeridos pelos grandes empreendimentos em curso. Assim, a participação da indústria nacional nos programas para a expansão da siderurgia, petroquímica, comunicações etc. já está assegurada.

Fortalecimento da Empresa Nacional privada — A política adotada em relação a este aspecto tem alcance mais profundo do que a ideia, que ocorre ao primeiro exame do enunciado, de mera defesa ou proteção de investimentos do empresário nacional. O que se visa, em verdade, é assegurar que as decisões básicas no setor econômico não escapem ao Poder Nacional.

O ingresso de capitais estrangeiros na economia brasileira deve ser considerado dentro da nova perspectiva histórica, pois a sua transferência se dá dentro de contextos político-econômicos que explicam, de um lado, a motivação da imigração dos recursos e de outro as próprias condições de receptividade. Realmente, a participação estrangeira em uma economia, principalmente se esta ainda não se consolidou, pode não corresponder a simples movimentação de capitais em busca de melhores rendimentos, mas sim visar à transferência, neles incorporado, de um modelo de desenvolvimento. Este, por sua vez, influenciará a determinação da estrutura industrial e, portanto, a orientação da própria economia.

Estamos, pois, diante de nova fase no desenvolvimento das atividades dos capitais estrangeiros no Brasil e, dadas as suas características de grandes empresas, de múltiplos interesses nas mais diversas partes do mundo, e da efetiva capacidade de interferir no processo de desenvolvimento econômico, é

indispensável que façamos permanentemente uma revisão no quadro de inter-relacionamento com o capital nacional, com os interesses internos, a fim de que a atuação do investidor estrangeiro não conflite com os objetivos nacionais, mas, antes disso, e conjuntamente com a filosofia política que inspira um padrão de desenvolvimento julgado adequado à nossa realidade, às nossas aspirações e aos objetivos de participação mais ampla nos ganhos decorrentes do processo.

Desenvolvimento Tecnológico — A disponibilidade de tecnologia própria é considerada um dos elementos do poder econômico e, sobretudo pela orientação que pode imprimir à utilização dos fatores de produção e o grau de vinculação e dependência que pode estabelecer para uma economia. Busca-se, consequentemente, criar condições para o surgimento, e expansão e consolidação da tecnologia nacional, quer através da absorção da experiência exógena, quer pelo estímulo à capacidade inovadora do brasileiro.

Com este objetivo, há recomendação para que em programas de iniciativa do governo ou que recebem seu patrocínio se faça uso, sistematicamente, dos serviços de engenharia de projetos brasileiros. Com o financiamento de estudos e pesquisas, tem-se procurado capacitar empresas nacionais de consultoria a competirem com organizações estrangeiras que dispõem de maiores recursos.

Incentivos — As linhas de financiamento existentes nas instituições de crédito oficiais são complementadas por incentivos fiscais e tributários concedidos às empresas produtoras. Os critérios para a concessão desses incentivos, entretanto, têm sido modificados com o objetivo de orientar as iniciativas e os investimentos para aqueles setores que o governo considera prioritários ou mais carentes de estímulos. Tem-se, também, introduzido inovações neste campo, como seja a equiparação, em certos casos e para a obtenção de isenções tributárias, a venda de equipamentos no mercado interno à exportação. A economia nacional, no seu conjunto, deverá beneficiar-se com a aplicação das novas diretrizes.

Distribuição de Renda — Prossegue a adoção de medidas que contribuam para ampliar a distribuição da renda entre a população. São de assinalar-se, além do aumento do salário mínimo em bases compensatórias da perda de poder aquisitivo verificado nos últimos tempos, a desvinculação da remuneração de contratos como índice para reajustamento de custos, o que facilitará novas revisões no futuro.

Cumprir referir, ainda, que uma série de medidas vem sendo determinadas no campo da previdência e assistência sociais e que podem ser consideradas como outras tantas suplementações à remuneração regular da força de trabalho. Tais providências vão desde a distribuição gratuita de medicamentos à antecipação da utilização de recursos de destinação específica para fim de financiamento de habitação.

Não desejo encerrar esta exposição sem solicitar a atenção para um aspecto que nem sempre é levado em conta quando se consideram os problemas vinculados ao progresso econômico. Quero referir-me ao fato de que desenvolvimento econômico não tem necessariamente conexão positiva com o fortalecimento do Poder Nacional. Pelo contrário até, pois o alcance dos objetivos estabelecidos para a Nação pode ser comprometido por certas distorções geradas pelo próprio dinamismo do processo; pela atração de setores vitais; pela potencialidade de conflitos sociais produzidos pela concentração de renda ou pelo agravamento de um tipo de interdependência externa que mitife a capacidade de decidir sobre o nosso próprio destino.

EMPRESARIOS HOMENAGEIAM SIMONSEN

ESP - 8/8/75

Em banquete de 800 talheres, realizado no Hotel Glória, as classes empresariais, tendo a frente a Confederação Nacional da Indústria, prestaram significativa homenagem ao Ministro da Fazenda, Professor Mário Henrique Simonsen. Na ocasião, o Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Senador Jessé Pinto Freire, levantou o brinde de honra ao Presidente da República. O Ministro Simonsen foi saudado pelo Presidente da CNI, Dr. Thomás Pompeu de Souza Brasil Netto com o seguinte discurso:

Meus Senhores:
Senhor Ministro Mário Henrique Simonsen:

Receba Vossa Excelência esta homenagem das Classes Empresariais do Brasil. B permitam-nos, preliminarmente, a expressão direta, franca, sem atavios ou palavras inúteis.

É que nós, homens de empresa do Sul ou do Norte, do Centro-Oeste ou do Nordeste, todos marcados pelos problemas e pelas singularidades que caracterizam e definem cada região do nosso País continental, aqui estamos, irmanados pelo sentimento comum da nacionalidade, para manifestar nossa inabalável confiança na política econômica-financeira que Vossa Excelência vem imprimindo à frente do Ministério da Fazenda.

Fácil, sem dúvida, homenagear o timoneiro na hora da bonança, isto é, o administrador na euforia do triunfo do crescimento acelerado. Difícil, é aplaudir o acerto das lideranças quando as circunstâncias que formam a conjuntura se apresentam menos favoráveis e o ritmo da atividade econômica declina de intensidade. Os homens de empresa do Brasil, através dos órgãos de representação que os congregam, querem firmar, com esta manifestação, uma tomada de consciência e o reconhecimento, de público, de que a exceção não pode ser considerada como regra, pois, no caso brasileiro, as taxas de crescimento econômico, além de um certo valor, dependem menos do empenho dos governantes, do que dos fatores que moldam e regem a economia internacional.

Nunca é demais lembrar que o sistema do governo instalado em março de 1964, ao atribuir às exportações função de elemento dinâmico e propulsor de nossa economia, representou, no plano econômico, o rompimento com o esquema tradicional de desenvolvimento da América Latina. Foi graças à conjunção da demanda externa com a demanda interna e a um desassombado apelo à participação do capital estrangeiro, que o país pôde presenciar mudanças de escala na concepção dos seus projetos e a nova dimensão que assume a nossa economia. Evidentemente, a opção por este modelo encerra um risco calculado, porquanto o ritmo de atividade econômica interna depende de uma aragem de ventos benéficos, soprados pela conjuntura de um comércio mundial em expansão.

Desaparecendo, temporariamente, essas circunstâncias favoráveis, torna-se necessário enfrentar a realidade do ciclo econômico, em sua fase de recessão, quando os problemas inerentes à política econômica de curto prazo assumem prevalência sobre os esquemas que visam, no longo prazo, mudar e melhorar as estruturas econômico-sociais, através do desenvolvimento. Não é por outro motivo que a questão do balanço de pagamentos, a baixa de ritmo de atividade industrial, tendo a jusante a atividade comercial e os serviços, emergem como pontos destacados da atual conjuntura econômica brasileira. Para comprovação do argumento, seja-nos permitida, Senhor Ministro, uma referência ao consumo total de energia elétrica no eixo Rio-São Paulo, a região de maior dinamismo do país, como indicador, em primeira aproximação, da intensidade de nossa vida econômica. No primeiro semestre de 1973 e 1974, esse consumo cresceu de 10,5 e

12,4%, respectivamente. De janeiro a Junho do corrente ano, o ritmo de aumento contraiu-se para 4,3%. Em que pesem os ingentes esforços de nossas autoridades da área econômica para reduzir os efeitos de transmissão de um recessão de atividade mundial, ao plano interno, relações de troca subitamente adversas e contração de mercados externos, registraram, eamente neste ano, de Janeiro a Junho, uma perda de reservas cambiais da ordem de 1 bilhão e 200 milhões de dólares. E vale, a propósito, lembrar que não fora a política agressiva de exportações e a consequente acumulação de reservas, durante a fase de prosperidade mundial, o Brasil teria tido muito maior dificuldade em absorver o repentino e brutal reajuste do preço do petróleo que precisamos importar.

Diante dessa realidade é óbvio que o declínio do ritmo de atividade econômica, hoje observado, se teria instalado ainda mais cedo.

Não é, nem por sombra, intenção dos participantes deste Encontro utilizarem-se desta oportunidade para levar Governo e Empresariado a um exercício de auto-crítica. Nosso propósito é simplesmente demonstrar o amadurecimento da classe empresarial brasileira, para o exame das causas que levaram a um episódico arrefecimento de nosso ritmo de atividade econômica e reassegurar a Vossa Excelência a mobilização interna de vontade que se está processando como primeiro resultado da recuperação da economia internacional que já se começa a vislumbrar. Não padece dúvida de que os instrumentos de política econômica de curto prazo foram adequadamente manejados, o desempenho da economia nacional, no segundo semestre do ano, será significativamente melhor que o da primeira metade de 1975.

No plano internacional, a economia de vários países altamente industrializados denota positivos sinais de recuperação, através da taxa de inflação, caindo de intensidade em quase todas as nações da O.E.C.D.; do mecanismo de mercado recompondo a constelação de preços relativos, e da reciclagem de petrodólares e do ajuste da demanda aos novos preços de barril, tudo levando ao reequilíbrio do balanço das transações correntes. Nesse sentido, Alan Greenspan, Presidente do Conselho de Assessorias Econômicas do Governo dos Estados Unidos, declarou bem recentemente que "as forças da recessão acham-se exauridas". Paralelamente, a grande queda nos estoques da economia norte-americana deve desencadear a reativação das encomendas à indústria e a demanda de matérias primas, antecipando a recuperação do nível do emprego.

Creemos firmemente que, aliado o impulso advindo da economia mundial às forças da política monetária e fiscal de tipo compensatório, em boa hora posta em marcha por Vossa Excelência, com a redução de alíquotas do imposto sobre produtos industrializados de largo consumo popular e um grau mais folgado de liquidez real da economia, o Brasil deve preparar-se para um segundo semestre de atividade mais intensa e um ano próximo de retomada franca do processo de rápida expansão.

Existem, contudo, para o empresariado, alguns requisitos es-

senciais que conviria ao Governo ter presente, a fim de que as classes produtoras possam participar ativamente dessa retomada para que não venham a faltar ao compromisso inarredável de promover e acelerar a expansão econômica e consequente progresso social.

O primeiro requisito, dado o valor crítico que o balanço de pagamentos do Brasil assume agora para garantir a continuidade do desenvolvimento, é o da eliminação das contradições existentes no Governo, geradas, sobretudo, pela dicotomia entre conceitos e atitudes relativos à participação do capital estrangeiro para o desenvolvimento. Entendemos ser fundamental o aporte de capital externo para fechar o hiato de recursos na conta de transações correntes. Mais ainda: — parece-nos necessário mudar a composição desse influxo com proporção muito maior de capital de risco comparativamente aos empréstimos. Conscientes desse problema, os Ministros da área econômica prestigiaram, com a sua presença em Salzburgo, — os esforços do setor privado para atrair esses capitais e ampliar o nível de negócios com o estrangeiro. Mas tais esforços serão baldados se, no nível das assessorias e órgãos técnicos governamentais, ainda que fundadas nas melhores intenções de uma aparente defesa do interesse nacional, a realidade do curso de ação não corresponder ao conceito explicitado na formulação de política. Não há nada de mais volátil do que o capital externo, se o clima de confiança for abalado pelas contradições entre Governo e Tecnoocracia.

Reafirmamos a mesma opinião, manifestada em ocasiões anteriores, de que não há porque temer uma influência maléfica do capital estrangeiro num país em que a economia atingiu as nossas dimensões e o poder nacional, suficientemente seguro para neutralizar eventuais pressões de empresas multinacionais, é também capaz de diversificar as fontes de aporte. E uma das provas mais recentes de nossa força como poder nacional livemo-la no legítimo ato de soberania contida na assinatura do Acordo de Cooperação Nuclear Brasil-Alemanha.

Parece-nos que outra pré-condição para a desejada e efetiva retomada da atividade econômica, em paralelo com a participação do capital externo, está no papel que o empresariado nacional tem de desempenhar. Os fatos demonstram que há, também neste ponto, uma contradição entre a palavra e a ação. Não queremos nesta hora reacender, uma vez mais, o debate sobre a configuração de nossa economia, numa repartição ideal de tarefas entre setor público e setor privado. Pretendemos apenas dizer a Vossa Excelência, Senhor Ministro, que o fortalecimento da Empresa Nacional parece ter uma via mais direta e efetiva nas emissões de capital do que nos empréstimos para investimento concedidos pelo Sistema Bancário.

Faz-se imperativo mudar em bom número de empresas industriais e comerciais, estrategicamente situadas na economia em seus efeitos multiplicadores, a relação capital próprio/capital de terceiros.

É evidente que o Instituto da correção monetária foi imaginado sob a condição de taxas de

inflação declinantes. Portanto, nas circunstâncias atuais, impõe-se acrescentar aos recursos dos Bancos de Desenvolvimento disponíveis para participação acionária, fundos financeiros provenientes de poupança institucional. Sabemos que existem vozes que, invocando o caráter social dessa poupança, argumentam contra esse mecanismo de fortalecimento da empresa privada nacional, preconizado por figuras do porte moral e intelectual de Octávio Bulhões.

Mas indagamos: haverá objetivo social mais legítimo que uma política de recuperação da conjuntura com a consequente elevação do nível de emprego e melhoria dos salários reais?

Atendidos esses pré-requisitos, a imperiosa necessidade de preparar o país para reativação de sua atividade econômica, coloca, evidentemente, os problemas econômicos de curto prazo numa posição prioritária sobre as questões de estrutura e os problemas do longo prazo. Não se trata de negar a importância das políticas educacionais na melhoria do elemento humano, nem de relegar a um segundo plano a importância de reduzir a dependência de nossa economia da importação de matérias primas e insumos básicos; ou retirar de cena o dramático tema dos desníveis entre economias, regionais, ao qual prestamos a maior relevância; ou, ainda, diminuir a significação de uma política científico-tecnológica para a sustentação do nosso desenvolvimento.

O que visamos acentuar, sem invocar a tão repetida tirada de Lord Keynes, o grande analista dos fenômenos da depressão dos anos 1930, é que importa menos, neste instante, especular sobre a configuração ideal que a sociedade econômica brasileira teria em 1990, e os caminhos alternativos para atingi-la. Inevitavelmente os ciclos curtos se integram para moldar os ciclos de longa duração, na tendência de expansão das economias. E é precisamente por isso, porque as diretrizes da política econômica estão nas mãos de Vossa Excelência; porque o atual Ministro da Fazenda é, perante a Nação, o flador das promessas de taxas de inflação declinantes, reajustes do balanço de pagamentos e reativação do nível de emprego da mão-de-obra; e porque confiamos, todos, na sua mocidade, na sua inteligência, na sua capacidade criadora, na sua formação de técnico e de mestre, e no seu patriotismo, o empresário brasileiro, aqui reunido, sauda Vossa Excelência como principal artífice da política de retomada de um intenso ritmo de expansão econômica.

Esteja certo, Senhor Ministro, de que o empresariado de todos os setores não há de faltar-lhe com seu apoio, entusiasmo e dinamismo para que o Governo Geisel, do qual Vossa Excelência é um dos seus mais eminentes colaboradores, possa, apesar das circunstâncias mundiais até aqui adversas, marcar sua presença em nossa História como um Governo que, readaptando e transformando nossa economia, estabeleça uma nova era de progresso econômico-social e de bem-estar de todos os brasileiros.

O Ministro da Fazenda respondeu aos empresários com o seguinte pronunciamento:

A RESPOSTA DO MINISTRO

ASPECTOS ATUAIS DA ECONOMIA BRASILEIRA

MARIO H. SIMONSEN esp 3-8-75

Desejo inicialmente agradecer as palavras amigas de saudação do eminente Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil Netto. Desejo igualmente agradecer a presença de tão ilustres representantes das classes empresariais a este jantar que entendo como uma homenagem à equipe que trabalha coesa e harmoniosamente sob o comando do Presidente Geisel. Vivemos um momento em que a conjuntura internacional nos desafia a buscar novas e imaginativas soluções para os problemas de transição que teremos que enfrentar nos próximos anos. Esse momento exige o mais amplo diálogo entre Governo e empresariado, a fim de que possamos, sem dispersão de esforços, alcançar no mais breve prazo possível o nosso destino de grande potência econômica. O Governo vem procurando, a todo instante, auscultar e compatibilizar as aspirações das classes produtoras. É igualmente essencial que estas últimas compreendam a moldura dentro da qual o Governo é conduzido a tomar as suas decisões de política econômica.

Já se tornou trivial a afirmação de que o mundo de 1975 é profundamente diverso do mundo de 1973, quando a prosperidade internacional chegou ao seu ápice histórico. Em 1973, o produto real dos Estados Unidos cresceu de 5,9%, o do Japão 10,2%, o da França 6,0%, o da Alemanha Ocidental de 5,3%, o da Itália de 6,3%, o do Reino Unido de 5,4%, o do Canadá de 6,8%. Tornando-se em bloco os países desenvolvidos, a sua produção real aumentou de 6,2%. Para 1975, as projeções do Fundo Monetário Internacional são de um crescimento de apenas 2,3% no Japão, 1,8% na França, 0,5% na Alemanha Ocidental e 0,8% no Reino Unido. E de uma queda do produto real de 0,7% no Canadá, 2,0% na Itália e 4,0% nos Estados Unidos. Para o conjunto das nações desenvolvidas prevê-se um nível médio de atividade 1,1% inferior ao de 1974.

A passagem abrupta da prosperidade à recessão foi o resultado inevitável da quadruplicação dos preços do petróleo, gerando uma nova modalidade de desequilíbrio para a qual não se conhecia solução no repertório clássico da política anticíclica. A crise do petróleo levou os países desenvolvidos a se verem a braços com um déficit no balanço de pagamentos em conta-corrente sem precedentes, no mesmo tempo em que assistiam à duplicação das suas taxas de inflação.

Para reequilibrar o balanço de pagamentos e reduzir o ritmo de ascensão de preços, esses países apelaram para violentas medidas de contenção do consumo de energia, da expansão monetária e, em alguns casos, dos seus déficits fiscais. Essas medidas restritivas realmente conseguiram reequilibrar os balanços de pagamentos dos países desenvolvidos que já no primeiro trimestre deste ano apresentavam um superávit em conta corrente de 3,5 bilhões de dólares. Também detiveram apreciavelmente, pelo menos em alguns países, a marcha da inflação. Mas o preço foi o de uma recessão sem paralelo desde a década de 1930, com as taxas de desemprego chegando a cerca de 4% na França, 5% na Alemanha e 9% nos Estados Unidos.

Seria ingênuo imaginar que pudéssemos atravessar em brancas nuvem toda essa reviravolta da economia internacional. Quali-

tativamente, o impacto que sofríamos a partir de 1974 foi o mesmo que atingiu qualquer nação importadora de petróleo. Tivemos, em primeiro lugar, o salto dos preços a um novo patamar, elevando o ritmo inflacionário do ano passado a 34,5%. E a passagem de um balanço tradicionalmente equilibrado para um déficit de 4,6 bilhões de dólares.

O modelo de solução adotado pelas nações desenvolvidas, o de usar a recessão como remédio para a inflação e para os desequilíbrios do balanço de pagamentos, certamente inspira a repulsa nacional. O que serve a um país com 4 ou 5 mil dólares de renda anual per capita e de população quase estabilizada não serve a uma nação de 800 dólares per capita, com vastos contingentes de mão-de-obra a empregar e a incorporar os mercados. É claro, no entanto, que a partir de 1974 nossa política de desenvolvimento passou a ser condicionada por duas equações adicionais de restrição: uma interna, referente à necessidade da diminuição do ritmo inflacionário; outra, externa, resultante da imposição de se reequilibrar o balanço de pagamentos. Sobre essas restrições valem alguns comentários.

A partir de 1964 o Brasil arrou-se para conviver tão acerbicamente quanto possível com a inflação, pela ampla adoção do instituto da correção monetária e das minidesvalorizações cambiais. Vários desses dispositivos, inclusive, foram aperfeiçoados no atual Governo: o tratamento fiscal da correção monetária e a conceituação de manutenção de capital de giro adquiriram maior equidade e precisão com o Decreto-Lei 1.338. A nova fórmula de política salarial de lei 6.147 assegura o efetivo crescimento da média anual dos salários reais de acordo com os coeficientes de produtividade. Esses neutralizadores de distorções não impedem, no entanto, que uma inflação forte como a que tivemos em 1974 gere tensões econômicas e sociais. A fórmula da lei 6.147 evita a erosão dos salários reais ao longo do tempo, mas não pode impedir que o poder aquisitivo oscile entre picos e vales em cada intervalo de 12 meses. Da mesma maneira, os empresários que se haviam endividado com correção monetária sofreram impacto imprevisto com a correção das ORTHs no terceiro trimestre do ano passado, ônus que os bancos governamentais trataram de aliviar dilatando o prazo para o respectivo pagamento. Esses aspectos simplesmente mostram que não basta neutralizar a maior parte das distorções causadas pela inflação; é preciso também combatê-la, reduzindo-a gradualmente a um patamar tolerável. Estamos convencidos, por outro lado, de que a própria sistemática de cálculo da correção monetária precisa ser aprimorada, retratando as variações de preços devidas aos focos inflacionários básicos, mas não as oscilações resultantes de acidentes climáticos ou de impactos imprevistos da conjuntura internacional.

A segunda restrição, a do balanço de pagamentos, é ainda mais impositiva: não podemos deixar de pagar as nossas contas externas. Por certo, como país em desenvolvimento, é natural que apresentemos um déficit em conta-corrente a ser coberto pelo ingresso de capitais externos de empréstimo e de risco. Nesse processo, porém, temos que ressaltar certas relações de equilí-

brio: para mantermos a credibilidade externa é necessário que a dívida se mantenha bem escalonada e em proporção adequada com as exportações; e que as reservas se conservem em nível satisfatório. Um déficit em conta-corrente exagerado, ou um crescimento insuficiente das exportações pode levar à ruptura dessas relações de equilíbrio e acabar forçando à mais drástica das soluções: o racionamento brusco das importações, com o consequente estrangulamento dos investimentos e de inúmeros setores da produção.

É essencial compreender que num momento em que temos que enfrentar três grandes problemas, o da sustentação do crescimento, o do combate à inflação e o do reequilíbrio do balanço de pagamentos, não podemos escapar a soluções de compromisso. Certas proposições do ponto de vista do crescimento a curto prazo podem ser danosas para o balanço de pagamentos ou para a inflação. A fórmula mais simples para corrigir o déficit comercial, a mistura de desvalorizações cambiais com restrições de crédito, antagonizaria agressivamente o crescimento da produção e do emprego, e assim por diante. No seu diálogo com o Governo, é essencial que as classes produtoras enquadrem os seus pleitos setoriais nessa moldura das macro-restrições. Um exportador que pense apenas no seu problema naturalmente desejaria uma apreciação desvalorizadora da taxa de câmbio. Mas é preciso pensar o que isso significaria de prejuízo aos devedores em moeda estrangeira e ao consequente interesse em tomar empréstimos no exterior, fora os reflexos negativos sobre a taxa de inflação. Muitos importadores devem estar sofrendo o desconforto de certas alíquotas aduaneiras e do recolhimento restituível recentemente instituído pelo Conselho Monetário Nacional. Mas é mister lembrar que quanto mais penosas seriam, a médio prazo, as consequências de um desequilíbrio no balanço de pagamentos que viesse abalar um dos mais preciosos ativos que acumulamos nos últimos anos: o alto nível de credibilidade internacional.

Diante do quadro mundial que nos impõe essas novas equações de restrição, o desempenho recente da economia brasileira pode ser considerado amplamente satisfatório. Medido de junho de 1974 a junho de 1975, o aumento do índice geral de preços foi de 24%, contra os 34,5% registrados durante o ano passado. É importante notar que este declínio do ritmo inflacionário foi conseguido ao mesmo tempo em que se recuperava significativamente o poder aquisitivo dos assalariados. Nossas exportações no primeiro semestre foram 36,4% superiores às dos seis primeiros meses de 1974. Ao mesmo tempo, as importações se continham na média mensal de 1 bilhão de dólares, inferior à registrada no ano passado. Registramos no primeiro semestre cerca de 2,5 bilhões de dólares de ingresso líquido de capitais de empréstimo e de risco. Deduzidas as reservas, a nossa dívida externa não vai além de um ano e meio de exportações, o que pode ser considerado excelente índice de solvência internacional, particularmente tendo em vista o adequado escalonamento das amortizações. Nosso produto real continua crescendo a taxa significativa, certamente menos brilhante do que a alcançada no período 1968 a 1974, mas vivamente satisfatória num ano em que se prevê 1,1% de queda

no produto das nações desenvolvidas. E o que é mais importante, o excepcional crescimento da produção interna e das importações de bens de capital demonstra que estamos plantando aceleradamente para o futuro, com a sustentação de alto nível de investimentos.

Em mais de um período de sua História Econômica o Brasil respondeu ao desafio das crises de balanço de pagamentos com um novo surto da industrialização substitutiva de importações. Tal ocorreu na década de 1930, diante do impacto da Grande Recessão. Tal veio a repetir-se, desta feita com ímpeto bem maior, no período de 1948 a 1961. A análise da nossa estrutura industrial, bastante desenvolvida na ponta mas ainda atrasada na base, aponta como prioridades naturais para os próximos anos a substituição de importações nos campos da siderurgia, da metalurgia não ferrosa, da produção de bens de capital, do petróleo, da indústria química e de fertilizantes, dentro das diretrizes traçadas no II PND.

Num ponto, todavia, a estratégia a ser seguida nos próximos anos terá que se diferenciar profundamente da adotada entre 1930 e 1960. É que desta feita teremos que nos preocupar não apenas com a substituição de importações, mas também com o contínuo aumento das exportações. Várias razões conduzem a essa definição de política. Em primeiro lugar, o processo de substituição de importações não produz resultados imediatos. Há o intervalo de maturação dos investimentos e, nesse período, aumentam as aquisições externas de máquinas e equipamentos. Nessa etapa, a melhoria do balanço comercial, como está ocorrendo em 1975, deverá ser o resultado do aumento das exportações e não da diminuição das compras no exterior. Em segundo lugar, por muito tempo o Brasil deverá complementar a poupança interna pela aborção de capitais estrangeiros de empréstimo e de risco. Matéria capital externa, todavia, significa, ao longo do tempo, crescentes encargos de amortizações, lucros e remessas de dividendos. A única maneira de permitir que esse aumento de encargos se processe de maneira financeiramente sadia consiste em alargar a base do seu pagamento, ou seja, o volume de exportações. Na realidade, a capacidade de absorção de capitais estrangeiros por um país em desenvolvimento depende fundamentalmente da rapidez com que crescem suas vendas ao exterior. O aumento do endividamento externo brasileiro aos últimos anos só se tornou viável porque as nossas exportações mais do que quadruplicaram entre 1968 e 1974. Por último, num prazo mais longo é desejável o crescimento das exportações ao ponto de financiar uma pauta de compras ao exterior bem mais elástica do que aquela que temos atualmente. Uma das dificuldades que estamos sofrendo no processo de ajuste de balanço de pagamentos resulta da grande inelasticidade das nossas importações, onde pouco pesam os itens supérfluos e dispensáveis onde se concentram maciçamente as matérias primas e os bens de capital. Tornar-nos-emos bem menos vulneráveis a uma crise externa no dia em que nossa pauta de importações apresentar maior índice de compressibilidade. Não se trata de objetivo a alcançar em poucos anos, mas que deve ser perseguido para um futuro mais distante.

A ênfase no mercado externo

nos leva a duas linhas de ação: de um lado, a continuação dos nossos esforços de afirmação como exportadores de manufaturados; de outro lado, num mundo ameaçado pela escassez de alimentos e matérias primas, é natural que voltemos as nossas prioridades para a descoberta de novos recursos minerais, para a ocupação dos espaços vazios e para a modernização da agricultura.

No modelo brasileiro, mercado externo e interno devem ser encarados como complementos e não como alternativas. O mercado interno há que se expandir gradativamente ao longo do tempo como resultado do aumento do produto real, e da extensão dos benefícios desse crescimento a todas as camadas da população. Mas a expansão do mercado interno, por si só, não nos ajuda a resolver os problemas de balanço de pagamentos. Há quem imagine erroneamente que o Brasil, a partir de 1968, procurou extroverter a sua economia para compensar a debilidade do poder interno de compra da sua população. Ocorre que países que assim procedem passam a exibir um superavit em sua conta-corrente, ao contrário da nossa, que sempre se manteve deficitária. Na realidade, a extroversão brasileira se deveu apenas à necessidade de pagar o adicional de importações e de viabilizar a tomada de

empréstimos reclamados pelo desenvolvimento.

Na gigantesca tarefa que temos pela frente precisamos contar com a colaboração harmoniosa dos capitais privados nacionais, dos capitais estatais e dos capitais estrangeiros. Trava-se, no momento, intenso debate sobre o problema da estatização na economia brasileira, mas a verdade é que o Governo do Presidente Geisel, mais talvez do que nenhum outro, tem procurado criar mecanismos de fortalecimento da empresa privada nacional no campo fiscal, baixou-se a incidência do I. P. I. sobre inúmeros produtos industrializados; eliminaram-se incidências de imposto de renda nas transferências de lucros entre empresas; permitiu-se que a manutenção do capital de giro fosse inteiramente deduzida dos lucros tributáveis. Projeto de Lei em tramitação no Congresso prevê, além disso, que as empresas públicas e sociedades de economia mista ficarão sujeitas ao imposto de renda nas mesmas condições da empresa privada. Na área do mercado de capitais foram criadas subsidiárias do B. N. D. E. para tomar participações minoritárias em ações preferenciais em empresas privadas nacionais; foram reservadas também para o setor privado faixas preferenciais nos Fundos 157 e nas Sociedades de Investimento criadas pelo Decre-

to-Lei 1401; ao mesmo tempo, proibiu-se que, no corrente ano, as empresas governamentais de maior prestígio na Bolsa sugassem poupanças de mercado através de novas subscrições. No campo creditício, criou-se o refinanciamento compensatório, o qual, além de fortalecer os bancos comerciais, normalizou definitivamente a liquidez no sistema econômico; expandiram-se a altas taxas os empréstimos ao setor privado, particularmente à agricultura; abriram-se novas faixas de financiamento às exportações, à pequena e à média empresa. Na esfera administrativa, proibiu-se a criação de qualquer nova subsidiária de empresa estatal sem autorização expressa do Presidente da República. Isso sem contar com a maciça injeção de recursos governamentais para recuperar empresas que, no livre jogo de forças de mercado, estariam condenadas à falência.

Já se tem observado de muitas vezes que o crescimento da participação do Estado na economia brasileira deveu-se menos a qualquer preconceito ideológico do que à necessidade de evitar espaços vazios. O desejo do atual Governo é que o setor privado ocupe maiores espaços, e sabemos que o ponto crucial para tanto reside no fortalecimento dos mecanismos de capitalização

da empresa privada nacional. Esses mecanismos, todavia, não poderão provir de um tratamento paternalista para um pequeno grupo de eleitos, mas do desenvolvimento de um novo espírito associativo dos empresários entre si e com a poupança popular. O grande capitalismo não se constrói com unidades estanques, e o empresário schumpeteriano já não pode dispensar a colaboração do administrador profissional. Foi dentro desse espírito que o Governo lançou ao debate com as classes produtoras o novo anteprojeto de lei das Sociedades Anônimas. Ao fixar a tese da proteção dos minoritários não temos apenas em mira um objetivo ético. Pretendemos também, com bastante pragmatismo, construir um modelo de empresa em que nem todos insistam em ser majoritários. Um modelo que percuta assim, pela associação de poupanças, que a dimensão da empresa privada nacional não fique limitada à capacidade financeira de um único grupo. O desenvolvimento desse novo modelo é mais um dos grandes desafios que temos pela frente. Estou certo de que o empresário brasileiro, com seu dinamismo e imaginação, e no seu espírito de cooperação com o Governo, saberá responder a esse e a outros desafios que teremos que enfrentar nos próximos anos.

O 'fogo cruzado'

- LISANEAS APOIA SEVERO

ESP-23-8-75

Eis, na íntegra as declarações de Lisaneas Maciel:

"O ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes, vem sofrendo, ultimamente, sob o fogo cruzado de ataques mais ou menos frutificados na área entreguista. Ainda esta semana um membro desta Casa, da Arena paulista, sugeriu ao ministro Severo Gomes que se alinhasse a seus colegas senhores Reis Velloso e Simonsen, que, estes sim, segundo o deputado, conhecem mais as verdadeiras necessidades e anseios da economia e da sociedade brasileiras. Quando do recente e rumoroso caso da Cônsul, foi o ministro atacado pela grande imprensa de nosso País — a antiga imprensa chamada sadia — por supostamente ter desferido violento golpe contra os princípios da iniciativa privada no Brasil.

Que estaria fazendo o ministro Severo Gomes para incorrer na ira de agentes tão poderosos na formação de nossa opinião pública? Seria ele um xenofobo, visceralmente contrário à participação do capital estrangeiro na economia nacional? Estaria promovendo a subversão da ordem ou da moral pública, distorcendo prioridades de governo? A segunda hipótese na atitude de um conservador industrial paulista, ex-ministro de outro governo pós-1964, parece suficientemente ridícula e implausível para ser abandonada sem

maiores exames. Fica-nos ainda a questão: que pensa o ministro a respeito do capital estrangeiro? Parece-nos estar aqui a raiz da grita que vem sendo levantada contra a gestão do ilustre ministro da Indústria e do Comércio.

DOIS CASOS

O exame de apenas duas situações seria suficiente para mostrar os interesses que Sua Excelência vem tendo a coragem de arrostar. Interesses poderosíssimos, que não arredam pé na sua tentativa de crescer à custa dos interesses nacionais. O primeiro caso em que Severo Gomes resolveu adotar uma linha de defesa dos interesses nacionais foi a questão dos contratos de assistência técnica, um dos itens mais onerosos na conta de serviços em nosso balanço de pagamentos, pelo qual só no ano passado despendemos perto de 300 milhões de dólares.

Que haveria de errado nesses contratos? Acaso o Brasil não necessitaria importar tecnologia estrangeira? Não é esta a questão. O que o ministro Severo Gomes vem tentando minimizar é a impatriótica irracionalidade de que se revestem alguns desses contratos. Vejamos a indústria automobilística. Será que o Brasil deveria ainda pagar por tecnologia num setor em que esta não é dinâmica "de ponta" e, além do mais, está já perfeitamente incorporada à ca-

pacidade industrial do Brasil? Não seria mais lógico e patriótico reservar-nos recursos em moeda estrangeira para a compra de tecnologia em setores em que o País é carente? Afinal de contas, um dos elementos mais citados pelos teóricos e defensores do capital estrangeiro é que este traria um aporte tecnológico que países como o Brasil seriam incapazes de gerar internamente a curto prazo; mas não parece razoável que se tenha de pagar indefinidamente por essa tecnologia, quando ela já foi inteiramente dominada e incorporada pelos produtores brasileiros.

NA FORMA, A QUESTÃO

Entretanto, mesmo deixando-se de lado essa questão preliminar e admitindo-se que o Brasil deva pagar a firmas estrangeiras por uma tecnologia já dominada por nós como a automobilística, o que o ministro vem tentando coibir é a forma esdruxula e lesiva aos interesses nacionais, como esses pagamentos por contratos de assistência técnica vêm sendo feitos. Em depoimento à CPI das multinacionais e do capital estrangeiro, o sr. Guilhaume Hatab, presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), órgão subordinado ao MIC, esclareceu a aberração que se vem praticando contra os interesses nacionais.

Explicando melhor: os

contratos de assistência técnica são usualmente pagos à base de uma percentagem sobre o faturamento da empresa, num limite máximo de cinco por cento. Ocorre, portanto, que o pagamento não é feito sobre o valor agregado pela empresa, ou seja, pela contribuição que ela efetivamente presta à economia nacional e ao crescimento do produto nacional, mas sobre o seu faturamento total.

Assim, um automóvel que custe, a preços da fábrica, 30 mil cruzeiros, pagando, digamos, três por cento de assistência técnica, estará custando para o exterior cerca de 900 cruzeiros; se o contrato for à base de quatro por cento, a remessa seria o equivalente a 1.200 cruzeiros em moeda estrangeira. E aqui se encontra o paradoxo, o absurdo: a indústria automobilística é apenas montadora de peças fornecidas pelo setor de auto peças, no qual também existem firmas que celebram contratos de assistência técnica com firmas estrangeiras.

Dessa forma, srs. deputados, sr. presidente, estamos pagando, no setor automobilístico, a assistência técnica não apenas uma vez, mas duas, três ou mais

vezes. Por querer disciplinar essa orgia de remessas, fica o ministro Severo Gomes sem abrigo dos ataques dos que se dizem defensores da livre iniciativa, do sistema de mercado, mas podem estar, consciente ou inconscientemente, na primeira linha de defesa de uma política do capital estrangeiro que promove a espoliação dos tão escassos recursos nacionais.

O CASO DA CONSUL

O segundo caso que merece exame é o da tentativa de transferência do controle acionário da empresa de refrigeradores Consul para uma empresa estrangeira. Impedindo essa ação, caiu o ministro mais uma vez no desagrado de poderosos setores de nossa sociedade: editoriais foram estampados nos mais importantes órgãos da imprensa brasileira, contra o que seria uma investida de sua excelência em afronta aos princípios da iniciativa privada.

Mas examinemos a questão friamente. Insistem os defensores do capital estrangeiro nos três aspectos que seriam as contribuições fundamentais por ele

prestada ao desenvolvimento nacional: 1) recursos financeiros; 2) aporte tecnológico; 3) tecnologia perfeitamente adequada a sua produção e de administração reconhecidamente competente, seria adquirida por um grupo estrangeiro com recurso já existente no País. Não se criaria empreendimento novo, nem se configura qualquer das três possíveis (e discutíveis) contribuições trazidas pelo capital estrangeiro. Assim, na defesa dos interesses nacionais, usando da melhor isenção e de bom senso foi a transação impedida.

Ocorre ainda, como agravante, que a Embraco — empresa associada à Consul e que produz para esta os compressores das geladeiras — estava sob termo de compromisso junto ao Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), no sentido de não ter seu controle acionário alterado sem previa consulta a esse órgão. Ambas as empresas, a Consul e a Embraco, haviam recebido incentivos fiscais e creditícios do governo e, além das razões já apresentadas — de nenhuma vantagem para a economia nacional no negócio — julgaram as autoridades do Ministério da Indústria e do Comércio que não seria justo

nem razoável transferir esses incentivos a empresa estrangeira adquirente.

NOVOS TEMPOS

Alguns engajados defensores da iniciativa privada, conceito que manipulam a vontade, de acordo com os interesses de momento, se esquecem que mesmo os economistas mais liberais — desde que serios — aceitam o argumento levantado pelo economista Lutz no século passado, em defesa do que ele chamou de "indústria infante". Mesmo antes de Lutz, já Alexandre Hamilton, um dos fundadores da pátria norte-americana, no final do século VIII defendia uma política protecionista, tendo a consciência clara de que seu país não se industrializaria se seus produtores tivessem de enfrentar a concorrência da Inglaterra, país onde a revolução industrial já ocorrera e que podia fabricar seus artigos mais barato que qualquer outro. É claro que no nosso caso não se trata da mesma coisa, pois que esses ilustres pensadores estavam falando de barreiras alfandegárias, que elevassem os preços dos produtos importados para permitir o desenvolvimento dos produtores locais.

Os tempos mudaram. A concorrência dos grandes produtores capitalistas contra os produtores locais, de países menos desenvolvidos, não se faz hoje apenas através da exportação de seus produtos para esses países. Filiais de suas grandes empresas se instalaram em países subdesenvolvidos, que devem dar a empreendimentos efetivamente controlados por seus nacionais a proteção necessária para que se possam desenvolver, livres da concorrência desleal e predatória dos grandes grupos monopolistas internacionais.

Quando o capital estrangeiro efetivamente traz recursos, abre novas atividades econômicas, contribui para o desenvolvimento nacional, pode ser bem-vindo, desde que devidamente controlado e direcionado segundo os interesses nacionais. Parece-nos ser esta a visão esclarecida do ministro Severo Gomes, que deseja que o capital estrangeiro seja colocado a serviço do nosso desenvolvimento, e não a nossa economia a serviço do desenvolvimento do capital estrangeiro. A sua excelência, solicitado o apoio dos membros desta casa, bem como de todos os patriotas e homens de bem de nosso País.

A luta pelos capitais europeus

Apesar de toda a publicidade, o Seminário Internacional de Investimentos no Brasil, em Salzburgo, Áustria, provavelmente não resultará de imediato num substancial aumento do fluxo de capitais externos para o país: o amadurecimento de promoções desse tipo depende de tempo e trabalho complementar.

As autoridades brasileiras, por seu lado, procuraram garantir o máximo de prestígio e rendimento ao encontro. Além dos ministros da Fazenda, Planejamento e Agricultura, do secretário-geral do Ministério da Indústria e Comércio, Paulo Belloti, e de várias autoridades econômicas de alto escalão, como os presidentes do Banco do Brasil e Banco Central, esteve em Salzburgo uma delegação com mais de trezentas pessoas, constituída de técnicos governamentais e quase duzentos representantes de empresas privadas. A principal finalidade da delegação foi realizar contatos com os participantes estrangeiros, para informá-los e assessorá-los sobre possibilidades de negócios.

No pressuposto de que as autoridades econômicas brasileiras, no caso, são partes interessadas, os organizadores do seminário adotaram a tática de valer-se da colaboração de representantes de grandes empresas estrangeiras já em operação no Brasil, para convencer os investidores potenciais das vantagens de aplicar no país. Alguns nomes: Umberto Agnelli, da Fiat, Gaetano Cortesi, da Alfa Romeo, Toni Schmücker, da Volkswagen, Joachim Zahn, da Daimler-Benz, Roger Martin, da Saint-Gobain, Francis Mason, do Chase Manhattan Bank, Ralph Young, do Bank of America, e Pierre Liotard-Vogt, da Nestlé.

Seus depoimentos, de um modo geral, foram objetivos. A entusiástica intervenção de Luís Schuler-Vohit, da L. Schuler GmbH, que terminou sua palestra com a expressão "Deus é brasileiro", foi uma exceção. Do mesmo modo, também foi isolada a contundência da palestra de Franz Luterbacher, da Brown-Boveri, que apresentou três críticas básicas ao Brasil:

"Em primeiro lugar, empresas como a Brown-Boveri cresceram tanto no Brasil que seria razoável, do ponto de vista tanto econômico quanto político, que se associassem firmemente a capitais nacionais. Estamos prontos para cooperar nesse sentido, desde que grupos financeiros brasileiros o queiram e sejam autorizados a fazê-lo. Embora o Governo venha promovendo os empreendimentos industriais em geral, sentimos que existe uma certa discriminação contra empresas de capital estrangeiro majoritário, que não têm, de fato, as mesmas oportunidades no mercado financeiro do país. Além disso, a importação de máquinas está sujeita a impostos sobre investimentos de capital. Segundo: em oposição a outros tipos de indústria, o suprimento contínuo de novos elementos técnicos e científicos é absolutamente necessário no caso de uma empresa que fabrica produtos de tecnologia sofisticada. Não basta transferir o know-how de produção a uma subsidiária para lhe dar o máximo de independência.

"A Brown-Boveri, por exemplo, na construção de grandes geradores, precisa sempre de know-how atualizado para aplicar em novas instalações. Qualquer que seja a estrutura financeira e o controle acionário, o contínuo oferecimento de know-how e o

Visão, 9 de junho de 1975

seu pagamento representam um problema importante para todos os envolvidos. Em terceiro lugar, ainda com respeito à transferência de tecnologia, há um panorama bastante desapontador. Se não forem tomadas medidas para permitir a transferência de tecnologia com baixos impostos, o progresso de empreendimentos como o nosso se verá em perigo. Queremos citar o exemplo do Japão. O mundo todo admira o fantástico crescimento da sua indústria, mas todos sabem que o Japão importou grandes quantidades de tecnologia e que estava disposto a pagar o preço."

Durante esse depoimento, a situação das autoridades brasileiras presentes tornou-se particularmente incômoda, porque a plateia de investidores potenciais por três vezes interrompeu o orador com fortes salvaes de palmas. Embora Paulo Lyra e Paulo Belloti, logo a seguir, e Simonsen, no dia seguinte, replicassem a Luterbacher, esclarecendo a legislação brasileira, as palmas do plenário tiveram a utilidade de ressaltar o tipo de desconfiança que eventuais investidores estrangeiros cultivam em relação ao Brasil.

CONSUL - PHILIPS

«Querem concorrer hoje com grandes grupos é utopia». W. Freitag.

Visão, 18 de agosto de 1975.

A intervenção do Estado (CIP) reduziu drasticamente os lucros da empresa; com baixa rentabilidade, a em-

presa recorreu ao crédito, que lhe foi dificultado pela intervenção do Estado (BNDE); vendida a empresa, o Estado interveio para proibir a transação — sem qualquer amparo legal, mas quem desafiaria as ordens do Estado na nossa economia?

O caso Consul-Philips ocorreu assim, prejudicando profundamente a empresa nacional e causando apenas contratempos à multinacional, a Consul continua na situação que a levou à venda, enquanto a Philips pode optar entre comprar outra empresa, consultado o Governo, e abrir sua própria fábrica, para a qual já tem terreno comprado em Rio Claro, São Paulo. Só resta saber, agora, o que será feito do contrato assinado no dia 1.º de julho, em São Paulo, pelo qual a Philips adquiria 65% das ações ordinárias e 4% das preferências da Consul por 76 milhões de cruzados. Os proprietários da Consul, Wittich e Egon Freitag, insistem na validade da transação. "É perfeitamente legal e não fere nenhuma legislação", afirma Wittich Freitag. "Qual o crime que se está cometendo? Que se apete onde ele está?" O Ministério da Indústria e do Comércio que fez a autorização ao negócio numa autorização que, pelas leis brasileiras, não é necessária, os proprietários da Consul têm o direito legal de vender a firma), não aponta o crime nas três linhas de seu comunicado; não hesita sequer a dizer em que dispositivo legal se baseou.

Os problemas da Consul conceberam há algum tempo, graças a uma ação correta de sua direção; agiu honestamente, enviando ao Conselho Interministerial de Preços a estrutura correta de seus custos e pedindo apenas os aumentos efetivamente necessários. Conseqüência, segundo o *Jornal da Tarde*, de São Paulo: o CIP, acostumado com os empresários que

pedem aumentos excessivos, deu o habitual desconto aos pedidos da Consul — e derrubou a rentabilidade da empresa, abrindo caminho para sua absorção por grupos estrangeiros.

Efetivamente, a lucratividade da Consul caiu sensivelmente de 1973 para 1974: enquanto o faturamento aumentava, o lucro líquido sobre o faturamento descia de 0,11% para 0,07%, o lucro líquido por empregado caía de 11,03 para 8,22 cruzeiros, sem descontar a inflação. O índice de liquidez seca baixou de 0,88 para 0,67, e o de liquidez corrente, de 1,46 para 1,45.

Outros problemas atingiram a firma: o mercado de refrigeradores em recessão (1,4% menor que em 1973), a baixa lucratividade do setor (os lucros líquidos subiram apenas 17,2%, menos que a inflação); e um antigo cliente, a Philips, preparava-se para deixar de comprar da Consul e iniciar a concorrência no setor de refrigeradores. Era necessário diversificar a produção, e a Consul, com a rentabilidade comprometida pelo CIP e pelo mercado em declínio, solicitou ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico um empréstimo de 80 mi-

lhões de cruzeiros, com os quais abria novas linhas de produtos.

"A Ibrasa (subsidiária do ENDE) nos manifestou o empenho de que o controle da indústria continuasse aqui, e nos ofereceu o empréstimo com prazo entre oito e dez anos", diz Wittich Freitag. "No entanto, exigiu o aval pessoal dos diretores. Na idade em que nos encontramos, dar aval pessoal para uma operação nesse prazo não dá certo. Não temos sucessores e não pretendemos usar como aval o teto de nossa família. Isso é um ônus muito pesado. Além disso, as garantias oferecidas pela empresa celebrariam perfeitamente a operação pretendida e não havia motivo para garantias pessoais subsidiárias, nosso patrimônio familiar construído com muito sacrifício ao longo de nossa vida."

Sem novas opções, os irmãos Freitag venderam então o controle acionário à Philips. "O Governo", disse Wittich Freitag, "tem de parar de considerar que todos os empresários são ladrões. Quando precisávamos de aumentos de preços, chegamos a colocar à disposição do CIP passagens para que seus representantes viessem analisar a situação da empresa, e

eles nos ignoraram. Ora, mais de 10 mil pessoas dependem diretamente de nossa empresa e isso não pode ser ignorado."

Quando ao Governo, informa que suas restrições à venda da Consul à Philips ocorreram em virtude da atitude da firma brasileira, que não o informou oficialmente das negociações. "Os empresários nacionais, quando desejarem ou tiverem necessidade de transferir o controle acionário de suas empresas", diz o ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes, "devem procurar soluções dentro do país."

Dentro dessa linha, sempre segundo informações oficiais, a Ibrasa ofereceu-se inicialmente para emprestar o dinheiro necessário para a expansão da firma, com aval pessoal dos diretores; posteriormente, teria pedido prazo de

trinta dias aos irmãos Freitag para encontrar comprador nacional para sua empresa; os proprietários da Consul rejeitaram ambas as propostas e concluíram a

venda da empresa para a Philips.

E agora? Agora, há um contrato assinado, de um lado; há a falta de autorização do Governo, de outro; e há a Philips, que assinou o contrato e mais tarde pediu autorização ao Governo. Difícilmente a multinacional desafiaria as ordens do ministro Severo Gomes: segundo o jornal carioca *O Globo*, o Governo orientaria seus órgãos de fomento no sentido de conceder tratamento normal, não preferencial, à Consul; e poderia exigir que a Philips oferecesse a todos os acionistas o mesmo preço que pagou pelas ações dos irmãos Freitag — o que quadruplicaria o preço da compra.

"Parece", diz Wittich Freitag, "que o que eles querem mesmo é arruinar a Consul."

UEKI E OS CONTRATOS DE RISCO ESP 17/6/75

O ministro Shigeaki Ueki, das Minas e Energia, distribuiu nota oficial, ontem, em Brasília, para declarar que "o governo não estuda e nem cogita de modificar a política nacional do petróleo, posto que a Petrobrás vem cumprindo e tem condições crescentes de cumprir, a risca, a letra e o espírito da lei 2.004, de 1953". A nota divulgada pelo Ministério das Minas e Energia é a seguinte, na íntegra:

"Com referência a notícias veiculadas pela imprensa sobre a possibilidade de a Petrobrás celebrar contratos de risco para a exploração de petróleo no País, cumpre prestar os seguintes esclarecimentos:

"1) Em reunião com os ilustres membros da Comissão de Minas e Energia do Senado Federal, tive a oportunidade de tecer algumas considerações sobre o assunto, com a finalidade de esclarecer a natureza dos referidos contratos, sem assumir posição oficial a respeito; e

"2) Dentro desse entendimento, parece oportuno aduzir que o governo não estuda nem cogita de modificar a política nacional do petróleo, posto que a Petrobrás vem cumprindo e tem condições crescentes de cumprir, à risca, a letra e o espírito da lei 2.004, de 1953".

Pela manhã, ao chegar a São

Paulo, o ministro já demonstrava grande preocupação pelos debates provocados por sua tese favorável aos contratos de risco, insinuando que suas declarações haviam sido distorcidas. Explicou, então, que a sua posição foi "simplesmente pessoal, sem qualquer intenção de iniciar uma campanha de âmbito nacional, visando a sua concretização".

"Mas — continuou —, diante do rumo que os debates estão tomando e diante de algumas distorções que estão sendo feitas, julgo prudente encerrar o assunto. O Ministério das Minas e Energia e a Petrobrás continuarão trabalhando intensamente na busca de novas reservas petrolíferas, com o objetivo de aumentar nossa produção, seguindo o atual modelo político adotado para esse setor".

No Rio, durante almoço no Clube dos Reporteres Políticos, o ministro Reis Veloso confirmou as palavras de Ueki, dizendo que o governo manterá inalterado o monopólio estatal do petróleo e a lei 2.004. Disse, também, que a assinatura de contratos de risco entre a Petrobrás e empresas privadas para a exploração do petróleo "não está na agenda do governo, para efeito de decisão".

Técnicos, contra

Entre os técnicos da Petrobrás, entretanto, prevalece a opinião de que a contratação de empresas estrangeiras para a realização de pesquisas sob contratos de risco não aceleraria o programa exploratório em curso, nem determinaria novas e importantes descobertas no País. Todas as importantes bacias sedimentares, segundo explicaram, estão atualmente sendo objeto de pesquisas, em terra e no mar. Descobrir petróleo, afirmam os especialistas, e apenas questão de tempo e de maior número de perfurações. Na sua opinião, a

Petrobrás vem obtendo resultados positivos nas regiões em que opera, dentro da média das grandes companhias internacionais.

A posição de Shigeaki Ueki, defendida também pelo ministro Mario Simonsen, da Fazenda, voltou a ser de igual forma, duramente criticada, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, no dia de ontem, indistintamente por parlamentares da Arena e do MDB. O deputado Nunes Leal (Arena-RS), por exemplo, afirmou que não concorda que "se corra o risco de abertura de brechas na formidável conquista que foi o estabelecimento do monopólio estatal de petróleo". E Antonio Carlos (MDB-MT) declarou que as afirmações do ministro Ueki "ferem frontalmente os princípios nacionalistas do povo brasileiro e não podem, por isso, merecer o apoio pleiteado".

No Senado, o vice-líder da Arena, Jarbas Passarinho, disse não concordar com os contratos de risco e que "de nada adiantará o dinheiro estrangeiro na aceleração da descoberta do petróleo". Já o emendebista Marcos Freire estranhou a posição assumida por Ueki

e Simonsen, ao mesmo tempo em que o senador Virgílio Távorá, enfatizando a sua qualidade de líder do governo, garantia que este "não pretende quebrar o monopólio, seja de forma direta, seja de forma disfarçada".

O único a manifestar-se favoravelmente à assinatura dos contratos de risco foi o senador Luiz Cavalcanti (Arena-AL). Depois de afirmar que ninguém e mais nacionalista que ele próprio, o senador alagoano afirmou que "a conjuntura mundial alterou-se e, mesmo em alguns países que defendem posições nacionalistas radicais, as pesquisas petrolíferas foram abertas aos contratos de risco". Mas o deputado Lyssaneas Maciel (MDB-RJ), presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara, advertiu: "No momento em que se confirma a existência inequívoca e cada dia mais promissora do petróleo em nosso subsolo e a tendência mundial é de preservação das matérias-primas, no Brasil aventa-se essa participação estrangeira, que nada mais é que o início da quebra do monopólio sobre a matéria-prima mais importante, que é o petróleo".

CONTRATOS DE RISCO Soberania não está em jogo desta vez

DECLARA ALBUQUERQUE LIMA

VEJA — Mas até que ponto uma abertura para o capital e a técnica estrangeiros na exploração do petróleo poderá enfraquecer ou reforçar a base nacional para o desenvolvimento?

ALBUQUERQUE LIMA — Em si, o capital e a técnica são neutros. O Estado é soberanamente forte. A Petrobrás é, hoje, uma empresa de grande porte. Possui um excelente corpo téc-

VEJA,

16 DE JULHO, 1975 nico, que teria condições de acompanhar e fiscalizar os contratos elaborados para a prospecção e exploração de nosso petróleo sem prejudicar de qualquer forma o interesse nacional. Desde que a decisão não saia das mãos nacionais, não há por que temer qualquer enfraquecimento.

Indefinições: a queixa dos empresários

visão, 23 de junho de 1975

A principal queixa dos empresários brasileiros deve-se a uma maior definição de uma política industrial de longo prazo. Assim, no período 1964-74, um estudo de Maria Helena T. Taques Hora, do Instituto de Pesquisas do IPEA, mostra que a política de incentivo à formação de capital, orientada pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), se constitui essencialmente de estímulos à redução do custo do capital importado. Entretanto, a definição dos setores prioritários era tão geral que foram concedidos incentivos (isenção de impostos de importação, ICM e IPI) indiscriminadamente.

Paralelamente, em termos de necessidades de financiamento do setor industrial, a reformulação do sistema financeiro privado veio apenas reforçar o suprimento de crédito para capital de giro e o volume de recursos à comercialização dos bens duráveis de consumo. Os créditos de longo prazo continuam sendo supridos quase exclusivamente por agências públicas e bancos oficiais; embora tenham crescido muito, são ainda insuficientes, principalmente porque, esgotada a fase de crescimento através da utilização da capacidade instalada, passou o setor a depender de aumentos substanciais dos investimentos.

O setor de bens de capital cresceu, entre 1966 e 1970, a uma taxa média de 8,8% ao ano e, em 1971-73, a uma taxa média de 22,6% ao ano. Mas, paralelamente, verificou-se um acréscimo substancial das importações de bens de capital que, entre 1970 e 1973, cresceram em média 31,6% ao ano, aumento que não pode ser atribuído à incapacidade de reação interna aos estímulos da demanda mas, sim, a um conjunto de fatores que contribuíram para desviar para o exterior uma parcela significativa da demanda, que poderia ter sido atendida internamente.

De fato, só a partir de 1973 o setor de bens de capital começou a demonstrar sintomas de plena utilização de capacidade, mas pouco ampliou a capacidade instalada; dados dos relatórios do CDI mostram que, do valor total dos investimentos aprovados, apenas 2,6% em 1971, 6,4% em 1972 e 5% em 1973 se referiam a projetos desse setor.

Dentre as condicionantes deste comportamento incluem-se a própria orientação da política econômica e as dificuldades de se consolidar um setor de bens de capital quando se depende da importação e da adaptação de tecnologia do exterior. De forma desagregada, é possível identificar alguns elementos que concorreram para inibir a expansão da produção interna de equipamentos:

1) A política industrial de incentivo à formação de capital na indústria, que redundou no desestímulo à compra de bens de capital produzidos internamente. Ainda que eliminado em parte, em 1970, pela concessão ao comprador de bens de capital nacionais de crédito do IPI e pela depreciação acelerada do equipamento no cálculo do imposto de renda, permaneceu a desvantagem do ICM, do qual o produto importado está isento.

2) Utilização, de forma crescente, de recursos externos para financiar a expansão da economia, o que contribuiu para desviar para o exterior parcelas consideráveis da demanda de equipamentos, visto que os créditos dos fornecedores estão obviamente vinculados às importações, ao passo que os concedidos pelo BNDE e pelo BIRD, ainda que prevendo a concorrência internacional para a compra dos equipamentos, exigem a pré-qualificação do concorrente, criando, assim, um círculo vicioso: "A em-

presa nacional não tem condições de ganhar a concorrência por não ter tradição de mercado, e não tem tradição de mercado por não ter condições de vender seus produtos".

3) A insuficiência de *engineering* se somou a sua desarticulação com a indústria de bens de capital. Observa-se que, quando o projeto é desenvolvido no exterior, muitas vezes as especificações são tais que obrigam à importação, não por faltarem às empresas nacionais condições para fornecê-lo, mas sim pelo tipo de especificação que consta nos projetos.

4) Ausência de uma política de compras de equipamentos das empresas do Governo com o objetivo de estimular a produção nacional, pois, em conjunto, elas são o maior comprador de bens de capital. Daí a importância de uma programação conjunta das políticas de compra dessas empresas, tendo em vista a garantia de demanda regular e crescente. A ausência dessa garantia, que permitiria ao fabricante nacional pelo menos amortizar os custos de implantação da linha de fabricação (acordos de licenciamento), desestimula-o, tornando o risco de novos investimentos extremamente elevado.

Assim, grande parte das pressões, por importações financiadas originalmente de empresas do setor público que têm no financiamento das importações a complementação dos recursos internos necessários a seus projetos de expansão. Evidentemente, da composição do financiamento decorre uma composição de compras internas e importações inferior à capacidade de atendimento da indústria nacional, desviando-se para o exterior parcela considerável da demanda.

Adicionalmente, a ausência de uma atuação orientadora por parte do CDI no dimensionamento adequado do setor de insumos básicos (não ferrosos, fundidos e forjados, e fertilizantes) teve como consequência a reduzida capacidade de oferta desses setores. Como resultado, as pressões da demanda de curto prazo sobre esses insumos foram atendidas crescentemente com importações, que, em face da alta dos preços desses produtos no mercado internacional, implicam forte pressão sobre o balanço de pagamentos.

Portanto, a indefinição de uma política industrial, com o objetivo de orientar, a médio e longo prazo, a expansão da indústria, deu lugar a soluções de curto prazo, essencialmente calcadas nas importações. Tal comportamento foi em boa parte viabilizado pelas grandes facilidades que caracterizaram o financiamento dos déficits em conta corrente e pela diversificação das exportações.

Esses fatos encobriram a necessidade da procura, a longo prazo, de uma estrutura industrial mais equilibrada entre bens de consumo e bens de capital, reduzindo-se, consequentemente, as necessidades de importação pelo crescimento do produto. Só a partir da deflagração da crise do petróleo, com a quadruplicação de seus preços, se acentuaram as pressões sobre o déficit, já bastante agravado pelo pagamento do serviço da dívida. Paralelamente, a crise internacional, a diminuição da liquidez, as políticas protecionistas dos países importadores, etc., reforçaram a necessidade de promover a indústria interna de bens de capital, bem como acelerar a implantação e o incremento da produção de não-ferrosos e fertilizantes. Mas a definição de uma política econômica adequada requer não apenas o remanejamento de fluxos financeiros a favor da formação de capital, como também medidas que anulem a vantagem das importações e promovam o fortalecimento dos seto-

res domésticos produtores de insumos básicos e bens de capital.

De qualquer forma, pode-se identificar na linha de atuação da política econômica, no âmbito do CDE, uma tentativa de orientar os fluxos financeiros a favor da formação de capital, com ênfase especial quanto aos equipamentos e insumos básicos, com o objetivo explícito de assegurar a esses setores uma maior participação na oferta. Assim, cresceram os recursos do BNDE, que, além dos meios próprios e de novas dotações orçamentárias, passou a contar com os fundos do PIS e Pasep, que deverão, até 1976, atingir 24,5 bilhões de cruzeiros, ampliando sua participação no financiamento ao setor industrial, principalmente em créditos de longo prazo. Para racionalizar a atuação do BNDE criaram-se três linhas de crédito, sob a forma de empresas subsidiárias, sendo a maior parcela do capital integralizada pelo próprio banco.

A Embramec — Mecânica Brasileira S.A. tem como objetivo principal participar acionariamente da implantação ou expansão de empreendimentos no setor produtor de bens de capital, propiciando desta forma a diversificação das fontes de recursos destas empresas e a recomposição de suas estruturas de endividamento. Adicionalmente, tais projetos contariam ainda com financiamentos do BNDE, mediante a utilização de suas diversas linhas de crédito. A atuação da Embramec exigirá grande esforço de coordenação setorial, sendo-lhe atribuídas as funções de indicar às empresas do setor os grandes projetos governamentais, orientar prioritariamente para o mercado interno as aquisições de equipamentos por parte dessas empresas, prover apoio financeiro à criação de empresas dedicadas à projeção de equipamentos e incentivar a formação de sociedades incumbidas das vendas, do projeto e da colocação de subcontratos de fabricação de peças e sua agregação.

A Fibase — Financiamento de Insumos Básicos S.A. tem por finalidade suprir de capital de risco e de financiamentos complementares as empresas produtoras de insumos básicos, principalmente metais não-ferrosos, fertilizantes e fundidos e forjados, cuja capacidade de oferta não se ampliou nos níveis adequados.

A Ibrasa — Investimentos Brasilei-

ros S.A. foi constituída para apoiar a empresa privada brasileira, estando excluídas de suas operações as empresas públicas e as controladas por capital estrangeiro. Suas aplicações assumirão a forma de participação societária minoritária e/ou subscrição de debêntures conversíveis em ações, em projetos de implantação ou expansão de empresas de porte médio ou que se destaquem como empresas líderes, setorial ou regionalmente.

Além dos recursos do BNDE, a Embramec, a Fibase e a Ibrasa poderão ainda mobilizar recursos junto aos intermediários financeiros privados, tendo em vista ampliar sua área de atuação. Espera-se que essa nova forma de atuação do BNDE, mais a intenção de fortalecer a atividade da Finame — Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. no suprimento do financiamento à comercialização de bens de capital, permita elevar o poder de barganha dos grupos privados nacionais frente às empresas multinacionais, evitando no setor de bens de capital e de insumos básicos o que houve no recém-implantado setor petroquímico, onde há hegemonia do capital estrangeiro.

Outro item importante que precisa sofrer modificações refere-se às normas do CDI, pois o sistema atual ou elimina a proteção ou eventualmente a superestima, porém não possibilita que se pratique uma política que garanta ao produtor nacional condições de competitividade com o produto importado. Além de medidas de incentivo à compra de bens de capital no mercado interno, seria imprescindível também a revisão das medidas de estímulo à importação de equipamentos, não só tornando mais seletivos os critérios adotados na concessão de isenção de tarifas, como também estabelecendo claramente os limites de proteção à indústria nacional. E, para não criar impacto na formação bruta de capital fixo, poder-se-ia pensar numa redução gradual das isenções, até se chegar à aplicação integral da tarifa.

Entretanto, mesmo com maior integração do crescimento industrial e fortalecimento dos setores de bens de capital e insumos básicos, assegurando-se também a maior participação de capitais nacionais (públicos e privados) em associação com os grupos internacionais detentores de tecnologia moderna, não se pode esperar, a curto prazo, que se eleve substancialmente a participação da produção nacional na oferta interna, pois tais projetos têm longos períodos de gestação.

1975: PIB entre 4% e 6%

VEJA, 20 DE AGOSTO, 1975

No decorrer das duas últimas semanas, as autoridades da área econômico-financeira começaram, com certa desenvoltura, a lançar sobre a mesa as cartas que permitem compor um quadro mais definido a respeito do comportamento da economia brasileira até o fim deste ano. E possibilitam, inclusive, o exercício da imaginação para fixar a provável taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) em 1975. De fato, nos contatos com empresários e em entrevistas coletivas, o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, vem discutindo amplamente os problemas do balanço de pagamentos, do nível de endividamento externo e da perda de reservas cambiais pelo país. É o que está fazendo também o ministro-chefe da Secretaria do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso. Na segunda-feira da semana passada, em conferência na Escola Superior de Guerra, no Rio, Velloso exibiu dados estatísticos que mostram

ter a economia, "após um primeiro trimestre pouco brilhante", ingressado em fase de recuperação. Com efeito, alguns setores industriais conseguiram romper o círculo de recessão no qual estiveram confinados, em certos casos, até o mês de maio passado.

O ministro-chefe da Secretaria do Planejamento admitiu, contudo, que até 1977 "os problemas de balanço de pagamentos limitarão a expansão da economia". O que implicaria reconhecer, de modo bastante pragmático, a impossibilidade de uma taxa semelhante àquela observada no período 1968/73 — com média anual de 10% —, pelo menos nos próximos dois anos. É o que antecipa, desde já, o comportamento, no primeiro semestre deste ano, da indústria, que aumentou a sua produção só em 2,4%, e da agricultura, 4,6%.

Resistência — Certos dilemas — controle da inflação e equilíbrio do balanço

de pagamentos — continuam se apresentando com toda a sua força, particularmente na segunda metade deste ano. Depois de acusar, até julho, um aumento de 16,4%, já na primeira semana de agosto o custo de vida no Rio de Janeiro teria subido cerca de 3%, podendo fechar o mês com uma alta de 4%, o dobro do que se vinha verificando nos seis meses anteriores. Mantida essa tendência, a inflação do ano poderá chegar até 30%. Simonsen, quinta-feira passada, no Rio, admitiu de fato que "o pico da inflação deverá ocorrer em agosto". No entanto, ressaltou que "isso não significa uma retomada da escala inflacionária, mas apenas um acidente".

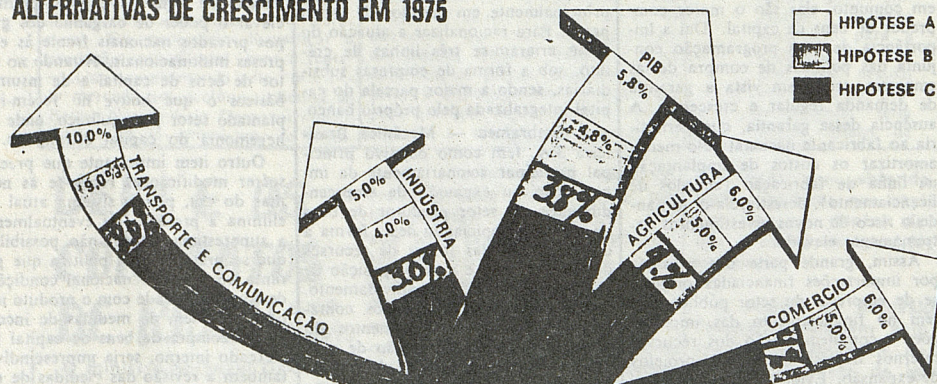
De qualquer modo, para corrigir o desvio de rota da inflação, o governo não estaria pensando em reduzir substancial-

mente os meios de pagamento (depósitos a vista nos bancos, mais dinheiro em poder do público). Pois uma freada brusca na expansão monetária, se de um lado reduz os preços, também pode acarretar a recessão econômica, como explica Simonsen. Parece, portanto, que a preocupação atual consiste em reaquecer a economia, mesmo à custa de uma inflação anual ligeiramente superior aos 25% inicialmente previstos. Mas, ainda assim, existem outras barreiras à reativação da economia: restringindo as importações, na busca do equilíbrio no balanço de pagamentos*, o governo é levado a inibir esse desejado crescimento. Por essa razão, os empresários consideram que o ritmo de expansão do crédito ao setor privado será daqui por diante mais lento do que se verificou no pri-

meiro semestre. Em outras palavras, se a oferta de crédito ao setor privado continuar aumentando na mesma velocidade de maio e junho, perderão sentido as medidas adotadas pelo governo para restringir as importações e impedir a progressiva perda de reservas cambiais pelo país.

Dificuldades — Na terça-feira da semana passada em Brasília, durante o Seminário de Atualização de Empresários Americanos organizado pelo Conselho das Américas, o secretário geral do Ministério da Fazenda, José Carlos Freire, indicou claramente as dificuldades no balanço de pagamentos deste ano. Nas duas projeções feitas por ele, sobre a evolução das relações econômicas e financeiras do Brasil com o exterior, figura uma perda de reservas cambiais entre

ALTERNATIVAS DE CRESCIMENTO EM 1975



Fonte: Estimativas de VEJA. Segundo os dados disponíveis, a agricultura representa 14,63% do produto interno bruto (PIB), a indústria 32,73%, o comércio 17,45% e transporte e comunicação 5,37%. Foram esses pesos considerados para se estimar a expansão da economia este ano.

ENDIVIDAMENTO EXTERNO EM MILHÕES DE DÓLARES

	DÍVIDA BRUTA (A)	RESERVAS CAMBIAIS	DÍVIDA LÍQUIDA (A-B)
1971	6 622	1 723	4 899
1972	9 521	4 133	5 338
1973	12 572	6 416	6 416
1974	17 166	5 276	11 893
1975*	21 485	3 209	18 106

* Estimativa de VEJA, bastante próxima da anunciada pelo secretário geral do Ministério da Fazenda, José Carlos Freire.
Fonte: Banco Central do Brasil.

700 milhões e 2.1 bilhões de dólares, em 1975. Além disso, tais estimativas não levam em conta a possibilidade de um novo aumento nos preços do petróleo, com a qual a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) acena, na sua reunião prevista para 24 de setembro em Viena.

Maiores preços do óleo bruto — cujas importações pelo Brasil são estimadas em 3 bilhões de dólares este ano — contribuiria para elevar o déficit da balança comercial além dos 2,5 bilhões de dólares estimados pelo governo. Para se alcançar essa meta sem levar em conta um novo preço do petróleo, é indispensável que a receita média mensal de 700 milhões de dólares das exportações no primeiro semestre possa, a partir de julho, passar para os 950 milhões de dólares. A melhora na cotação internacional do café e da soja ajudou, em parte, a desfazer as preocupações oficiais, mas a lenta recuperação das economias dos países industrializados se mantém como principal obstáculo à rápida expansão das exportações brasileiras. E essa situação deverá perdurar por mais algum tempo. Num relatório recente, o First National City Bank afirma que "é provável que sejam necessários três anos para que a economia americana volte a utilizar, plenamente, sua capacidade de produção e força de trabalho".

Conexão — Dificilmente se poderá dissociar as atuais dificuldades da economia brasileira da recessão mundial. Mas jogar a responsabilidade de todos os males da economia brasileira sobre os problemas internacionais seria um exercício pouco eficaz de simplificação. Mesmo sem eles, seria extremamente difícil "crescer a 10%", conforme salienta o II Plano Nacional de Desenvolvimento, "com a mesma estrutura de produção e de demanda" criada praticamente nos fins dos anos 50 e mantida até hoje sem transformações qualitativas importantes. Desde meados do ano passado, segundo o economista Edmar Bacha, "constatou-se uma desaceleração pronunciada no ritmo de expansão industrial do país". Na explicação dessa queda, Bacha lança a hipótese de que, em 1974, a economia bateu no teto de expansão. "Seguir-se-á, nos próximos três ou quatro anos, uma

etapa de relativa desaceleração de crescimento do produto", pondera ele.

Entretanto, na opinião do economista José Maria Gouveia Vieira, da Fundação Getúlio Vargas, é extremamente difícil determinar com precisão se os fatores de declínio na expansão da economia brasileira são duradouros ou passageiros, "por falta absoluta de dados". Afirmando que a queda no ritmo de crescimento tende a provocar redução

do setor industrial terminar o ano com um índice de crescimento superior ao dobro do resultado obtido no período janeiro/junho. Realisticamente, a segunda hipótese se assenta em bases mais sólidas, porque considera que a indústria vai melhorar sua posição neste segundo semestre, mas não de maneira a inverter, totalmente, as tendências de um ritmo menor nas atividades, registradas desde o ano passado. Pessimista, a terceira

EXPANSÃO DAS ECONOMIAS INDUSTRIALIZADAS EM PORCENTAGEM

	1974	1975*	1976*	1977*
Canadá	5,8	6,8	3,7	-0,7
Estados Unidos	6,2	5,9	-2,1	-4,0
Japão	8,7	10,2	-1,8	2,3
França	5,7	6,0	3,9	1,8
Alemanha Ocidental	3,4	5,3	0,4	0,5
Itália	3,1	6,3	3,4	-2,0
Grã-Bretanha	3,4	5,4	0,3	0,8
Outros países industrializados	4,7	4,2	2,7	1,1
Média OCED**	5,7	6,2	-0,2	-1,1

* Projeção.
** Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento.
Fonte: Conferência do ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, na Escola Superior de Guerra em 8-7-1975.

no nível de emprego e a limitar a elevação dos salários reais, o que geraria recessão. Gouveia Vieira explica — citando o economista canadense Jacob Viner — que "se a tendência a depreciar a moeda para corrigir um desequilíbrio no balanço de pagamentos não for sustentada pela política de combate à inflação, essa depreciação aumentará ainda mais o desequilíbrio" (o cruzeiro, este ano, se desvalorizou 11,35% em relação ao dólar até agora).

Quadro — Ao mesmo tempo que acompanhava os debates sobre a situação da economia, VEJA procurou consultar, em Brasília, São Paulo e no Rio de Janeiro, economistas e empresários, para tentar definir as repercussões das atuais limitações internas e externas sobre o PIB deste ano. Na base desse levantamento, foi possível estabelecer três hipóteses alternativas de expansão do produto interno bruto este ano: fixando os limites entre 5,8% e 3,8% (veja o gráfico) **. Na verdade, a primeira hipótese é ligeiramente otimista, porque se baseia na possibilidade de o

hipótese praticamente atribui à indústria um índice de expansão bastante próximo daquele alcançado no primeiro semestre.

Quanto ao balanço de pagamentos, foram igualmente fixadas três hipóteses, todas elas concluindo por um déficit e, conseqüentemente, a perda de reservas cambiais pelo país: 900 milhões de dólares, 1,6 bilhão e 2,6 bilhões de dólares. A primeira possibilidade é excessivamente otimista. É importante, entretanto, verificar que a dívida externa líquida (vide tabela de endividamento externo) poderá atingir o montante de 18 bilhões de dólares: o serviço da dívida (juros e amortizações) poderá representar este ano para o país despesas em torno de 3,7 bilhões de dólares, contra 2,6 bilhões do ano passado. No entanto, apesar de todas as reais dificuldades, tanto internas como externas, em comparação com os países industrializados (veja a tabela), a economia brasileira, quanto à taxa de crescimento, este ano se encontrará numa situação bem mais confortável.

Unidade Ministerial

ESP-31/8/75

Com menos de um mês de funcionamento do seu Governo, o Presidente Castelo Branco mudou o Ministro da Agricultura. A alguém que lhe pediu explicação para o gesto, respondeu que o demitido não soubera trabalhar em equipe. O zelo pelas prerrogativas presidenciais, num regime presidencialista de forte conteúdo corretivo e responsabilidade reformadora, caracterizou-se naquele período por diversas alterações ministeriais ditadas pelas circunstâncias políticas.

Preparada e competente que seja pessoalmente, figura de Governo tem de revelar qualidades indispensáveis de ajustamento. Quando o feito pessoal deixa de manifestar-se na responsabilidade conjunta ou só ressalta em divergência com o Governo, um Ministro de Estado presta desserviço. A perda de unidade no plano ministerial é fator negativo de amplas consequências em qualquer regime.

Os Governos seguintes buscaram a continuidade com o mínimo de mudanças em seu nível ministerial. O recesso parlamentar em 1969, o anticlímax eleitoral decorrente das sucessões indiretas nos Estados, a longa permanência da censura às informações, reduziram o nível da crítica dentro e fora do Congresso. A técnica do impacto no lançamento dos programas governamentais, o predomínio da versão oficial sem o clima de debate, não impediram porém a necessidade de recompor o Ministério.

Também sob a forma de impacto o Governo Médici mudou seu Ministro da Indústria e do Comércio, Sr Fábio Yasuda, por divergência, como ocorre agora na mesma área. A substitui-

ção do Ministro da Agricultura, pela mesma razão, decorreu da necessidade de preservar a unidade de Governo, embora a censura tenha impedido o conhecimento público da divergência apresentada em carta pelo Sr Cirne Lima.

O atual Governo quer fazer do debate o motor de maior participação das áreas responsáveis da vida brasileira. O debate instalou-se, aliás, dentro do próprio Governo, com repercussão e consequência no setor privado.

A única maneira de colher proveito de tal situação implica, porém, mudança de atitude no Governo. Tornar-se receptivo e sensível às opiniões manifestadas além dos limites burocráticos não enfraquece o princípio da autoridade. Mudar para melhor a composição do primeiro nível ministerial é iniciativa política que gera novas forças e reanima a confiança. A busca de unidade aumenta o rendimento e fortalece os Governos.

A experiência político-administrativa do Governo Geisel, ao longo de ano e meio, acumula alguns desgastes resultantes da divergência sentida em escala interministerial, com repercussões já assinaladas no segundo escalão. Em razão desse debate interno, alvorçam-se os técnicos que ambicionam liderança política nos níveis inferiores de responsabilidade. Inibem assim as manifestações do setor privado. Parece chegada a hora propícia à avaliação governamental dos resultados e dificuldades, tendo em vista restaurar a unidade e compor um organismo sensível aos interesses brasileiros e sempre atento às repercussões reveladas no debate nacional.

AS LIÇÕES DA CRISE

EXAME, AGOSTO 1975

Adroaldo Moura da Silva é doutor em economia pela Universidade de Chicago e professor da Universidade de São Paulo

Do ponto de vista do empresário (privado, é claro), como enfrentar e superar com galhardia, mesmo que com pequenos arranhões, as dificuldades provenientes da queda na taxa de crescimento da economia?

Para o empresário, o que realmente interessa é a materialização de suas expectativas de lucros. Crises conjunturais frustram estas expectativas e podem mesmo, se acompanhadas e/ou engendradas por bruscas mudanças nas regras do jogo — a exemplo do que ocorreu em 1974 com a crise internacional e o petróleo, mais a apreensão doméstica quanto aos novos rumos do país —, provocar mudanças no clima de otimismo espontâneo que acompanhou o recente "boom" da economia brasileira e influenciou as decisões sobre investimentos de longo

prazo.

A queda no ritmo de crescimento em fins de 1974 foi, em termos puramente quantitativos, tão acentuada quanto, por exemplo, a verificada em fins de 69 e começos de 70. Nas duas oportunidades houve frustração das expectativas, o que provocou redução no ritmo das atividades. A diferença entre os dois momentos parece residir, digamos, no "estado de espírito" da classe empresarial, o que, por sua vez, condiciona a velocidade com a qual a economia retoma seu ritmo normal.

Em 70, vivíamos num clima de "otimismo espontâneo", com rápida expansão da economia mundial, combinada com grande estabilidade política no "front" doméstico. Em 1975, vivemos numa atmosfera um tanto pessimista: crise mundial associada com certas apreensões políticas, decorrentes da busca de novas regras institucionais.

Em 70, aquele "otimismo espontâneo" formava o *background* ideal para as decisões de investimento de

longo prazo. De 1975, infelizmente, não se pode dizer a mesma coisa. De modo algum se deve identificar esta posição com qualquer tipo de saudosismo. Ai estão os fatos. E a julgar pelos resultados das eleições do ano passado, aquele "otimismo espontâneo" carecia, certamente, de bases reais.

Desta forma, uma crise conjuntural num quadro pouco otimista quanto à atmosfera política e social a prevalecer no futuro pode conduzir a uma situação particularmente difícil. Superar as dificuldades atuais requer, não só, uma bem articulada política econômica — o que, diga-se, parece ser o que estamos conseguindo em 1975 —, mas também, o que é mais importante, que tenhamos confiança no futuro, a fim de que possamos construir uma sociedade democrática e rica.

Indecisões hoje, quanto aos planos de investimento a longo prazo, certamente criarão os chamados "espaços vazios": o habitat natural da empresa estatal.

A economia no debate político

Visão, 9 de junho de 1975

O debate propiciado pela distensão política começa a crescer de importância na medida em que se espraia das manifestações teóricas de juristas e parlamentares para expressar, de modo nítido, que o empresariado nacional deseja retomar os instrumentos de influência e poder a que havia renunciado a partir de 1964 e, mais acentuadamente, desde 1968. Se puder prosseguir, esse debate tenderá a fortalecer os partidos e o Congresso, reconpondo seus vínculos naturais com o empresariado, em benefício da transição democrática do regime.

Essa observação ocorre quase naturalmente a quem acompanha com atenção os fatos políticos, em face de alguns pronunciamentos recentes — os quais, por sua vez, são iluminados pela constatação de que os governadores que aliam vocação política à formação liberal são os que mais se empenham em praticar a distensão. Não será por acaso que entre esses governadores se destacam os de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, justamente os Estados (ressalvado o caso singular do Rio de Janeiro) onde é maior o peso do empresariado nacional. Como não terá sido por acaso, nem para afirmação de teses políticas abstratas, o discurso com que o senador Magalhães Pinto (tão bem sucedido na política quanto na atividade empresarial) agradeceu em Belo Horizonte, há poucos dias, a medalha do mérito industrial, que lhe foi conferida pela Federação das Indústrias de Minas Gerais. Será lícito supor até que os industriais mineiros lhe prestaram a homenagem neste momento para que ele pudesse repetir sua pregação num ambiente capaz de produzir melhor ressonância e maior força do que o plenário do Congresso e, ao mesmo tempo, de demonstrar a consonância do interesse do empresariado nacional com as idéias liberalizantes por que clamam os homens de maior expressão no Parlamento.

Magalhães Pinto começou seu discurso por subordinar o "poder armado" ao comando civil da sociedade. "O Congresso", disse, "segundo velho conceito, é o poder desarmado. Este dizer é inadequado, pois o poder das armas é o exclusivo serviço da nação como um todo, social-econômico, político e institucional, devendo estar, como sempre, também a serviço do Poder Legislativo. Este, sejam quais forem suas deficiências e suas inaptidões, é a sede do diálogo maior da nação consigo mesma, assim como do debate, tão claro e vivo quanto possível, das correntes de idéias e opiniões que a iluminam e percorrem".

"Uma nação sem correntes de idéias e opiniões", argumentou o presidente do Senado, "sem variedade de visões políticas, sem diálogos e debates, sem, enfim, a liberdade democrática de expressão é uma nação sob o jugo do obscurantismo ou a seu caminho".

A inevitável dissensão

A necessidade de ordem e disciplina social, bem como o resguardo da segurança interna e externa do país, não pode cercear ou impedir — advertiu Magalhães Pinto — "a existência de uma ordem democrática nítida, tão plena quanto possível à realidade do humano viver". Sem "paz democráti-

ca", a força, a violência, a injustiça e a perversão serão tanto mais graves, pois o corpo social, "por mais que assim aspirem as deformadas mentes totalitárias, não será jamais uma colmeia padronizada, no seio da qual não reste nunca a possibilidade de dissensões, originalidades e iniciativas renovadoras".

Verifica-se, portanto, que o destino político do país vai sendo claramente examinado à luz das necessidades, dos interesses e dos conflitos em curso no campo econômico. É, aliás, o que já se ressaltara da conferência pronunciada recentemente pelo embaixador Delfim Netto. O atual representante brasileiro em Paris, que executou durante tantos anos, como poderoso ministro da Fazenda de dois governos revolucionários, a tutela econômico-financeira sobre o país, faz agora a defesa enfática do liberalismo político e econômico (ver página 47).

A conferência de Delfim Netto alcançou grande repercussão no Congresso, onde ninguém duvida da vocação política e da correspondente ambição do ex-ministro da Fazenda. Assinalou-se ali, em primeiro lugar, que sua nova atitude se ajusta à orientação do presidente Ernesto Geisel, para quem o desenvolvimento é um processo integrado, a exigir equilíbrio entre os setores econômico, político e social, pois o descaso num deles compromete os demais, levando ao retrocesso. Em segundo lugar, observou-se que o embaixador não atravessaria o Atlântico apenas para proferir o discurso: seria mais lógico imaginar que ele tenha iniciado manobra para situar-se no quadro da política interna.

Houve quem advertisse o MDB para a hipótese de que a vinda de Delfim Netto representado o passo mais importante no sentido de uma ampla composição na política de São Paulo, em que ele estaria tão interessado quanto o governador Paulo Egydio Martins (com quem manteve longa conversa) e o próprio Governo Federal. O êxito da distensão dependeria muito da união do esquema político oficial e da confiança e do apoio do empresariado. Para a união política, até o MDB sabe que será mantido o expediente das sublegendas, de modo que a Arena possa ter na sucessão estadual de 1978 (que se pretende seja por eleição direta, como prevê a Constituição), os mais fortes candidatos que suas principais correntes sejam capazes de oferecer. Seria necessário, porém, que desde já se pacificassem essas correntes, compondo-as em torno dos governos estaduais e adestrando-as na convivência, para que, na hora da campanha eleitoral, elas não se combatam mas se completem e se ajudem. Ora, raciocinam dirigentes da oposição. Delfim Netto seria, a um só tempo, o principal expoente de um setor do esquema paulista e um elemento rara valia para a mobilização do apoio empresarial.

Na Comissão Executiva Nacional do MDB, Visão ouviu que o sistema político oficial iniciará da melhor forma seu reforçamentamento se conseguir, efetivamente, articular uma composição ampla em São Paulo. E que o comando oposicionista deveria considerar o sinal desse esforço como um exemplo a seguir, para fazer cessar logo a prematura disputa entre os senadores Franco Montoro e Orestes Quercia, seus possíveis candidatos ao Governo desse Estado.

Mas o que o MDB registrou com maior excitação nos últimos dias foi a "contradição flagrante" entre a missão desempenhada em Salzgurgo, Áustria, pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, que lá foram em

busca de novos fluxos de capitais estrangeiros, e declarações feitas no Recife pelo ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes, sustentando uma política de rigoroso controle do capital estrangeiro. A oposição, que aplaude o ministro Severo Gomes, entende que dificilmente o Executivo poderá chegar a uma definição conciliatória entre as duas atitudes. E o senador fluminense, Roberto Saturnino, afeito às questões econômico-financeiras, chegou a afirmar aos seus companheiros que se avizinha "a batalha decisiva, de que dependerá o domínio definitivo das multinacionais ou a afirmação do desenvolvimento autônomo, na linha do melhor interesse nacional".

Falando no Seminário de Tropicologia da Universidade de Pernambuco, Severo Gomes declarou que "o investimento estrangeiro no país não traz apenas sua tecnologia, mas uma experiência de desenvolvimento completamente alheia à realidade em que vivemos: com o investimento estrangeiro, estamos trazendo para dentro do Brasil métodos que são feitos fora dele, empobrecendo a experiência brasileira e desnaturando o sistema nacional de desenvolvimento".

O modelo, segundo Severo

Afirmou ainda o ministro que "o simples crescimento econômico não traz consigo o bem-estar das populações; apesar de se obter um rápido desenvolvimento econômico com capitais estrangeiros, o país estaria utilizando um modelo falso que, além de perverso, acentua a má distribuição de renda". E mais: "O investimento estrangeiro, seja qual for, não acabará com as desigualdades regionais, mas aumentará o perigo de que, utilizando modelos de desenvolvimento econômico de fora, o Brasil perca sua identidade e sofra uma erosão cultural".

De volta a Brasília, Severo Gomes reafirmou o que dissera no Recife, proclamando ser "correto e indispensável que façamos, permanentemente, uma revisão no quadro do inter-relacionamento das empresas multinacionais com o capital nacional e com os interesses internos, a fim de que a atuação do investidor estrangeiro não conflite com os interesses nacionais mas, antes disso, se conjugue com a filosofia política que inspira um padrão de desenvolvimento julgado adequado à nossa realidade, às nossas aspirações e aos objetivos de participação mais ampla nos ganhos decorrentes do processo".

Severo Gomes manifestou o reconhecimento do seu Ministério à contribuição do capital estrangeiro, "quer no reforço da poupança interna, quer na transferência de tecnologia e de capacidade gerencial", mas advertiu que "a omissão do Estado, que envolveria o desconhecimento dos interesses do capital nacional e dos produtores e consumidores em geral, embora possa aparentar uma política de conciliação, porque evitaria eventuais choques, não atende, em realidade, a nenhuma das partes, pois a história contém indícios de que em tais situações se acumulam os riscos potenciais, impedindo, quando a contenção já se torna impossível, qualquer tipo de convivência mais pacífica".

De qualquer maneira, criou-se intensa expectativa. E o partido da oposição considera que, de um modo ou de outro, deve insistir na pregação com que defende uma política de desenvolvimento voltada para a expansão do mercado interno e de amparo ao capital nacional.

BONIFÁCIO: GEISEL NUNCA FALOU EM DISTENSÃO

ESP-7-6-75

O presidente da República nunca pronunciou a palavra "distensão" que lhe é atribuída e não pretende revogar o AI-5, segundo afirmou ontem na Câmara o líder da Arena, deputado José Bonifácio, seguidamente apartado pelos representantes da oposição.

O líder do governo começou seu pronunciamento lendo a nota divulgada pela Secretaria de Imprensa da Presidência da República, desmentindo a manchete do "Correio Braziliense", intitulada: "Geisel manifesta-se contrário ao AI-5".

"O País — salientou Bonifácio — tem lido notícias surgidas de todos os lados, afirmando que estamos caminhando para uma abertura, para uma distensão, como se tivéssemos tensão. A opinião pública, ante esse noticiário, acaba por considerá-lo real e a admitir que o presidente está tomando esta linha, este itinerário, esta estrada. O presidente nunca disse essa palavra, mas todos lhe atribuem. A opinião pública passa a supor que o presidente incide em incoerência, porque se quer a distensão e, de repente, vem dizer que não quer revogar o AI-5, parece registrar-se efetivamente oposição entre uma palavra e outra, entre uma atitude e outra. O ideal seria que o AI-5 fosse desnecessário, como ideal seria também que fossem desnecessários o Código Penal, as penas e as inúmeras restrições que estamos sofrendo".

Segundo o líder arenista, o governo entende que o AI-5 é necessário "para que se possa manter a tranquilidade de que inegavelmente estamos gozando, para permitir oportunidade de trabalho e evitar que o Brasil sofra as graves e grandes agitações que existem em outros países sul-americanos".

Bonifácio leu o discurso pronunciado a 30 de dezembro pelo presidente Geisel em que este afirmou não pretender relegar os instrumentos de execução e, sim, usá-los sempre que fosse necessário para garantir o desenvolvimento político. "Isso — frisou o líder — porque o presidente não engana ninguém. Já em dezembro assim o entendi e hoje, quando ele fala, através de minha nota, mantém a mesma postura. O povo fica na ilusão de idéias com-

pletamente diferentes das enunciadas e pensa que o presidente estabelecerá um recuo que seria condenável".

Segundo Bonifácio, há uma diferença entre a Arena e o MDB: "O MDB entende a distensão como a revogação pura e simples do AI-5. A Arena, não. Compreende-a como uma série de atos que o presidente tem realizado ou inspirado, como a remuneração dos vereadores, a faculdade da volta ao trabalho do aposentado, sem perda da aposentadoria".

VILELA - BONIFACIO & PORTELLA

ESP-12/6/75

Por sua vez, declarando que não estava "nada preocupado" com as declarações de Petrólio Portella e José Bonifácio sobre a reabertura, o senador Teotônio Vilela confirmou que voltará a falar sobre a distensão política no Senado. Analisando as declarações de Por-

tella (que disse que o governo não abriria mão dos atos excepcionais) e de Bonifácio (para quem Geisel nunca falou em distensão), o senador alagoano comentou: "As definições são sempre úteis e necessárias, principalmente em política. Cada um já se definiu".

PAUSA NA DISTENSÃO

VISÃO-23/6/75

Houve um stop na marcha da distensão, que já perdera o ritmo antes que o presidente da República usasse o AI-5, em abril, para resolver um problema político de menor relevo no distante Estado do Acre. A intervenção na Prefeitura de Rio Branco fora recebida como advertência — um ato de exemplaridade que convenceria os afoitos de que o general Ernesto Geisel não hesitaria em invocar os instrumentos de exceção ao seu dispor para resguardar o processo revolucionário. Com uma ação, agora não só com palavras, avivava-se a lembrança de que tudo o que se obtivesse no curso da distensão estaria sob a crosta blindada da Revolução

e poderia ser esmagado pelas contrapressões que aí se suscitassem. Mas as contrapressões, que já eram evidentes desde que o MDB insistira em indagar sobre a questão dos direitos humanos, não deixaram de crescer, ainda que o MDB recuasse, e culminaram por produzir uma explicação do Governo, tornada altamente nociva para sua política de transição lenta e gradual, já que o porta-voz oficial se apressou em negá-la, peremptoriamente e por completo.

Não é aconselhável, e talvez nem seja possível, examinar em conjunto as contradições que se assinalam no terreno político e as que estalam no campo econômico-financeiro, uma vez que, embora possam expressar os mesmos conflitos fundamentais, se produzem numa contingência revolucionária que gera interesses e engendra ações muito singulares e fechadas. De qualquer maneira, não será demasiada a observação de que as diretrizes econômico-financeiras em confronto no seio do Ministério tenderão a fixar e ampliar fidelidades políticas, de modo a tornar mais difícil, no futuro, uma solução de consenso.

ROBERTO CAMPOS FAVORAVEL A DISTENÇÃO

ESP-13/7/75

"Quando os efeitos positivos e negativos são cuidadosamente ponderados, é justo concluir que os riscos da liberalização são riscos aceitáveis, se pesados contra os perigos de perversão inerentes a regimes autoritários — nestes últimos, frequentemente, atrás da fachada tranquila palpitam ondas de descontentamento que levam subitamente da estagnação à explosão política. Além disso, as instituições econômicas bra-

sileiras adquiriram suficiente realismo e maturidade para resistirem ao ataque da demagogia. Parece, portanto, que a decisão do presidente Geisel de iniciar um processo de gradativa e prudente liberalização — processo de decompressão controlada — destina-se justamente a proteger os êxitos do passado, preservando, ao mesmo tempo, a flexibilidade para o futuro".

Do lado positivo, poderíamos alistar os seguintes efeitos favoráveis da abertura política:

1) correção da falta de insumos críticos e informacionais, uma falha inerente a Executivos supercentralizados;

2) redução do grau de arbitrariedade na tomada de decisões e contenção de des-

necessária violência na repressão da disciplina social;

3) redução da probabilidade de corrupção, perigo sempre presente em regimes políticos fechados;

4) criação de lealdades sistêmicas, que tornam a estabilidade política menos dependente de legitimação contínua pelo sucesso;

5) alargamento do pro-

cesso de seleção de liderança.

Do lado negativo, arrolam-se os seguintes efeitos possíveis:

1) decréscimo do nível de racionalidade na gestão econômica e na aplicação de recursos;

2) pressões distributivistas crescentes em favor de grupos e regiões, pressões

essas que, se exageradas ou mal dirigidas, podem reduzir a taxa de crescimento econômico;

3) enfraquecimento da disciplina de trabalho;

4) reforço da tendência à proliferação de partidos, destruindo a coesão da base política de apoio aos programas governamentais.

MDB QUER FORMAR FRENTE

ESP-22-6-75

Reconhecendo que a distensão política já venceu quatro etapas, o deputado Ulysses Guimarães declarou ontem que o MDB está disposto a formar, imediatamente, com o presidente Ernesto Geisel e a Arena, uma frente comum para mobilizar todos os setores representativos do País para a elaboração de uma nova Constituição "que contenha as supremas definições políticas, sociais, econômicas e de justiça, necessárias ao povo brasileiro".

A afirmação está contida no documento "Reforma com democracia", que reúne as observações e sugestões do parlamentar para a reforma constitucional como nova etapa da distensão política.

CONSTITUIÇÃO

"O Brasil — ressalta — precisa de uma Constituição em que o povo seja o fundador, por delegação direta, do governo e da lei, participe da tarefa administrativa e legislativa, como seu informante e beneficiá-

rio, pelas pressões populares através das entidades de classe dos trabalhadores, estudantes, empresários, das mulheres, da imprensa, rádio e televisão, das instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil, dos economistas, da Conferência Nacional dos Bispos".

Direitos Humanos

Analisando o problema dos direitos humanos, o presidente do MDB ressalta que o Brasil deve estabelecer a sua prece-

dência, que consta também das Constituições da Alemanha Ocidental, França, Itália e Japão. Segundo a documentação que cita, esses países declaram, solenemente nos primeiros artigos de suas Cartas os direitos e garantias individuais de seus cidadãos.

Defendendo a tese de que o Brasil precisa dar maior destaque aos direitos humanos, Ulysses Guimarães formula uma série de ponderações e sugestões para o debate da reforma constitucional:

1 — Renúncia à guerra de agressão e à ameaça ou ao uso da força para resolver litígios internacionais.

2 — Igualdade perante a lei e igualdade de oportunidades.

3 — O homem e a mulher terão igualdade de direitos.

4 — Compromisso de libertar o homem de necessidades incompatíveis com sua dignidade, como a fome, a doença, a invalidez, o analfabetismo, o desemprego.

5 — Distribuição de rendas e distribuição de bens sob critérios democráticos, como educação, remédios, esportes, habitação, acesso do trabalhador ao patrimônio acionário da empresa em que trabalha.

6 — A violação do salário mínimo será punida com prisão. Quem sonega impostos deve ser preso. "Não deverá sê-lo — pergunta Ulysses — quem sonega o salário que a lei tacha de mínimo e, com este crime, ameaça a sobrevivência de milhões de homens, mulheres, crianças e velhos?".

7 — Liberdade de imprensa, rádio, televisão, cinema e artes. "Deus — assinala o documento — deu ao homem a liberdade de pensamento e a palavra. Não lhe deu a verdade. A censura pode, temporariamente, impedir que a verdade seja defundida, mas como isso não a elimina. A censura não é a verdade. É a intolerância". O abuso do direito de informação será punido com penas como a apreensão e pecuniárias, além de outras. Mas a censura prévia será sempre proibida.

8 — Proibir os maus tratos físicos ou mentais e a tortura.

9 — Sem mandado legal, nenhuma detenção, inspeção ou busca poderá ser diligenciada.

10 — O acusado tem direito a rápido e público julgamento e ninguém é obrigado a testemunhar contra si próprio, sendo nula a confissão obtida por violência, tortura, ameaça ou após prolongada detenção.

11 — Inadmissibilidade de qualquer tribunal extraordinário para que ninguém possa ser removido da jurisdição comum e legal.

12 — Ninguém será privado do seu "status" legal ou da cidadania por razões políticas. "Vale dizer — salienta — são banidas as cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos, ineligibilidades discriminatórias, demissão ou remoção de servidor público por motivos políticos".

13 — Reabilitação do habeas corpus.

14 — Liberdade de ensino, ciência e artes.

15 — Proibição de organizações com fins políticos, ainda que indiretos, de caráter militar, paramilitar ou secreto.

16 — Concessão de asilo aos perseguidos políticos.

17 — Os tratados e acordos internacionais, depois de rati-

ficados e aprovados, deverão ser incorporados às leis federais, sobre as quais terão precedência.

18 — A legislação proporcionará aos filhos ilegítimos as mesmas oportunidades dadas aos legítimos.

19 — A criança não poderá ser explorada.

20 — A mãe terá o direito ao cuidado e proteção da comunidade.

21 — O voto é igual. "Igual — frisa Ulysses — para o homem e para a mulher, para o brasileiro nato e o naturalizado, para o empregador e o empregado, para o branco, o preto e o amarelo, para o religioso e para o agnóstico. Igual — inclusive, para o alfabetizado e para o analfabeto".

O deputado faz uma enérgica defesa do voto do analfabeto, lembrando ainda que o então presidente Castello Branco chegou a enviar mensagem ao Congresso propondo a medida. Ulysses salienta que "o analfabeto constitui família, paga impostos e orienta a educação dos filhos". E, portanto, também deve ter o direito de votar.

Destaca ainda, ao propor a liberdade de ensino, que o decreto 477 é uma "aberração", frisando que as escolas são o centro de formação política de lideranças.

Analisando a situação atual do Legislativo, Ulysses Guimarães observa que ele se encontra atrofiado. Referindo-se aos Capítulos VI e VII da Constituição de 69, frisa: "Ali está escrito, como regra, não o que o Congresso pode fazer, e sim o que o Congresso não pode fazer. É declaração de incompetência, não de competência, destrutiva, ao invés de construtiva".

Para valorizar o poder de iniciativa das leis, Ulysses sugere: 1 — Ela deve ser partilhada entre o Executivo e qualquer membro do Congresso Nacional.

2 — Será exclusiva do Congresso Nacional nos casos clássicos definidos na Constituição.

3 — Admitir a iniciativa popular por meio de projetos apresentados ao Legislativo com a assinatura de, no mínimo, 50 mil eleitores.

4 — As Assembleias Legislativas também participarão da iniciativa das leis junto ao Congresso.

5 — O presidente da República poderá encaminhar emendas de sua autoria a mensagens suas em tramitação no Congresso.

6 — Não será admitida a aprovação por decurso de prazo. As mensagens do Executivo, após 45 dias de tramitação, se houver pedido de urgência, encabeçarão a ordem do dia, dela não podendo ser retiradas até decisão final.

Anistia

Ulysses reivindica a devolução da prerrogativa de concessão de anistia ao Congresso. "A privacidade — destaca —

governamental da iniciativa para que possa haver anistia configura outro exemplo de crise e confusão no dicionário jurídico da nação. Confunde anistia com o direito da graça, anistia com indulto (artigo 81, inciso XXII) todos dependentes da vontade do presidente da República. Anistia, a própria etimologia ensina, é esquecimento, é fazer evaporar sanções, como se nunca tivessem existido. Tanto que são riscadas dos prontuários, não corporificam antecedentes, para agravamento de penas. Já indulto é graça, perdão e pressupõe e reconhece a prática do ilícito. Mas como viabilidade de concessão ambos os institutos, pela Carta de 1969, têm no Executivo o único arbítrio. A anistia é compromisso moral e de pacificação do programa do Movimento Democrático Brasileiro".

DELEGAÇÃO DE PODER

O deputado reconhece que a Constituição de 46, feita após a restauração democrática, praticamente impediu a delegação de poderes ao Estado Executivo. No entanto, Ulysses condena a existência dos decretos-leis, considerando, porém, aceitável e defensável, a existência de leis delegadas, previamente aprovadas pelo Legislativo.

Analisando a defesa do Estado, o presidente do MDB assinala que ela é "a defesa da Constituição, que se baseia na ordem".

Analisando a reformulação do Poder Executivo, Ulysses enfatiza: "Sua reformulação fundamental será ungl-lo com a autoridade popular pelo voto dos cidadãos, entendido como o sufrágio direto, pessoal, o voto inalienável e inelidível".

JUDICIÁRIO

Ulysses sugere para a reformulação do Judiciário na nova Constituição:

1 — Restabelecimento das garantias dos juizes.

2 — Revisão da incensurabilidade dos atos do governo, estabelecida pelo artigo 181 da atual Constituição.

3 — Diversificação da provocação da inconstitucionalidade das leis. A Ordem dos Advogados poderia requerer junto ao Supremo Tribunal Federal a declaração de inconstitucionalidade.

4 — A fatalidade da pena. Ampliação das multas.

5 — Debate sobre a supressão da habilitação judicial da polícia.

6 — Permissão de procedimentos especiais aos Estados.

7 — Extensão do mandado de segurança ao Direito Privado.

8 — Restabelecimento do habeas corpus.

Socio-economia

Ulysses apresenta as seguintes sugestões para o Capítulo da Ordem Econômica e Social:

1 — O salário não pode ser exclusivamente monetário. Há de ser calculado no contexto e no pressuposto de serviços coletivos como transportes, educa-

ção, saúde e habitação. Sua estruturação deve ocorrer por indicadores sociais.

2 — Reconhecimento do salário produtividade.

3 — As grandes empresas, principalmente as multinacionais, deverão ter seu poder cedido pelo Estado para que não administrem os pregos, manipulem o mercado, havendo ainda sobre elas o controle de produção e consumo.

4 — A expansão das empresas médias e pequenas será incentivada para assegurar aos trabalhadores maior oportunidade de empregos.

5 — Justiça distributiva e comunicativa.

"A democracia econômica — salienta o deputado — é consuetudinária da democracia política. Não há regime aberto com economia fechada. Sem abertura política, não há abertura econômica. A liberdade de concorrência é corolário da liberdade de iniciativa e a economia de mercado é a face econômica da democracia. O lucro justo é respeitado como filho do trabalho, do talento, da imaginação, da liderança do sacrifício ao lazer e às vigílias".

"O Brasil — observa — é uma República quase unitária, apelidada de Federação, com a indicação dos governadores pelo presidente da República e a cassação da autonomia das capitais e de dezenas de municípios. A autonomia dos Estados e municípios, com eleições diretas, livres, secretas e sem discriminações, é a única forma de viabilizar, politicamente, a Federação. Autonomia, descentralização e suficiência financeira são os componentes do federalismo real e não formal".

Ulysses ainda ressalta que "sem autonomia política não há Federação, as autoridades regionais ou locais não dependem do povo porque são nomeadas".

"No Brasil — enfatiza — poderosas bombas de sucção drenam recursos econômicos e tributários dos municípios para injetá-los fora. Obra dos bancos, Caixas Econômicas, Loteria Esportiva, além do contrato leonino do fisco, em que a União e os Estados se apropriam, em sua quase totalidade, da receita extraída dos municípios".

Ulysses defende ainda a tese de que a administração municipal deve ser co-responsabilidade de associações espontâneas, como as sociedades amigos de bairros: "O municipalismo é a participação dos cidadãos nas soluções dos problemas do lugar onde moram e trabalham".

"O Movimento Democrático Brasileiro — acentua o deputado — quivirá a Nação sobre a alternativa política, motivando o debate, suscitando o diálogo com suas forças representativas. É o objetivo do presente convite à colaboração e à discussão pela coletividade, para a elaboração grave e competente da obra política indispensável para tranquilizar e preservar o futuro deste País".

A missão de um governador

A distensão é o pássaro azul da política brasileira: existe, mas permanece invisível aos olhos de quem perdeu, com os últimos vestígios de fé democrática, o privilégio de enxergá-la. Na semana passada, esse poder de mimetismo mostrou ser a melhor garantia de sua sobrevivência. No exato momento em que seus inimigos naturais saíam a caçá-la até mesmo no mais inviolável refúgio onde se aninhava — as páginas de um discurso do presidente Ernesto Geisel —, a distensão se empoleirava tranquilamente na sala de recepções do Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte.

E ali, em lugar seguro, ela se deixou tratar, por toda a manhã de segunda-feira, pelos governadores Paulo Egydio Martins, de São Paulo, Synval Guazzelli, do Rio Grande do Sul, e Aureliano Chaves, o anfitrião, de Minas Gerais.

Pois, de tudo o que se haveria de falar pelo resto da semana a respeito desse encontro, a sentença mais reveladora seria justamente de um dos participantes, Paulo Egydio Martins. "O óbvio", disse ele, "não é tão óbvio assim." Tanto que todas as especulações deixaram escapar a evidência mais significativa da reunião de Belo Horizonte: é que, um ano depois de lançada por Geisel, oficialmente, como a principal meta de seu governo, a pacificação política deixou de ser uma abstrata figura de retórica a alimentar discussões no Congresso Nacional. Ela incorporou hábitos novos à vida nacional.

Sequer se preocuparam os governadores em fazer segredo de suas convicções e idéias sobre o momento político brasileiro. Se o almoço em palácio, na segunda-feira, foi estritamente reservado aos três ficara acertado que logo após a sobremesa — eles dariam uma entrevista coletiva. E, de fato, não negatearam informações.

Primeiro, apareceram Guazzelli e Chaves. E o gaúcho logo declarou a preocupação política mais imediata a inspirar o encontro: o desgaste da Arena. "O importante agora", ele afirmou, escolhendo palavras, cauteloso e sorridente, "é o fortalecimento da ação partidária e os governadores devem fazer o possível para que isso aconteça. Só assim estará garantido o bom êxito do projeto político do presidente Geisel."

O modelo — Em contraste com a postura rígida e a pouca loquacidade de Aureliano Chaves, Paulo Egydio Martins, muito à vontade, assumiu definitivamente o papel que lhe parecia caber desde que Geisel selecionou o atual elenco de governadores. Ele é uma espécie de modelo do novo estilo em que essa equipe foi cunhada. Assim, coube-lhe oferecer à imprensa a melhor parte das revelações.

Retomou, a princípio, a linha aberta pelo governador gaúcho: "Sem a decisiva ação dos governadores é impossível acreditar no revigoração da Arena", disse ele. Prestou continência, como homem comandado, às ressalvas colocadas pelo presidente Geisel aos limites em que pode avançar a distensão: "O AI-5 é um instrumento de uma revolução que tem caráter, cabendo portanto só a ela julgar até quando será necessário". Em compensação, em suas respostas, "as pressões e contrapressões" denunciadas por Geisel contra seu programa político jamais haviam sido personificadas com tanta clareza. "Os empresários brasileiros, de uma maneira geral", acusou Martins, "são contrários à abertura." E fez mais. Quando lhe perguntaram diretamente sobre as resistências à distensão, lançou um desafio: "Como governador de São Paulo, jogo toda a força e o prestígio de meu Estado em favor da

VEJA, 25 DE JUNHO, 1975

política, atual ou futura, do presidente Geisel, seja ela qual for. Isso significa, de maneira insofismável, apoio total ao projeto político do presidente. Quem pensa o contrário deve experimentar, pague para ver". Mais tarde, falando a VEJA, seria ainda mais enfático: "Quem for a favor do totalitarismo, que venha abertamente implantá-lo. Quero ver quem aparece".

Previsões sombrias — Daí em diante, as versões do encontro ficariam ao encargo das preocupações políticas de cada intérprete. Já na terça-feira, o habitualmente mais ponderado presidente do MDB, Ulysses Guimarães, divulgava em cinco laudas um áspero protesto contra a pretensão dos governadores de prorrogar os mandatos dos atuais prefeitos, no esforço de salvar a Arena de um fiasco eleitoral em 1976. Como de hábito, os raciocínios contidos na nota do deputado oposicionista eram perfeitamente coerentes. No caso, talha era a premissa inicial: "Simplesmente porque em nenhum momento qualquer de nós mencionou a idéia", garantiria mais tarde Guazzelli, "Nossa perspectiva foi a de que a Arena deve se fortalecer dentro das regras que estão aí vigentes, sem expedientes de outra natureza."

Quem não precisou sequer esperar os resultados do encontro de Belo Horizonte para reagir foi o líder da Arena na Câmara, José Bonifácio Lafayette de Andrada. E, ainda na segunda-feira, aos primeiros sinais de distensão, passou ao ataque: "Os governadores não podem ter tratado de assuntos políticos, devem ter discutido apenas problemas administrativos de seus Estados". Estava completamente enganado, o que não o inibiu de voltar ao assunto no dia seguinte: "Eu não disse? Não houve qualquer definição política". Ainda mais assustado ficou o senador Dinarte Mariz, em quem só o AI-5 foi capaz de despertar, ao fim de uma longa carreira parlamentar devotada a intrigas parquiais, alguma vocação legislativa. Agourento, ele subiu à tribuna quinta-feira à tarde, depois de ter anunciado "o começo do fim" e que Geisel "já abandonou esta idéia de distensão", para discursar sobre seu tema predileto: vêm aí os atos de exceção para recolocar todas as coisas em seus devidos lugares.

Os amigos de Geisel — Sem dúvida, Dinarte Mariz foi quem chegou mais perto de levantar a luva atirada por Paulo Egydio Martins. Mas houve outras tentativas, ainda mais despropositadas. Em Porto Alegre, sutis inteligências políticas investigavam ainda, no fim da semana, se o governador Synval Guazzelli tem, realmente, um cunhado de nome Homero Fernandes residindo em Belo Horizonte. E, na sexta-feira, a terceira página do jornal *Diário de Notícias* estampava, "a pedido de um grupo de amigos do eminente presidente Ernesto Geisel e revolucionários autênticos de 31 de março de 1964", uma curiosa diatribe contra os governadores, assinada pelo colonista J. Thadeo Onar. Não satisfeito em chamar Martins, Chaves e Guazzelli de "bisonhos e incautos", Onar publicava ainda a carta do tenente-coronel reformado da Aeronáutica, Carlos M. de Assis, "a propósito do fora que deram, impensadamente, os três governadores". Tudo para acusá-los de estarem assumindo missões políticas que não lhes estavam reservadas. Esquecido, possivelmente, de que não somente a esses três, mas a todos os governadores, o presidente Ernesto Geisel pediu expressamente, numa reunião em Brasília no dia 20 de fevereiro, que cuidassem de recuperar a Arena para as próximas eleições.

As Lições da Viagem

ESP-29/6/75

Recém-saído do encontro de Belo Horizonte, com os governadores Aureliano Chaves e Synval Guazzelli, Paulo Egydio estava capitalizando um novo avanço na política do presidente Geisel, considerado por alguns parlamentares como o mais importante depois da realização das eleições de 15 de novembro, embora a reunião dos três tenha recebido interpretações e manifestações das mais contraditórias.

Além disso, o general Golbery, principal assessor presidencial, estava e está afastado do processo, enquanto a Arena, confusa, não corresponde à imaginação criadora, no debate parlamentar. De um lado, o senador Teotônio Vilela, lançando campanha para uma nova Constituição e, de outro, o senador Dinarte Mariz, profetizando o fechamento do Congresso.

Depois de avistar-se duas vezes com o presidente Geisel, com quem conversou por mais de 9 horas, e de encontrar-se duas vezes com o ministro Armando Falcão, da Justiça, o governador Paulo Egydio pareceu responder ao Congresso. Basicamente, na entrevista que concedeu em Brasília, Paulo Egydio confirmou o caminho a ser seguido: os debates devem continuar, não há o que temer; e, a preocupação não deve ser com o vocabulário distensão, mas com a vivência e a ação que a palavra significa.

Se de um lado Paulo Egydio pareceu confiante no andamento do processo, repetindo seguidamente que "tudo está tranquilo", não conseguiu afastar os temores causados em parlamentares paulistas, logo ao desembarcar em Brasília. Defendeu, então, de maneira incisiva, a manutenção do AI-5 e negou-se a comentar a reforma constitucional proposta pelo senador Teotônio Vilela.

Embora evidencie essa contradição, Paulo Egydio parece acreditar no fim natural do AI-5, pelo desuso, e numa reforma constitucional a médio prazo, depois de amplo debate, juntamente com uma nova visão partidária, firmada a partir de reestruturação e conscientização das bases, municí-

pais e regionais.

Sem precisar exatamente no que implica essa ideia, embrionária, do futuro modelo político brasileiro (outros ou novos partidos?), o certo é que Paulo Egydio manifestou-se contra o atual critério de escolha de lideranças da Arena, alegando que o fortalecimento e a reforma só serão efetivos quando se levarem em conta as diferenças regionais, as implicações administrativas na formação política e a participação das bases.

Sem dúvida, as afirmações do governador paulista deixaram indícios de que há interesse nos meios governamentais de se alterar a regra do jogo. Resta saber se será antes de 1976, depois de 1976 e antes ou depois de 1978.

Quanto ao andamento do processo de distensão, Paulo Egydio admitiu descontentamentos na área empresarial. Ao mesmo tempo, disse que o governo não abre mão do enfoque social dado ao II PND e lançou uma advertência aos setores contrários a essa política, afirmando que, se há descontentamentos, a tendência é de que eles aumentem, pois não se pretende fazer alterações nesse campo.

Ao contrário, depois de três meses de governo, Paulo Egydio parece convencido de que a realidade social do Estado é mais grave do que a apresentada nos relatórios das equipes técnicas, que serviram de base para lançamento da estratégia governamental. Em relação ao movimento refratário à política de distensão, o Palácio dos Bandeirantes apurou tratar-se de minoria de empresários que, com a ajuda de alguns militares, chegou a distribuir panfletos nos quartéis de São Paulo.

Mas, o clima de tranquilidade transmitido por Egydio em Brasília, depois dos encontros que manteve com o presidente da República, com o ministro da Justiça e mesmo com os chefes militares ligados ao sistema de informações leva a crer que tais manifestações não chegam a preocupar as autoridades e, por serem inexpressivas, não devem interromper o processo de distensão.

FORNECEU-SE O PRETEXTO

CARLOS CHAGAS

Se havia inquietação nos meios revolucionários, temerosos dos efeitos da distensão, faltava aos seus radicais o estopim em condições de deflagrar a contramarcha. Faltava o pretexto capaz de sensibilizar as áreas afins em favor da estagnação institucional e

da perpetuação dos traços capitais do regime — de exceção. Faltava o bode expiatório.

Desde domingo, no entanto, não falta mais. Ao absolver Wilson Campos, o Senado apresentou-se irremediavelmente manido e pronto para, levando a Câmara de roldão, receber agora a pecha da instituição capciosa e aferrada à defesa de seus próprios interesses, de

ação entre amigos a cujos integrantes falta a capacidade de colocarem os negócios de Estado acima de seus negócios particulares.

E será a esse Congresso que a Revolução permitirá conduzir política e institucionalmente o processo de distensão?

Por isso se dizia, ontem, haver passado a época das ilusões. Distensão será episódio passado e ultrapassado. O próprio presidente da República, maior interessado no aprimoramento do regime, acaba de perder o principal argumento em prol do objetivo cada vez mais irrealizável. Como continuar sustentando junto ao seu pano de fundo a concessão de um crédito de confiança à classe política, como avalizar uma promissória a um tomador que, de publico, acaba de se demonstrar insolvente com as próprias contas? Se o Congresso sequer dispôs de meios para corrigir, no seu ambito, uma distorção evidente, de que forma supor que possa conduzir, com firmeza, as muito maiores distorções institucionais do momento?

As perspectivas, agora, são de mais Revolução. Muito mais Revolução, e não aquela que veio apoiada pela opinião pública, como necessidade nacional, mas outra, inimiga ferrenha da distensão. Ainda que, improvavelmente, o governo

não aplique o Ato Institucional n.º 5 sobre Wilson Campos (e outros), a lição a tirar do episódio domingueiro é negativa em todos os aspectos, estamos, mais uma vez, em crise.

Magalhães Pinto, presidente do Senado, e Petronio Portella, líder do governo e presidente da Arena, deixaram clara a opção: se o Senado não condenasse o indigitado representante pernambucano, a Revolução o faria. E, mesmo que não o faça de pronto as consequências políticas, parlamentares e jurídicas serão as piores possíveis, como frisou o líder do MDB, Franco Montoro. Até que enfim, identidade de pontos de vista entre os comandantes partidários. Mas com um senão: seus comandados os repudiaram por igual, preferindo outros caminhos.

Se as provas e evidências não bastavam para a condenação de Wilson Campos, juridicamente, estava mais do que clara a questão política. Fazendo, porém, as vezes do avestruz em meio à tempestade, o Senado demonstrou não dispor de sensibilidade política.

Há que descer mais ao fundo do poço. E, na descida, identificam-se os acordes de Dinarte Mariz e sua orquestra, interessados na retomada do processo revolucionário de punições e cassações. O senador potiguar

e seus adeptos votaram pela absolvição com um propósito definido e quase declarado, se deitar gasolina ao fogo. Quanto pior, melhor. Se absolvição representava acirramento dos ânimos e quebra definitiva nas expectativas distensionistas, a solução seria — como foi — votar a favor do réu.

Surpreendente, também, o comportamento do MDB. A maioria de seus senadores jamais duvidou da culpabilidade de Campos ou dos perigos que sua absolvição acarretaria. Mesmo assim, aferraram-se ao modo das consequências de uma punição politicamente justa: para eles, condenar um companheiro por má conduta moral ou ética seria abrir as portas para que, no futuro, seus adversários condenassem outros senadores, por acusações de subversão ou contestação. O precedente foi ser argumento. A premissa transformou-se em conclusão.

O MDB, tentando evitar o incendio de amanhã, submeteu-se ao fogo de hoje. Os oposicionistas não poderão impedir que o Ato Institucional n.º 5, lançado sobre Wilson Campos, venha a atingi-los com a mesma intensidade. Raciocinaram que melhor seria salvar os ânus, entregando os dedos. E terminarão sem estes ou aqueles.

O clima em Brasília, ontem, era crítico. Ainda não alarmante, porém, bastante próximo do paroxismo que o recesso parlamentar não conseguirá evitar. Como sempre, os boatos cruzavam os ares do Planalto, vindos ou indo para o litoral: as listas estariam prontas, atingindo Wilson Campos e mais 12 parlamentares. Líderes revolucionários já teriam preparado exortações a respeito da necessidade de o Sistema isolar-se da classe política. O AI-5 seria aplicado nas próximas horas, de forma ampla. O general Geisel estaria possuído de grande irritação diante do fracasso de seu comando político no domínio das bancadas arenistas, Petronio Portella renunciaria esta semana à presidência da Arena.

Ainda que nada disso aconteça, não há como fugir da conclusão: quem se anima, agora que o bode-expiatorio se caracterizou no Senado, no Congresso e na classe política, a arriscar um tostão furado na eficácia e nas possibilidades da distensão? Afinal, distensão quer dizer o poder político-representativo gradativamente reassumindo suas prerrogativas e preparando-se para o exercício pleno do poder. E terão os políticos se mostrado à altura de sua missão futura, de modo a tranquilizar os revolucionários propriamente ditos?

Aplausos à cassação

visão - 21/7/75

Se houve setor em que os atos assinados pelo presidente da República, liquidando o chamado "caso Moreno", repercutiram bem foi o da oficialidade jovem. As punições decretadas demonstraram que os canais de comunicação vêm funcionando entre os diversos escalões das Forças Armadas e que as tendências que se fazem sentir junto aos comandos são detectadas sem demora pelo Palácio do Planalto. Do ponto de vista do Governo, a utilização do AI-5 não significa mudança de rumo na distensão política, pois esta jamais se fortaleceria se tivesse por preço a permissão à prática da corrupção. Mais: encerrado o episódio, nada impede que o esforço em favor da distensão prossiga — e alcance bons resultados.

RADICAIS DEFINEM-SE

csp-15/7

BRASÍLIA — Os setores revolucionários mais ortodoxos, sondados e visitados por seus chefes nos últimos meses, parecem fixar-se em três aspectos da realidade nacional que não desejariam ver alterados. Para eles, o Ato Institucional n.º 5 deve continuar sem prazos e sem limites; o aparelho de repressão ao terrorismo e aos subversivos não pode ser colocado no banco dos réus e a anistia aos cassados e punidos pela Revolução é inadmissível.

Ainda que em nenhum momento se coloquem em confronto com a política de distensão ou aperfeiçoamento do

regime, desenvolvida pelo presidente Geisel, tais setores da ortodoxia revolucionária entendem que o Movimento de 64 estaria comprometido caso um desses três pontos sofresse solução de continuidade ou fosse, mesmo gradativamente, sendo modificado. E julgam estar o chefe do governo plenamente identificado com tais necessidades, não devendo, em seu pronunciamento deste mês ou em qualquer ação futura, modificar ou permitir modificações no quadro. Distensão e aperfeiçoamento do regime, para eles, são metas que não passam pela dissolução ou erosão dos traços capitais do Sistema vigente. E a notícia, hoje, é esta: o chamado Sistema não admite maiores evoluções no rumo do que se con-

vencionou chamar de democratização, caso para tanto se torne necessário alterar as estruturas institucionais e jurídicas do momento, do AI-5 ao combate à subversão e à negativa da anistia.

Continuam os chamados revolucionários autênticos temerosos de que a revogação do Ato reacenda velhas paixões e ressentimentos,

Por outro lado, não admitem que possa ser colocado em xeque ou na defensiva o aparelho responsável pelo combate à subversão, hoje plenamente vitorioso. Reconhecem ter havido excessos, aqui e ali, no cumprimento dessa tarefa, mas permitem-se devassas e inquéritos no setor seria enfraquecê-lo e intimidá-lo, expondo-se todo o País ao recrudescimento da ação subversiva. E sustentam, ainda, que a anistia aos cassados representaria a negação do próprio Movimento de 64, com a abertura de um perigoso flanco no Sistema.

Uma reforma institucional ampla, destinada a aprimorar o regime, no entanto, não se faria sem a revogação da legislação excepcional e arbitrária, ainda que, no bojo da Constituição, se inserissem artigos de defesa do regime. O mesmo se dá com respeito à repressão: caso continuem não os excessos havidos anteriormente, mas simples perspectivas de que possam ocorrer sem consequências para os seus promotores, dificilmente se imaginará o regime aprimorado. Quanto à anistia, será talvez o obstáculo mais remoto.

DEVAGAR, MAS PARA A FRENTE

visão - 21/7/75

A rigor, seria dispensável o discurso do general Ernesto Geisel sobre a situação política, tão claro foi o assessor de Imprensa do Palácio do Planalto, Humberto Esmeraldo Barreto, quanto aos pontos básicos do pensamento presidencial. Justifica-se a necessidade da manifestação pela conveniência de tornar-se nítida a diretriz do Governo, turvada por uma onda de "notícias desencontradas e especulações sem qualquer fundamento" sobre alterações no Ministério, reforma da Constituição e recomposição do quadro partidário. Mas o porta-voz oficial foi enfático e taxativo ao anunciar o pronunciamento do presidente, para o qual ainda não havia data marcada.

Se a instabilidade é o dado marcante da conjuntura, o Governo entende que a melhor maneira de manter o equilíbrio consiste em adotar uma atitude de imobilismo político, resguardando o projeto de distensão como um propósito destinado a realizar-se quando e se for possível evitar o confronto com as forças que reagem à liberalização do regime. No fluxo e refluxo da expectativa, causados exatamente pela instabilidade, volta-se à situação que se observava antes da reunião dos governadores de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Quer dizer, não se pode vislumbrar qualquer passo importante no sentido da transição do regime.

MILITARES DEFENDEM INTEGRAÇÃO

ESP - JULHO / 75

A estratégia brasileira para atingir o que o sistema revolucionário conceitua como democracia plena, e se traduz pelo bem-estar social de todo o povo, identifica a segurança nacional com o desenvolvimento econômico e entende que somente a conjugação de ambos os fatores levará aos objetivos pretendidos.

Com base em tais fundamentos da doutrina da Revolução, preocupam-se os dirigentes militares, em nível de oficiais-generais, com a denominada "coesão interna", ou seja, conjunto de preceitos a serem ativados por lideranças capacitadas e ideologicamente insuspeitas, tendo como finalidade elevar o País à condição de grande potência num período não superior a 20 anos. Este o sentido da observação do presidente da República em sua mensagem de 30 de dezembro último, quando se referiu ao fato de que o Brasil, "hoje ainda em busca de seus altos destinos, será, proximamente, um país diferente, decolando, em segurança, para o plano das nações mais desenvolvidas". Analistas militares lembram que, naquela mesma oportunidade, o chefe do governo frisou não cogitar abrir mão dos instrumentos de exceção, manifestando a disposição de "acioná-los sempre, quando isso venha a impor-se para garantir a marcha que já empreendemos para o desenvolvimento político, eficaz e sadio, de nosso país".

Tais analistas procuram identificar nestas conceituações do presidente da República uma linha de coerência com seu antecessor, Emilio Médici, quando em aula inaugural na Escola Superior de Guerra, em março de 1970, afirmou: "O Estado revolucionário durará o tempo indispensável à implantação das estruturas política, jurídica, administrativa, social e econômica, capazes de promover a integração de todos os brasileiros a níveis mínimos de bem-estar". Aquela definição do ex-presidente, contudo, segundo setores militares mais jovens, contrariou conceitos por ele mesmo expedidos em diversas oportunidades, nos dois primeiros meses de seu período administrativo. Em tais oportunidades, a tônica de sua fala foi pelo restabelecimento pleno da democracia, sem adjetivações ou condi-

cionamentos, ao final de seu mandato.

Exatamente por esta razão, observam tais oficiais que o presidente Ernesto Geisel, ainda que sem assumir compromissos formais com aberturas democráticas, vem, na prática, agindo de tal maneira que mesmo o mais desatento dos observadores concluirá que este é o seu propósito. Por outro lado — ainda segundo os mesmos oficiais — Geisel em nenhum momento se referiu à duração indeterminada do processo revolucionário (não confundir com os objetivos da Revolução), embora tivesse sido explícito ao frisar que ainda não chegou o momento em que se possa prescindir do AI-5.

Como pontos de afinidade entre os dois governos, observou-se que tanto um como outro não se afastaram de um mesmo modelo nacional de desenvolvimento, cuja finalidade é a preservação e fortalecimento do Poder Nacional, resultante da conjugação dos poderes político, militar, econômico e psicossocial. A ênfase do sistema revolucionário em seu atual estágio — e que seria a última etapa antes de se alcançar o "status" de potência — consiste, segundo analistas militares, na obtenção do desenvolvimento auto-sustentável. Em consequência, estaria criada uma economia moderna, competitiva, dinâmica, capaz de realizar a democracia econômica, social e política.

Isso pressupõe a disseminação dos resultados do progresso econômico — no governo Geisel, paralelamente à criação de riqueza — alcançando todas as classes de renda e todas as regiões, e transformações sociais para modernizar as instituições, proporcionando a justa distribuição de renda e a manutenção de uma sociedade aberta em todos os sentidos. Como resultado de tais conquistas, se operaria a estabilidade

política sob o regime democrático

CONCILIAÇÃO

Neste momento, no entender de alguns setores da oficialidade, o grande desafio enfrentado pelo presidente da República consiste em conciliar o anseio natural de reaberturas democráticas com uma filosofia de governo que, embora fortemente influenciada por sua marca pessoal, nem por isso deixa de ter raízes no pensamento do Sistema, como um todo, do qual ele é o intérprete maior. Isto significa, segundo analistas em nível de Estado-Maior, que dentro de prazo relativamente curto poderão surgir definições sobre até que ponto a chamada "distensão política" trará como consequência o restabelecimento do Estado de Direito.

Existe o entendimento predominante na cúpula militar de que alguns dos objetivos nacionais — entre os quais a democracia, a preservação dos valores morais e espirituais da nacionalidade e a paz social — encontram-se sob permanente impacto da pressão de grupos contra-revolucionários, que buscam a sua destruição. Este o motivo pelo qual as Forças Armadas ainda não puderam abandonar sua participação ativa no processo político, retornando a seus deveres estritamente profissionais. Este pensamento foi refletido por um general-de-Exército já na reserva — Augusto Cesar Moniz de Aragão — que, em mensagem dirigida aos jovens oficiais a 31 de março último, disse que "no atual processo revolucionário, iniciado em 31 de março de 1964, ao contrário do que ocorreu anteriormente nas graves e perigosas crises da evolução política da Nação brasileira, as Forças Armadas não se arredaram, conservaram-se presentes, vigilantes e indormidas, por exigência de condições novas da defesa da Pátria, decorrentes das constantes e multiformes agressões da guerra ideológica". Oficiais não investidos de comando observaram, entretanto, que o pensamento das Forças Armadas, neste particular, é acentuadamente dividido, embora haja, na cúpula das corporações militares, um consenso sobre a conveniência da presença militar como fator

de dissuasão de radicalismo políticos. Esta presença representaria, inclusive, a conveniência de dar os governos revolucionários o necessário respaldo para a manutenção da legislação de exceção, enquanto ela for considerada necessária.

Foi lembrado que um ex-chefe do Estado-Maior do Exército, general Souto Mallan, ao deixar aquelas funções, em 1971, pronunciou-se em favor de "um retorno aos quartéis", para evitar o inevitável desgaste da imagem militar, em função de seu já longo envolvimento na política.

MDB E SUCESSÃO

Enquanto os oficiais mais graduados, de um modo geral, vêem no crescimento do MDB uma ameaça latente à segurança da Revolução — por sua insistência na revogação do AI-5, das leis de imprensa e de segurança, do decreto-lei 477 e em favor de uma anistia ampla e total — há setores (com menor influência ou poder de decisão) que identificam mais pontos de afinidade do que atrito entre a doutrina da Revolução, diretamente influenciada pela Escola Superior de Guerra, e o programa oposicionista. Argumentam os defensores desta tese que não há divergências incontornáveis nas metas de ambos, nos setores social e econômico, limitando-se as defasagens existentes ao campo político, mas não necessariamente quanto aos objetivos pretendidos. Os que pensam desta forma diferem dos setores mais radicais, pois enquanto estes contestam o estilo de oposição desenvolvida pelo MDB, sob o fundamento de que esta, não raro, vulnera os conceitos de segurança nacional, aqueles se situam nos limites da observação feita pelo general Rodrigo Octavio ao assumir seu cargo. O superior Tribunal Militar, em outubro de 1973. Na época, o pronunciamento daquele general foi interpretado por líderes dos dois partidos como um recado à classe política, no sentido da inconveniência de se tentar induzir o general Geisel — então já escolhido candidato à Presidência — a queimar etapas no processo de redemocratização do País. Isto porque tal atitude seria irrealista e desagradaria ao Sistema, dificultando o retorno da classe política à co-participação nas decisões de governo.

O DISCURSO DE GEISEL - 1º de Agosto de 75

ESP-2/8/75

"Brasileiros: Decorrido já algum tempo desde o pronunciamento que fiz em fins de 1974 e após a mensagem ao Congresso, de 1.º de março último, por ocasião da abertura da nova sessão legislativa, pareceu-me oportuno trazer à Nação informações essenciais atualizadas, relativamente à ação governamental com vistas ao desenvolvimento e à segurança.

No que se refere ao desenvolvimento econômico, há três preocupações fundamentais que decorrem de nossas condições internas e, também e acentuadamente, dos fortes reflexos que sofremos da crise externa. Essas preocupações referem-se ao crescimento acelerado da economia, à redução da inflação e ao equilíbrio do balanço de pagamentos.

Quanto ao crescimento da economia, temos conseguido não só evitar a recessão e o desemprego anormal, que hoje ocorrem em países industrializados, mas assegurar um razoável crescimento do Produto Interno Bruto, embora seguindo taxa inferior às registradas nos últimos anos. Foram feitos extraordinários esforços para desenvolver o crescimento industrial e a produção mineral e, particularmente, racionalizar e expandir a agropecuária. Apoiou-se significativamente a estes setores, principalmente com o fortalecimento da empresa privada e atenção especial para a de pequeno ou médio porte. Deu-se prioridade às indústrias de bens de capital e de produtos essenciais ao País, tais como: petroquímicos, fertilizantes, celulose, siderúrgicos e de metais não ferrosos. Prosseguiram os trabalhos de infra-estrutura nos setores das comunicações e dos transportes, inclusive com programas especiais — entre eles o ferroviário e o de construção naval, que estão em plena execução. O programa energético — de natureza vital para o País — foi intensificado, não apenas quanto ao aproveitamento do carvão e da energia hidráulica — em que, ao lado de muitas outras obras em andamento, se destaca o início dos trabalhos de Itaipu e de Tucuruí — mas principalmente na área do petróleo, em cuja exploração a Petrobrás está obtendo resultados promissores, com frutos a serem colhidos nos próximos anos e que nos dão maior tranquilidade quanto ao suprimento futuro de tão essencial matéria-prima. Por último, esse programa energético recebeu decisivo impulso na área da energia nuclear, com as negociações que acabam de ser ultimadas e que nos permitirão realizar no País todas as fases de uma indústria nuclear integrada, compreendendo o ciclo do combustível — desde a prospecção e extração do minério de urânio até o reprocessamento do combustível irradiado — e a produção de reatores e outras instalações nucleares, bem como de seus componentes.

Por outro lado, estão sendo concretizados, e em início de implantação, os importantes projetos regionais — Polonordeste, Polamazônia e Polocentro.

A par das devastações causadas pelas chuvas no Nordeste, preocupam-nos, sobretudo, os efeitos das recentes geadas no Paraná, São Paulo e Sul de Mato Grosso, que destruíram, além de outras culturas, grande parte de nossos cafezais e reduziram, substancialmente, as perspectivas de produção de trigo. Com forte espírito de luta contra a adversidade, estamos todos empenhados em recuperar essas regiões, evitar o desemprego e reassurar, tão cedo quanto possível, a posição do Brasil como maior produtor mundial de café.

No combate à inflação, foi contido o surto registrado no início de 1974. A comparação do aumento dos índices do custo de vida no Rio de Janeiro, de dezembro de 1973 a dezembro de 1974, de um lado, e de junho de 1974 a junho de 1975, de outro, permite-nos registrar, num período de 12 meses, uma queda desse aumento de 33,8 por cento para 25,5 por cento. Se a comparação dos aumentos do mesmo índice for feita em relação aos primeiros semestres de 1974 e 1975, num período de seis meses, a redução passa a ser de 20,3 por cento para 13,5 por cento. Com esses resultados, embora as taxas de inflação que ainda subsistem não sejam satisfatórias, podemos considerar que nossos esforços tiveram êxito e que já estamos claramente na fase descendente do processo inflacionário.

O balanço de pagamentos no Exterior é outra de nossas grandes preocupações no setor da economia. Em decorrência do aumento excepcional das importações, em boa parte pela desmesurada alta dos preços do petróleo, e apesar do forte incremento das exportações, que se elevaram a quase 8 bilhões de dólares.

Registrou-se em 1974 elevado déficit que pôde ser financiado, na sua quase totalidade, com o ingresso de capitais de empréstimos e de risco. Essa situação pode ser tolerada num ano de transição, mas não pode ser repetida por anos consecutivos, sob pena de o País endividar-se excessivamente. Por isso, para o corrente ano, adotaram-se múltiplas medidas novas, algumas recentemente, tendo em vista substituir e conter as importações e incremen-

tar as exportações. Apesar da difícil conjuntura mundial e da necessidade de não se deter o desenvolvimento do País, os resultados do 1.º semestre são animadores e atestam a validade da política que vem sendo praticada relativamente aos valores do 1.º semestre de 1974, as exportações cresceram de 36,4 por cento e as importações apenas de 8,1 por cento. Por outro lado, estima-se que, no 2.º semestre, tradicionalmente mais favoráveis para as exportações, o déficit se reduza ainda mais.

REPRESSÃO

A política exterior decorreu normalmente. Como ações de maior destaque, apresentou, além do acordo sobre energia nuclear com a República Federal Alemã, já referido, a adesão do Brasil ao Tratado da Antártida e a assinatura, em Rivera, do tratado da amizade, cooperação e comércio e outros instrumentos com a República Oriental do Uruguai.

Quanto à segurança, manteve-se a ordem e a tranquilidade em todo o País.

Os órgãos de segurança prosseguiram nas medidas preventivas contra as articulações, inclusive preparatórias, que possam concorrer para a subversão interna. Em diversas regiões têm sido presos e submetidos a inquéritos policiais e a posterior ação judicial, como incursos na Lei de Segurança.

Os serviços de informações acompanham atentamente a infiltração comunista em órgãos de comunicação, órgãos de classe, na administração pública, particularmente na área do ensino e também nos partidos políticos.

Comprovou-se a participação de agentes subversivos nas depredações ocorridas ultimamente em trens de subúrbios do Rio de Janeiro, examinando-se a provável hipótese de que aí se tenham praticado atos de sabotagem. Registrou-se também a ação desses elementos por ocasião da recente inundação em Recife, veiculando a falsa notícia de ruptura da barragem de Tapacurá, e que provocou pânico na população.

Meus senhores.

Após esta longa e possivelmente fastidiosa exposição de-sejo ainda, antes de concluir, abordar tema político relacionado com o que se vem chamando de "distensão".

A palavra está no final do discurso de 29 de agosto de 1974, aos dirigentes da Arena. Nele me referi à missão que cabe ao governo de promover o máximo de desenvolvimento possível e, a propósi-

to, aludi ao processo de lenta, gradativa e segura distensão requerida.

A partir de então, e principalmente depois das eleições de 15 de novembro, muito se tem publicado e discutido sobre a "distensão", atribuindo-se ao governo e, notadamente, ao presidente da República, intenções, objetivos, avanços, recuos, submissão e pressões, etc. que — uns e outros — absolutamente não correspondem à realidade, mas constituem fruto da imaginação e, por vezes, além do que contém de intriga e de ação negativista, representam apenas o desejo íntimo de seus autores.

A "distensão", é aí apresentada com a conotação exclusivamente política, visando, pelo que se diz, ao indispensável restabelecimento do chamado "Estado de Direito", mediante a pura e simples supressão do AI 5 e, complementarmente, a revogação do decreto-lei 477, a revisão da Lei de Segurança, a concessão de ampla anistia. Preconiza-se, também, reforma da Constituição, com a redução dos poderes do Executivo, considerados excessivos, e a ampliação das atribuições do Legislativo. Sente-se, nessas proposições, um indesejável saudosismo pelo passado não muito remoto, em que amplas disposições livres constavam do papel, nele estavam escritas, obedeciam ao aspecto teórico e formal do sistema, mas, de fato, iludiam a boa fé de muitos, pois não eram praticadas, servindo, ao invés, apenas aos apetites e ao poderio de poucos, em detrimento dos verdadeiros interesses da Nação, que se debatia na pobreza e na lesordem porque aquelas disposições estavam dissociadas da realidade.

Acredito que, em meu governo, muito já se fez no sentido de uma distensão na própria área política. Para comprová-lo, basta ver o clima em que se exercem a atividade dos partidos e o funcionamento do Poder Legislativo, em toda a parte, e ler os jornais e outros órgãos de divulgação, com a volumosa matéria política que publicam.

Mas a distensão não deve ser apenas política, nem predominantemente política. O que almejamos para a Nação — conforme tive oportunidade de salientar em mensagem que dirigi ao Congresso Nacional — é um desenvolvimento integral e humanístico, capaz, portanto, de combinar, orgânica e homogeneamente, todos os setores — político, social e econômico — da comunidade nacional. Com esse desenvolvimento é que alcançaremos a distensão, isto é, a atenuação,

se não eliminação, das tensões multiformes, sempre renovadas, que folhem o progresso da Nação e o bem-estar do povo.

De fato, constitui distensão a ação que se realizou na área social. As metas do II PND traduzem, em suma, uma política de distensão. São expressões de distensão — perdoem-me a ênfase em repeti-lo — a desvinculação do salário-mínimo de implicações monetárias, proporcionando-lhe majoração de 43%, este ano; a criação de esquemas para a casa própria aos brasileiros de menor nível de renda; a distribuição gratuita de remédios aos mais necessitados, ao lado de outras providências do maior alcance no âmbito do INPS; a reestruturação do PIS e PASEP, de forma a propiciar mais um salário-mínimo anual aos que percebem até cinco salários-mínimos.

E' distensão o conseguir-se a

regularização do abastecimento da população em generos alimentícios, não mais havendo as irritantes filas que, por anos, constituíram vexatório espetáculo nas nossas cidades.

Constitui distensão o encaminhamento da solução dos problemas crônicos e crescentes das regiões urbanas, notadamente das metropolitanas. Constitui distensão o acesso de maior numero de jovens ao ensino superior. Praticamente, o governo federal, distensão ao atribuir parte substancial de suas rendas aos Estados e Municípios, atendendo às necessidades dos menos desenvolvidos, não obstante as dificuldades economicas da hora presente.

Reitero, uma vez mais, os propósitos de perseguir o desenvolvimento político, sem compromissos de espécie alguma com fórmulas ultrapassadas e, comprovadamente, inadequadas à realidade brasileira.

Volto a exortar aos políticos

e a quantos tenham contribuído a oferecer ao aperfeiçoamento das instituições, a que prestem o seu concurso, atentos aos imperativos dos tempos atuais, que impõem vigilância em defesa dos valores espirituais e morais de nossa cultura democrática, ameaçados até mesmo nas sociedades mais desenvolvidas. Não bastarão as meras abstrações, desprovidas de operacionalidade, pois, atrás das vistosas aparências, geralmente se escondem os sintomas das contradições e impasses insanáveis. As formulações anacrônicas servem muito mais às investidas subversivas do que às boas práticas do regime democrático. Minuando as instituições pelo ataque solerte, os inimigos da democracia terminam por destruí-la.

O útil trabalho de construção política deve incluir, sempre, a lucida previsão dos resultados, numa conjuntura internacional marcada por desconcertantes desequilíbrios e tumultos. O

constante e progressivo aperfeiçoamento do regime é o ideal que obstinadamente buscamos sem aqodamentos contraproducentes. Por isso, o governo não abrirá mão dos poderes excepcionais de que dispõe, nem admite, sob quaisquer disfarces, pressões de facções ou grupos de interesses visando, artificialmente, a queimar etapas no processo de desenvolvimento político — que se requer, ao contrário, lento, meditado e progressivo para que seja seguro, realmente duradouro, construtivo e socialmente justo.

Que se queira e se saiba unir esforços, dedicações e vontades, despidos todos de motivações egoístas, intenções subalternas ou propósitos demagógicos, para que solidários possamos, cidadãos de todos os quadrantes do território pátrio e de todos os setores da sociedade brasileira, impulsionar decididamente este grande e promissor País nos altos destinos que lhe estão reservados. Assim, 'ajude-nos Deus.'

NOTAS E INFORMAÇÕES

ESP-3/8/75

A fala do presidente

Uma virtude, por certo, não se negará ao presidente Ernesto Geisel: a da coerência, associada à pertinência com que perseguir os seus objetivos. Desse ponto de vista, nada há a estranhar na ultima fala presidencial. S. exa. continua, como sempre, fiel ao seu programa inicial: desenvolver o País e cimentar as bases em que há de assentar a segurança nacional. Desde, porém, que da coerência externa se passe à análise do conteúdo, o observador não se pode furtar a um sentimento de melancolia, estimulado, talvez, pela convicção de que as esperanças que se nutriam no passado eram meras ilusões, tanto mais que a coerência e a pertinência do presidente da República não deixam ver a restia indicativa do ponto de encontro da Revolução com o Estado de Direito.

A análise atenta da fala presidencial leva a crer que o objeto das preocupações do Planalto só pode expressar sua realidade e sua existência pelos caminhos que o Poder Revolucionário lhe traçou; em outras palavras, que, não se tendo conseguido chegar ao fim do processo de eliminação das tensões e estando a subversão infiltrada em toda a parte, só prescindindo do Estado de Direito poderá o País alcançar a maioridade pretendida.

A distancia que separa os dois universos semânticos torna difícil um diálogo fecundo entre governantes e governados. Não que se pretenda dizer que o Estado, isto é, o Poder Revolucionário — que, transparece claro do discurso, o presidente Geisel encarna em sua totalidade —, e a Nação estão em conflito. O que de fato existe são interlocutores que usam as mesmas palavras para definir coisas diferentes. Enquanto o presidente reitera, "uma vez mais, os propó-

sitos de perseguir o desenvolvimento político sem compromissos de espécie alguma com fórmulas ultrapassadas e, comprovadamente, inadequadas à realidade brasileira", o todo nacional busca esse desenvolvimento pelo Estado de Direito, unica via que a história pátria lhe ensinou ser válida. Se as formas em que o ideal liberal-democrático tentou exprimir-se se mostraram muitas vezes inadequadas para atingir o equilíbrio econômico e social, deve-se buscar adaptá-las à realidade, mas não condenar o ideal, suprimindo com a manutenção integral dos instrumentos excepcionais a possibilidade de ele vir a realizar-se. Pois to-

É por tudo isso que falávamos, no início, da melancolia que a leitura da fala presidencial inspira. Dentro das categorias do presidente Geisel, seu discurso é uma peça de coerência inteiriça. Será difícil, situando-nos no seu ponto de vista, encontrar uma falha no raciocínio que leva s. exa. a reafirmar que o "governo não abrirá mão dos poderes excepcionais de que dispõe" e que não admitirá, "sob quaisquer disfarces, pressões de facções ou grupos, visando artificialmente a queimar etapas no processo de desenvolvimento político". Mas, para quem faz do processo do desenvolvimento político uma concepção mais agônica, isto é, mais humana, as proposições de s. exa. são decepcionantes. Como o presidente Ernesto Geisel, também nós repudiamos as fórmulas artificiais, as soluções abstratas e de gabinete com que muitos membros do partido oficial, inclusive delegados do Poder Revolucionário, pretendem remover o impasse político a que estamos lentamente chegando. Ao contrário de s. exa., porém, julgamos que a igualdade de todos perante a lei e a inexistência do arbítrio individual ou coletivo como juiz das ações humanas é que permitirão um desenvolvimento político "que seja seguro, realmente duradouro, construtivo e socialmente justo".

Enfim, para o presidente, a distensão é o que aí está. Desfeitas as ilusões, resta-nos consignar o fato consumado e esperar que um dia germine a semente plantada sob a neve por todos e cada um de nós, os liberais de pensamento e formação.

damente advertir: "Todo homem que detém o poder é levado a dele abusar".

Mil exemplos — as duas ultimas guerras mundiais fornecem os mais tragicos — documentam o perigo do poder indiviso para a Humanidade e para os cidadãos, exercido pelo genial girondino.

No Brasil atual, o presidente da República exerce o Poder Executivo, do e sobre o Poder Legislativo, dispõe dos poderes de cassar mandatos outorgados pelo povo; colocar em recesso o Parlamento; proscriver "ad aeternum" brasileiros da vida publica pela "suspensão" de seus direitos políticos; legislar desemepeçadamente nos hiatos congressuais por ele proprio decretados e pela via dos decretos-leis e da delegacia legislativa; absorver praticamente a competência da iniciativa das leis; responder, se e quando quiser, os pedidos parlamentares de informações ou não fazê-lo; e finalmente, se assim o entender, emudecer pela censura o Congresso e a discordancia perante a nação. Ainda do e sobre o Poder Judiciário, acumula os poderes de cassar cargos e direitos políticos dos juizes, inclusive os do Supremo Tribunal Federal, subtrair da apreciação judicial procedimentos com base nos Ato Institucionais e Complementares (art. 181 da Constituição Federal de 1969), bem como instancias da segurança de superporem, anulando-o na especie o habeas corpus, em casos de violencia, coação, prisões indeterminadas ou suas ameaças.

Com a devida venia, não se trata de "redução dos poderes do Executivo", como denuncia o honrado chefe da nação, mas da devolução de competências alienadas a seus legitimos titulares ou da erradicação de institutos antidemocraticos.

E quem os considera "exces-

A REAÇÃO DO MDB

ESP-6/8/75

E' a seguinte, na íntegra, a nota distribuida ontem por Ulysses Guimarães:

"Confirmou-se o proverbio francês: mais isto muda, mais é a mesma coisa.

A fala presidencial, espero que momentaneamente, mudou a direção do transito. "Distensão" não é o rumo para a de-

mocracia, mas a continuidade do AI-5, do decreto-lei n.º 477, a inaceitabilidade da anistia. Surpreendidos pela inversão do sinal, os que pensavam que irafegavam para a liberdade, ficaram à contramão e ameaçados de penas furibundas.

O Estado de Direito passou a ser "o chamado Estado de Direito", duas vezes apelidado: pe-

lo "chamado" e pelas aspas.

Não é saudosismo e sim dogma de direito publico, forjado pela experiencia dos povos, a verdade de que só existe democracia onde há divisão, separação e independencia de Poderes. Isto porque só o poder pode conter o poder. E' a classica e indesmentida formulação, que levou Montesquieu a vali-

sivos" não é somente a oposição, é o que universal e secularmente se entende como regime não do arbitrio unipessoal, mas da vontade geral da lei. Inclusive pela Revolução, quando reiteradamente promete e adia o retorno à "normalidade democrática".

O MDB tem diagnósticos e até formulação precisas, em seu programa, na campanha que tem desenvolvido, com o endosso da maioria do povo brasileiro após o testemunho de 15 de novembro. Em nome da oposição, convidei o governo e a Arena para um diálogo franco e de boa fé, oferecendo ao debate teses e sugestões concretas para a reforma política, inexistente sem a reforma da Constituição de 1969. O conceito de "ultrapassado" não pode atingir os regimes de países que lideram no mundo a economia, a justiça social, a cultura e a inteligência, coincidentemente nações democráticas.

Foram aventadas concepções modernas, consubstanciadas em constituições recentes da França, Itália, Alemanha Ocidental, Japão, Suécia, além de outras.

É óbvio que a oposição não iria importar o modelo adotado por Idi Amin Dada, pois nada mais ultrapassado do que o

governo baseado na força.

Se edificantes e recentes exemplos de outros povos não servem, se as propostas políticas da oposição são inaceitáveis e "passadistas", o que presta então? Afirmem à nação e à oposição, mas afirmem. Quem quer o fim, dá os meios.

Creio que desserve a todos a indefinição e hibridez que se arrastam por onze anos, o equívoco em que o País está metido, o perigoso caminho do impasse. Apesar do reconhecimento, tácito ou ostensivo, até por parte da situação, quanto à precariedade e autoritarismo do AI-5, do decreto-lei 477, da subalternidade do Legislativo do Judiciário, da violação impune das liberdades públicas, há a obstinação pela permanência imprevisível dos instrumentos do arbitrio. A oposição recusa-se a crer que a imprescindibilidade do AI-5, mais do que necessária para combater a subversão, que se apregoa injulgada, se destina a conter artificial e compulsoriamente a situação social, que ainda não encontrou respostas justas e humanas por parte das administrações post 1964.

O recurso à ironia e a increpações pejorativas aos interlocutores que convocam para um

diálogo essencial ao Brasil configuram formas de escapismo que não iludem nem convencem. Mesmo entre nós, no Estado Novo, a luta pela liberdade tinha invectivas do tipo "voto não enche a barriga" e "a lei, ora a lei...", fácil versão atual para "a Constituição, ora a Constituição..."

Pelo MDB falou, com a seriedade, coragem e equilíbrio que lhe são peculiares, o senador Roberto Saturnino, ao reiterar nossos compromissos com a democracia, registrados no programa e na ação partidária e parlamentar, advertindo, contudo, contra o risco do espantinho do comunismo estimular a ofensiva de repressão brutal e iníqua contra cidadãos, ressuscitar o "mackartismo" e a "caça às bruxas".

A oposição, mais uma vez, comparece perante a opinião pública nacional e estrangeira para afirmar, com nitidez e sem subterfugios: a revogação do AI-5 e reforma da Constituição de 1969 são premissas inafastáveis para a implantação do Estado de Direito no Brasil. Assumindo a responsabilidade de prosseguir na luta, aguarda o diálogo, o escalonamento em etapas, se isso for requisito para a emancipação final, a proposta substitui-

tiva de mecanismos de defesa do Estado, que não impliquem em irresponsabilidade e em ameaças à vida, à liberdade, à integridade física e ao patrimônio dos cidadãos.

As eleições de 15 de novembro, a distensão na censura aos meios de comunicação e os contatos com o meio político, circunscritos à situação, são etapas democráticas que o País deve ao presidente Geisel, brasileiro patriota e de bem.

A oposição sabe que o poder sempre tem problemas com sua estrutura e com contradições internas. Sem a pretensão de procurador da história, para passar atestado em seu nome, o MDB, construtivamente, ainda não perdeu o alento de que o governo Geisel nela ingresse pela estratégia final, apesar da frustração de alguns episódios, promotora do reencontro da Nação com o Estado.

Tal esperança desaconselha a oposição a dizer como Giordano Bruno, filósofo italiano do século XVI, frente à Inquisição e aos monarcas absolutistas da época: "Que ingenuidade a minha, ao pedir aos donos do poder a reforma do poder". Disse isso e nada mais disse. Porque foi queimado".

MILITARES DESTACAM REALISMO DE GEISEL

ESP-7/8/75

A impressão predominante em setores militares de Brasília, sobre o recente discurso do presidente da República, é a de que mais do que em qualquer oportunidade anterior — tomando-se como base a sua posse a 15 de março de 1974 — o general Geisel optou por buscar um apoio cada vez maior junto aos quartéis. Ele teria partido da constatação de que, diante de uma oposição em fase de crescimento e com tendências radicalizantes, e de um partido do governo em processo de esvaziamento, dificilmente teria outras alternativas.

Negam os observadores militares, porém, que o presidente tenha cedido a pressões e imprimido novos rumos ao processo político apenas pelo estreitamento das perspectivas de se apoiar num partido político e tornar viável o princípio do máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança, conforme acentuou em oportunidades anteriores. Entendem setores militares que, se o presidente Geisel retificou diretrizes de ação — e admitem que o fez —, isto decorreu de realidades emergentes que não poderiam ser ignoradas pelo chefe do governo.

Ora — observou-se — a partir do momento em que o presidente reconhece em discurso à Nação que o movimento comunista internacional vem dando demonstrações de vitalidade com tentativas, algumas bem sucedidas, de infiltração em setores-chave da vida nacional, inclusive nos partidos políticos, as consequências mal podem deixar de se fazer sentir. Num relação de causa e efeito entre o antecedente e o consequente, afigura-se aos militares como perfeitamente lógica a orientação fixada por Geisel de dizer não àqueles que se propõem a investir contra o AI-5 e o Decreto-Lei 477, em favor de uma anistia ampla e geral, e aos que pretendem, sob justificativas as mais diversas, fazer incursões de natureza política nos setores ligados à segurança nacional.

COINCIDÊNCIA

É atribuído a uma simples coincidência o fato de a orientação recém-fixada pelo presidente da República ir ao encontro dos termos do denominado (oficiosamente) "protocolo dos generais", documento cuja existência é admitida nos círculos políticos, e que teria surgido há cerca de quatro meses, por inspiração de oficiais-generais do Exército de-

fensores de uma orientação concorde com aquela que foi fixada por Geisel em seu discurso. Para os que defendem esta tese, pretender identificar a retificação de diretrizes de inteira e exclusiva responsabilidade presidencial com pressões militares, constitui tática divisionista dos inimigos da Revolução, a qual não produzirá os resultados dos pretendidos por seus autores. E mais: Geisel não mudou sua estratégia de ação, guardando linha de coerência com pronunciamentos anteriores. Simplesmente, adaptou-a a novas situações.

Julgam influentes setores militares de Brasília que a classe política — Arena e MDB — deixou passar o melhor momento para sua valorização e afirmação ao longo do primeiro semestre deste ano. Renovado o Congresso, frustraram-se as expectativas em face do que a área castrense identifica como um duplo malogro para a política de distensão, no campo estritamente político: a infiltração subversiva no partido de oposição e a inépcia do partido do governo como instrumento de sua sustentação política, o que ficou evidenciado de maneira mais nítida com o episódio Wilson Campos.

Desta forma, julgam os militares que os políticos de um modo geral, por ação ou omissão, receberam uma espécie de moção de desconfiança do presidente da República que, em várias oportunidades, lhes abriu créditos que não souberam ou não quiseram aproveitar. A interpretação, embora subjetiva e não sendo unânime, dá uma idéia do pensamento de militares com poder de decisão no âmbito das respectivas corporações. Como desdobramento deste raciocínio, observou-se que o descompasso ocorrido entre as intenções presidenciais e o comportamento da área política não conduz, necessariamente, ao temido impasse institucional, a se confirmarem as previsões de vitórias oposicionistas nas eleições de 1976 e, principalmente, 1978. Segundo um analista militar "muita água ainda vai rolar até lá", expressão que não autoriza a qualquer conclusão, inclusive quanto à possibilidade de alteração eleitoral e partidária.

E.P.

Interrompe-se o diálogo

Interrompeu-se o diálogo discreto mediante o qual o Governo e oposição procuravam uma base para a ação comum de garantir a transição do

Visão, 18 de agosto de 1975

irritação entre a oposição e o Governo", mencionado pelo presidente Ernesto Geisel em seu último discurso como prova de que se verificou "maior vitalização partidária". Ainda que tenha ocorrido que os partidos do Governo e da oposição "atu-

aram intensivamente, com plena liberdade", esse tipo de debate não produzirá consequências enquanto não se cumprir uma primeira etapa em que o Poder Executivo viabilize a realização das reformas indispensáveis. O que se interrompeu foi a tentativa de cumprir a etapa preliminar pelo cuidadoso trabalho de aproximação, desarmamento dos espíritos, restauração da confiança e equi-

o que o deputado Ulysses Guimarães, presidente do MDB, chamou de identificação das coincidências.

De repente, percebeu-se que esse trabalho, se não se iniciara prematuramente, produziria manifestações públicas que os círculos revolucionários ainda não poderiam absorver. O discurso do presidente da República tinha um indistigável tom de réplica. "Mas réplica a quê e a quem, se a

oposição vive a elogiar os propósitos do Governo?", indagava o deputado Tancredo Neves, três dias após a fala de Geisel. A resposta viria no dia seguinte, terça-feira, 5, com a nota distribuída por Ulysses Guimarães. Era a tréplica. Sem que as partes o desejassem, travava-se uma polémica entre o chefe da oposição e o chefe do Governo. Ela era facilmente perceptível, com toda a carga de ameaças que imediatamente se pôs, trazendo ao Congresso momentos de rara inquietação.

Disposto a negociar

Da mesma forma que Geisel fora levado a responder a Ulysses — embora com quarenta dias de atraso — o presidente do MDB, viu-se forçado a fazer contestação imediata ao discurso do general. O erro do dirigente oposicionista não foi criticar o discurso do presidente, mas avaliar mal a oportunidade de apresentar, no dia 20 de junho, a "carta motivadora" com que oferecia os votos dos 180 senadores e deputados do MDB para o quorum necessário à "reforma com democracia". O problema começou aí. Ulysses certamente estava possuindo da mesma "certeza moral" que tem o presidente da Câmara, deputado Célio Borja, de que Geisel deseja conduzir o país a um regime democrático.

Quando preparava a "carta motivadora", o deputado via "perspectivas estimulantes", o que se explica como resultado de entendimentos mantidos por representantes do comando oposicionista e interlocutores do Executivo. Ele devia estar muito seguro para engajar seu partido na "opção da distensão" e proclamar que o MDB "quer a normalidade democrática e, como decorrência, participará imediatamente com o presidente Geisel e a Arena de um *front* comum para mobilizar e ouvir os setores representativos do país, para a elaboração de uma Constituição democrática, que contenha as supremas definições políticas, sociais, econômicas e de justiça necessárias ao povo brasileiro". O MDB renunciava expressamente ao "método de devolução instantânea à nação de seu direito de se autodeterminar", que consistiria na pronta revogação do Ato Institucional n.º 5, esse "inimigo jurado da democracia".

Convite ao engajamento

Aquela altura, os círculos políticos já falavam do "protocolo dos generais" (referido por *O Estado de S. Paulo*, edição de 7-8-75), documento sem existência oficial ou sequer formal mas que, de qualquer modo, acentuava a ressalva sempre repetida por Geisel de que não abrirá mão dos instrumentos de exceção até que se erijam mecanismos constitucionais eficazes para a defesa da segurança nacional. Em face disso, não se pode supor que Ulysses estivesse iludido quanto à possibilidade de "queimar etapas". Ele não imaginaria, por certo, que o Governo pudesse atender, a curto prazo, ao convite ao engajamento para "identificar as coincidências e corporificá-las em etapas objetivas da chamada distensão". O convite era feito como manifestação eloqüente de boa vontade, através da qual o MDB se declarava disposto à conciliação e já apresentava os pontos básicos de uma plataforma a partir da qual negociaria, obviamente para transigir. O MDB não esperava uma resposta do Governo, ou mesmo da Arena, que fosse além daquelas declarações genéricas feitas por Célio Borja e pelo governador Paulo Egydio. Ulysses fez sondagens quanto

à oportunidade de proclamar a distensão de seu partido e o que pretendia, com a aprovação de personalidade supostamente autorizada, era animar o debate. Ele não queria muito, apesar de o tom de sua fala dar outra impressão: "O presidente Ernesto Geisel é um brasileiro honesto, responsável e corajoso. Embora eu opte pela cirurgia, como a indicada para extirpar tumores, ponho fé na distensão, com endosso honrado e responsável de seu passado, para que sem delongas a nação se reencontre na justiça, na paz e na liberdade, no bem-estar popular, na auto-sustentação de sua economia, na democracia enfim".

Esse ardor não comprometia o Governo, mas amparava sua estratégia, que era então nítida. Mas não se contava com a possibilidade de que a ausência do ministro Golbery do Couto e Silva, que problemas de saúde afastaram da chefia do Gabinete Civil, pudesse propiciar maiores alterações no equilíbrio intra-revolucionário. De fato, a situação mudou nos quarenta dias que medeiaram entre a "carta motivadora" do deputado e o discurso de Geisel. A propósito desse discurso e mencionando o "protocolo dos generais", *O Estado de S. Paulo* registrou a opinião de "observadores militares", segundo os quais "pretender identificar retificação de diretrizes de inteira responsabilidade presidencial com pressões militares constitui tática divisionista dos inimigos da Revolução... O presidente da República não mudou sua estratégia de ação, guardando linha de coerência com pronunciamentos anteriores... simplesmente, adaptou-a a novas situações".

Parceira evidente que tais situações novas se compuseram ou se tornaram irredutíveis durante a ausência de Golbery, que funcionava como catalisador e pára-raios da distensão, tal como essa política era compreendida. Em consequência, a distensão se transformou, ganhando uma dimensão que a diluiu e reduziu o seu conteúdo essencial — político. Na medida em que mudaram as situações, colocou-se para Geisel, como chefe revolucionário, a necessidade de traduzir, assumindo-as, as "realidades emergentes que não poderiam ser ignoradas", de que fala *O Estado de S. Paulo* na notícia referida. O passar do tempo — quarenta dias — aumentou a necessidade de espantar-se a ideia de uma reforma constitucional negociada, ainda que por etapas, conforme o gradualismo a que expressamente aderiu o MDB.

Por mais franca que fosse a mani-

festação de boa vontade do MDB, sua plataforma está muito além do admissível, por hipótese, pelos guardiães do sistema dominante. Se o tempo dificultava a percepção de que Geisel reajustara sua estratégia para responder a "carta motivadora", a tréplica não deixou qualquer dúvida: Quando a realidade intra-revolucionária superou a primeira tentativa de colaboração, o chefe do Governo e o chefe da oposição foram levados a reafirmar suas posições, numa polémica não declarada que ninguém desejava e que não teria como prosseguir sem grave retrocesso na situação política. Pós-se a nu, então, a fragilidade desse penoso processo de transição: a última palavra não poderia ficar com o presidente do MDB mas com o chefe do Governo, o qual, tendo falado também no tom mais alto, só poderia retrucar, agora, por ato. Estabeleceu-se no Congresso um nervosismo quase pânico em função da irritação tornada ostensiva pelo poder real e cuidou-se de encontrar um interlocutor para encerrar a polémica, ao mesmo tempo em que se articulava uma ação destinada a impedir que a controvérsia ganhasse os plenários da Câmara e do Senado. Por sorte, o diretório nacional da

Arena realizava uma reunião de rotina: o presidente do partido, senador Petrônio Portella, fez enérgica manifestação, declarando a nota de Ulysses "injuriosa e insultuosa" e "uma concessão aos radicais do seu partido", após o que foi aprovada moção de solidariedade ao que disse o chefe do Governo. Assim, a questão caiu para o âmbito dos partidos.

O episódio marcou o definitivo fracasso do primeiro ensaio de entendimento e a interrupção de um diálogo que ninguém sabe se e quando poderá ser retomado. No entanto, tranquilizado, Ulysses comenta que, em política, o que parece impossível hoje se realiza amanhã.

VAMOS TOCAR UM TANGO ARGENTINO

esp-24/8/75

FERNANDO PEDREIRA

As diretrizes iniciais do general Ernesto Geisel, hoje postas em banho-maria, pareceram a muitos dos seus próprios companheiros civis e militares não só demasiado ousadas mas até imprudentes. Por um lado, o general declarou-se decidido a promover a liberalização gradual, mas firme, do regime. Por outro, ele estava igualmente resolvido a alargar as bases sociais do sistema, distribuindo aos que vivem de salários uma fatia menos magra (ou mais gorda) do bolo.

Essas diretrizes equivaliam, como de fato equivaleram durante os últimos dez ou doze meses, a uma significativa e auspiciosa correção de curso. O que não ficou bastante claro desde o início, entretanto, é que o objetivo dessa correção de curso era fortalecer o atual regime burocrático-militar e não abrir caminho para modificações mais profundas que atingissem a sua essência e os seus fundamentos antidemocráticos.

Não há, na verdade, indícios sólidos de que o general estivesse mal satisfeito com o sistema vigente, propriamente dito, e disposto a promover ou a forçar a volta ao "chamado" estado de direito. Nesta ponto, os paralelos entre o general e seu antigo chefe, o marechal Castelo Branco, revelaram-se improprios.

Tempos atrás notei que o atual governo brasileiro podia ser definido como neocastelista e que o neocastelismo era o castelismo temperado pelo amargor da derrota político-militar de 1965-66, ocasião em que o marechal foi forçado, a contragosto, a editar o AI-2 e a admitir a escolha do seu ministro da Guerra como seu sucessor.

Talvez seja mais correto, entretanto, classificar aquilo que hoje temos como um castelismo não só temperado, mas depurado pela derrota. Não há de ser irrelevante o fato de que os homens que ora nos conduzem sejam exatamente aqueles que, no governo Castelo Branco, respondiam pela segurança, tal como a entende o sistema revolucionário: o chefe da Casa Militar, Ernes-

to Geisel, e o chefe e criador do Serviço Nacional de Informações, Golbery do Couto e Silva.

Homens como Milton Campos, que representavam a outra face do espírito do marechal Castelo (e certamente muito mais do que isto), ficaram para trás. Campos deixou o governo na hora da edição do AI-2. Mais tarde recusaria o STF e, ainda antes de morrer, teria a tristeza de ver o seu amigo e companheiro político de toda a vida, Pedro Aleixo, sumariamente despedido da vice-presidência da República por uma Junta Militar. Tempos bicudos.

II

Mas não se terá dito nem a metade das coisas se não se disser que mesmo este projeto gradualista do general Ernesto Geisel contou, e conta ainda, apenas com o apoio da fração mais esclarecida e mais lucida do País. Os intransigentes e os radicais dos dois extremos combatem-no. O grosso do establishment brasileiro, e talvez mais ainda o civil que o militar, vê com uma boa dose de reserva e até de hostilidade o seu propósito de liberalizar o regime e alargar-lhe as bases sociais.

Toda essa gente, que constitui afinal a massa de apoio do sistema, está inquieta e assustada com o que acontece em Portugal, intranquila com os obvios riscos que a conjuntura econômica das vacas magras acarreta para a segurança e a prosperidade de cada um. Não lhe parece que seja hora de sacudir o barco. Afinal, para que mexer num regime que parecia funcionar tão bem?

Os últimos atos e palavras do general Ernesto Geisel mostram-no mais receptivo do que se poderia imaginar a esse gênero de ponderações. Na verdade, depois de onze anos de Revolução, o País está mais despreparado do que nunca para uma marcha acelerada no rumo da democracia e as dificuldades, mesmo para um avanço gradual, são consideráveis.

Marcar passo, entretanto, é apenas adiar por mais tempo medidas indispensáveis que se vão tornando cada vez mais difíceis de serem tomadas, enquanto o regime se afunda no pantano político que ele próprio criou. O que há de mais apavorante na escolha deste novo presidente da Arena, com efeito, é constatar que as alternativas possíveis não eram muito melhores e também não resolveriam coisa nenhuma, embora pudessem guardar um pouco mais as aparências.

O sistema atual é construído de tal modo que o presidente pode escolher quem quiser, mas simplesmente não tem mais quem escolher. E este vazio em torno dele irá crescendo inexoravelmente, à medida que o tempo e as circunstâncias forem dissolvendo os restos do quadro que se formou antes de 64 e de 68.

**FRAGOSO
JUSTIFICA**

AI-5 e 477

Ao falar ontem na Escola Superior de Guerra, o general Augusto Fragoso, ministro do Superior Tribunal Militar, defendeu a inclusão dos "chamados crimes de corrupção" no âmbito da legislação de segurança nacional, sem prejuízo das outras medidas da administração pública, como o sequestro e o confisco de bens.

Citando Ruy Barbosa várias vezes em sua conferência aos alunos da ESG, o general Fragoso se mostrou também favorável a que as autoridades responsáveis não vacilassem em entregar "à publicidade inexorável os vorazes ladrões públicos, pequenos, médios ou grandes que, assim agindo, estariam concorrendo para o descrédito da República e desmoralização da nação".

Segundo o ministro do STM, "a preservação dos valores espirituais e morais da nacionalidade é um objetivo nacional permanente, esteja ou não expressamente incluído no rol desses objetivos, constantes do "Conceito Estratégico Nacional".

No entender do general, "se a preservação é o fortalecimento do senso moral do País é um objetivo nacional, certo é, por igual, ser a corrupção atentatória à moral da nação, atentatória também à segurança do País".

ATOS

O general Augusto Fragoso disse que o primeiro Ato Institucional da Revolução já estabelecia o afastamento sumário dos servidores públicos que houvessem "atentado contra a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estivessem sujeitos".

"O Ato Institucional seguinte — disse — de outubro de 65, definiu como crime de responsabilidade contra a probidade da administração pública a aplicação irregular, pelos prefeitos, da cota de Imposto de Renda recebida da União. No AI-5, a "luta contra a corrupção" figurava, no preâmbulo, como um dos quatro pilares do regime que a Revolução porfiava em dar ao País. E, no artigo 8, instituiu o confisco de bens de todos quantos tivessem enriquecido ilícitamente no exercício de qualquer cargo ou função pública, "sem prejuízo das sanções cabíveis". O Ato n.º 14, de 5 de setembro de 1969, deu nova redação ao parágrafo 11 do artigo 150 da Constituição de 1967, introduzindo a pena de confisco e mantendo a pena do perdimento de bens, por danos causados ao erário ou no caso de

enriquecimento ilícito no exercício de função pública".

Na opinião do general Augusto Fragoso, "dessa forma, parece justificar-se a sugestão que, para ficar melhor ressaltada, será o fecho desta conferência: a de que se examine a conveniência — que, em princípio, aceitamos — de incluir os chamados crimes de corrupção no âmbito da legislação da segurança nacional, sem prejuízo das medidas de defesa da administração pública contra alcances de seus servidores: o sequestro, o perdimento e o confisco de bens que são, conforme ensina Hely Lopes Meirelles, providência cautelar a primeira e medidas definitivas, respaldadas no artigo 153 parágrafo 11 da Constituição, as duas últimas.

Na mesma palestra, o general dividiu os críticos do Ato Institucional n.º 5 em duas categorias: "Os otimistas, sinceros sem dúvida, que julgam ter sido desnecessária a edição desse Ato em dezembro de 1968, argumentando que os instrumentos previstos na Constituição — o estado de sítio e as medidas coercitivas complementares — não chegaram a ser experimentadas na ocasião, e os malévolos, "meios opositoristas ou contestadores encapuçados".

Estes, segundo o general Fragoso, "defendem agora a revogação pura e simples do AI-5, sem que medidas, da mesma índole das que ali se contém, sejam inseridas na Lei Magna ou na legislação ordinária, como se a cessação desse ato devesse ser o passo inicial da distensão no campo político e não, como é evidente e lógico, o alvo a atingir ao fim da marcha, segura e progressiva, no rumo da democracia plena, adequada à hora presente, que concilie a segurança do Estado — ou, melhor dizendo — a segurança nacional —, com a segurança dos direitos humanos.

Em outro trecho de sua conferência, o general Augusto Fragoso fez a defesa do decreto-lei 477. "A despeito de imperfeições técnicas — afirmou — que podem ser apontadas no seu texto — e algumas, decerto, já terão sido — essas imperfeições, inerentes a qualquer obra humana, não elidem a real posição do DL-477, que há de ser interpretado não como peça isolada, corpo estranho a permanecer ameaçadoramente sobre a área estudantil, mas sim como medida inspirada visando assegurar tratamento excepcional, de todo favorável, os que labutam nessa área, parte componente de um complexo jurídico, bem mais amplo e indispensável na hora presente, quando a ameaça totalitária e subversiva paira sobre a vida das democracias".

O general Fragoso disse também que, ao contrário do que muitos supõem, "ou do mes-

tras de supor", não foi o decreto-lei 477 que vedou aos órgãos de representação estudantil qualquer ação de caráter político-partidário no âmbito das escolas, "ou a ação de incitar, promover e apoiar" ausências coletivas aos trabalhos escolares". "Tais proibições, primeiramente — afirmou — vieram contidas na lei aprovada pelo Congresso Nacional, em 9 de novembro de 1964, a lei n.º 4.464, precisamente o artigo 14, posteriormente reiteradas pelo decreto-lei 228, de 28 de fevereiro de 1967".

Durante a palestra na ESG, o general Augusto Fragoso citou repetidas vezes os discursos do presidente Ernesto Geisel, especialmente o do dia 1.º. Ao mesmo tempo, depois da orientação do presidente, visando à "tarefa renovadora da institucionalização objetiva e realista do ideário da Revolução de 64". Ele se referiu ao discurso do senador Teotônio Vilela, da Arena, em abril passado, e à série de reportagens de "O Estado de S. Paulo", sob o título "O problema institucional", publicada entre 11 e 20 de maio passado. E acrescentou: "Ao lado de tantos ideões e construtivos pronunciamentos sobre o problema da reconstrução constitucional do País, multiplicaram-se pressões e campanhas indevidas, pretendendo forçar, no quadro político, "mudanças e revisões inconvenientes, prematuras ou imprudentes", dividindo-se por trás destas pressões e campanhas "a permanente e estéril agitação de conhecidas minorias subservivas ou dos já bem identificados beneficiários da subversão, os quais, pela contestação, esperam criar o clima de intranquilidade e desordem em que soem prosperar" — tal como bem disse o presidente, em discurso de 29 de agosto do ano último".

**Renovação ESP
é relativa 16/8**

RIO — Com a escolha, pelo presidente Ernesto Geisel, do deputado Francelino Pereira para suceder ao senador Petronio Portella na presidência da Arena, o Sistema reafirma algumas das suas invariáveis diretrizes políticas, fundadas em pressupostos rígidos, em prevenções teimosas e inflexíveis. Assim é que o governo ratifica a indistigável origem udenista, praticamente reduzindo a faixa de seleção de pretendentes a postos de direção política aos remanescentes do extinto partido do brigadeiro Eduardo Gomes.

Mas também ficou fiel a uma preocupação renovadora, embora sem aprofundá-la para uma revisão de métodos e processos e contentando-se com o jogo das aparências.

O deputado Francelino Pereira significa uma renovação de quadros políticos apenas na medida em que o governo forçará a sua disciplina de um comportamento correto mas sem grandes lances biográficos

**Como ler a carta
de Luiz Viana Filho**

Brasília — Enquanto o nome do Sr. Francelino Pereira vai sendo assimilado pela opinião pública na base do vasto noticiário que normalmente se dedica à pessoa e às atividades de um novo dirigente partidário, os meios políticos continuam sem entender as razões da escolha feita pelo Presidente da República. Em São Paulo, o Sr. Paulo Egídio pergunta: "Quem é?" Em Brasília mesmo, o Ministro da Fazenda, intrigado, pergunta: "De quem se trata?" O General Ernesto Geisel terá querido fazer uma experiência nova.

Não necessariamente renovadora, mas sua decisão mergulha em terreno tão insondável que muitos políticos especulam se não se trata de uma deliberada manifestação de desaprovação pelas lideranças tradicionais, sobrevivência a deliberação do Senado no Caso Moreno.

Mas coube a um dos líderes tradicionais do Partido, o Senador Luiz Viana Filho, tido como um dos candidatos naturais ao posto, manifestar de modo indireto mas bastante côncavo a reação dos dirigentes naturais da Arena à escolha do Presidente da República. Em carta ao Senador Petronio Portella, na qual dá suas sugestões para renovação do programa partidário, declara que o faz no momento em que a Arena "ainda se ressentia do maior e mais inequívoco revés da sua breve existência" e pretende que sua contribuição ajude a restituir ao Partido a confiança "intencionalmente desaparecida de nossos filiadas". Sugere a convocação de figuras exponenciais que, pelo prestígio, tradição, cultura e respeitabilidade estejam em condições de prestigiar e popularizar a Arena. "O inviável", diz ele, afirmando diretamente no alto, "é um Partido que não loque se comunicar com a Nação através de pessoas que ela conheça, nas quais acredite".

O Senador Luiz Viana Filho defende para a Arena uma posição autônoma em relação ao Governo, a começar pelo programa. O programa da Arena deve ser um e o do Governo outro. Para evitar que o Partido seja um conglomeração artificial, "dominado pela mediocridade", diz que "a condição primeira é o Partido poder viver livremente, de modo a que, dentro de uma competição normal, se afirmem as suas lideranças naturais". E tecmente: "Partido enfiado é Partido em decadência". Ainda bem que o Senador baiano funda o seu ato na própria experiência, pois teve tempo, como membro eminente da Arena, de sentir os prejuízos que o enfundamento do Partido lhe tem causado. Sem pretender contribuir para agravar "notórias e graves dissensões" sugere uma análise profunda para "completo conhecimento do que ocorre com prestigiosos correligionários, alguns, segundo é corrente, já inclinados a abandonar as agruras da vida partidária". Insinua o missivista que um desses correligionários é o Senador Daniel Krieger.

Assegura preconizar profunda modificação na ação partidária da Arena, que deverá ser o grande estuário das aspirações dos trabalhadores, pequenos comerciantes e industriais, comerciantes, funcionários, bancários, militares, agricultores, jornalistas, advogados, médicos, engenheiros e quantos mais vivam de salários ou pequenos rendimentos. A Arena seria, no seu desejo, o grande Partido da classe média brasileira. Seu sonho, se se concretizar, todavia, a margem do seu ceticismo, será transformado em realidade sob a batuta do Deputado Francelino Pereira e não dos líderes já inclinados a abandonar as agruras da vida partidária. Eis uma crítica, uma inconformidade, se não um protesto. — Coluna do Casarão

BALEIRO CONVOCA MAIORIA SILENCIOSA CONTRA O AI-5

ESP-27/8

O ministro Almirante Baleeiro declarou ontem que cabe à maioria silenciosa do País, na sua opinião nitidamente democrática, pressionar no sentido da normalização institucional, pois "não se deve esperar que aqueles que são beneficiários do AI-5 dele abram mão, espontaneamente". Para ele, não é possível conservar-se indefinidamente a vigência de um "ato que permite o arbítrio puro e simples".

Almoçando no Clube dos Reporters Políticos, o ministro aposentado do STF defendeu a necessidade de que se faça um diagnóstico realista e objetivo da realidade política para, a partir daí encontrar-se a terapêutica adequada. Recomendou entretanto "juízo aos políticos", observando que não há de ser com exemplos como o do desfecho do "Caso Moreno" e alguns episódios que marcaram as convenções de domingo que se poderá obter a normalização. "São erros como esses — advertiu — que poderão justificar o AI-5".

Acha Baleeiro que, do ponto

de vista nitidamente jurídico, a revogação do AI-5 pode caber tanto ao presidente da República quanto ao Congresso, sendo que este deveria agir de forma lenta e trabalhosa por via das reformas constitucionais. Para ele, este segundo caminho é o mais viável, pois não há exemplo de alguém que espontaneamente abra mão dos instrumentos excepcionais que possui. Para que isso ocorra, terá de haver pressões, que podem ser endógenas ou exógenas.

Esquivou-se o antigo parlamentar udenista de propor formulas que viabilizem a normalização, lembrando que a questão no momento é política e só depois de resolvida devem ser examinadas as formulas jurídicas.

Voltando a abordar a necessidade de uma ação dos representantes políticos em favor da normalização (é contra a expressão classe política, que lhe dá idéia de "um corpo fechado, elitista e não representativo"), insistiu em sua crença de que a excepcionalidade não deverá perpetuar-se, até porque "não há ninguém que consiga enfrentar o povo e opor-se à sua vontade".

está em condições de assegurar a posse dos eleitos, ainda que a Oposição eleja os governadores de Estados como o Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.

O Sr José Bonifácio é o líder do Governo, ou seja, o porta-voz do Presidente da República na Câmara dos Deputados. Sua palavra, qualquer que seja o estilo em que esteja plasmada, é a palavra do Presidente da República e suas declarações políticas, principalmente as que faz espontaneamente, devem ser entendidas como um recado ou uma mensagem do General Ernesto Geisel aos representantes do povo. Sua mensagem foi recebida alvissareiramente pela Oposição, sem embargo de que elas não revogam as anteriores sobre revisão das Leis Eleitoral e dos Partidos, mediante a qual possam ser introduzidos no processo eleitoral salvaguardas do sistema oficial, como tal entendida, por exemplo, a adoção do voto distrital que, num primeiro momento, prejudicaria o MDB. A Arena, tanto quanto o MDB, tomará suas decisões em convenções partidárias, no seio das quais as lideranças se afirmarão na busca de interpretar os anseios do eleitorado. A Arena se enriquecerá nessa procura de autenticidade, nesse reencontro das suas vastas bases municipais com suas lideranças conhecidas.

Sob esse aspecto, a iniciativa do Deputado estadual mineiro, Sr Souza Cruz, de lançar a candidatura do Senador Magalhães Pinto a Governador de Minas antecipa efetivamente uma mobilização a que se entregará em todo o país o Partido do Governo na tentativa de se unir em torno de candidatos que tenham condições de disputar o Governo ao MDB e de frustrar as esperanças da Oposição de alcançar a prazo médio o comando da política nacional. O Senador Passarinho disputará com o Sr Alacid em convenção livre a condição de candidato a Governador do Pará. O Sr Sarney poderá ser a senha da vitória no Maranhão, o Sr Virgílio Távora no Ceará e até o Sr Dinarte Mariz no Rio Grande do Norte. O Sr Antônio Carlos Magalhães testará sua popularidade candidatando-se ao Governo da Bahia e assim por diante. É óbvio que a manutenção do processo e a garantia da sobrevivência dos Partidos e do cumprimento do calendário eleitoral animam ambos os Partidos e revigoram as esperanças de normalização.

Claro que facilidades criadas para formação de novos Partidos introduzirão no quadro elementos novos, assim como o voto distrital uninominal, que o líder do Governo sugere, assegurará ao sistema a maioria do Congresso a ser eleito em 1978, logo, resguardará para o sistema no Poder a condição de eleger o sucessor do sucessor do General Geisel. O processo revolucionário entrará em composição com o sistema político numa transição que, se for bem conduzida, poderá resultar na efetiva distensão que vinha sendo pregada, parcialmente realizada mas que de repente caíra num impasse.

O Sr José Bonifácio finalmente foi portador de boas notícias. Convém todavia aguardar confirmação pois há a hipótese de que surja a clássica ressalva segundo a qual os líderes que transmitem mensagens experimentais falam por si e não pelo Governo, quando a mensagem cai mal no centro de decisões.

Carlos Castello Branco

DIVERGENCIAS IDEOLOGICAS NO M.D.B.

ESP-7-9-75

A crise aberta, ou reaberta, no MDB não é nova, nem será a última. Pelo menos três fatores principais podem ser apontados como responsáveis pela cisão: a divergência ideológica, a luta pelo comando do partido e a preocupação de que o governo não mude as regras do jogo, para que muitos líderes opositoristas, hoje em evidência, possam amanhã superar eventuais restrições internas e externas, disputando governos estaduais e mandatos de senador, em 1978.

Enquanto na Arena a desagregação tem mais implicações parciais, na afirmação da liderança que só sobrevive à sombra dos palácios, no MDB a amplitude é outra. Estão abrangidas na legenda oposicionista as mais variadas correntes, formando uma "confederação de oposições" na luta pelo poder — hoje restrito a prefeituras importantes mas com as atenções voltadas para os governos estaduais.

O MDB só pode continuar aspirando a tornar-se poder — ou conquistar outras parcelas de poder — se conseguir sobreviver unido, se conseguir assegurar a convivência, em seus quadros, de homens e de líderes de princípios e formação diversos. Eles são conservadores e socialistas, acomodados e imaturos, homens de direita, de centro e de esquerda, defensores da empresa privada e defensores da empresa pública. Se extintos os dois partidos, o quadro que virá será outro, desconhecido, e portanto ainda não analisável.

Se o quadro mudar antes das eleições de 78, Arena e MDB entrarão no desconhecido. Daí o receio de muitos líderes credenciados com as tão apregoadas mudanças políticas a curto prazo. Não é sem razão que cresce na Arena o movimento pela revisão partidária. Se muitos acham inviável a convivência dos contrários, há os que defendem a revisão partidária após 76 para evitar o impasse de 78, se mantidas as regras do jogo e o ritmo de crescimento do MDB.

A luta agora consolidada no MDB parece reforçar o argumento dos arenistas que defendem a revisão partidária. "Se a Arena mostra-se inviável, o MDB, depois que cresceu, está se tornando também inviável, e com mais gravidade: sua luta interna tem conotações ideológicas", comentam vários líderes governistas.

Em no MDB, ao lado da preocupação com a cisão, ressurgiu com a divisão ideológica o receio de o partido se transformar em "esquerdista", para uns, e para outros, mera sublegenda da Arena, compondo tranquilamente a moldura do quadro e agindo como a "oposição consentida", com um olho no eleitorado e outro no AI-5.

MAGALHÃES PINTO: ELEIÇÕES DEVEM SER DIRETAS

ESP-3/9

BRASÍLIA — Das 48 horas que precederam a composição dos novos diretórios nacionais da Arena e do MDB resultaram fatos importantes. Mas parece ter surgido de uma conversa informal do senador Magalhães Pinto com alguns correligionários o evento de maior transcendência ou, pelo menos, o comentário destinado a maiores repercussões. Analisando as possibilidades de a Arena se recuperar — nas quais acredita —, disse o presidente do Congresso ser intei-

ramente contrário à nova transformação do sistema de eleições para governador. Em seu entender, elas devem continuar diretas, dispondo a legenda governista de amplas condições para a eleição de seus candidatos. E completou com o que se destina a ganhar as especulações futuras: "Se o sistema de eleição do presidente da República fosse direto e se o meu partido porventura me lançasse, não tenho dúvidas de que sairíamos vitoriosos na próxima sucessão".

Bonifácio deu

boas notícias J.B. 3/8

Brasília — Quarenta e oito horas depois de ter anunciado que será oportunamente revista a legislação eleitoral e partidária, o que indicava tendência para mudança das regras do jogo com vistas ao pleito de 1978, o Sr José Bonifácio voltou aos jornais com novas declarações, de irrecusável importância, para dizer, em síntese, o seguinte: 1) A Constituição não será alterada, isto é, a eleição de governadores será direta; 2) os Partidos não serão dissolvidos (o que não impede que a alteração da Lei dos Partidos facilite a organização de outros Partidos); 3) o Governo cumprirá o calendário eleitoral, isto é, depois da eleição de 1976, haverá a eleição de 1978; 4) o Governo

Para fugir ao J.B. despenhadeiro ^{24/8}

Saturnino só reforma une MDB

Brasília — O Senador Marcos Freire tomou a iniciativa de restabelecer contactos com o Deputado Ulisses Guimarães, numa tentativa de evitar que o MDB desça "pele despenhadeiro". Não há sugestões concretas para saída do impasse, mas determinação dos autênticos de impedir que o Partido se encaminhe para uma Convenção de luta, na qual se repetiriam, agravadas, as cenas que caracterizaram a Convenção fluminense. Não há sequer indicação legal de soluções, como o adiamento da Convenção ou a reabertura de prazo para inscrição de chapas. Qualquer decisão fora da prevista em lei e nos estatutos terá de surgir da criação da Justiça Eleitoral para evitar a acefalia do segundo Partido. O prazo que se esgotava ontem à meia-noite era para exame de recursos contra o registro de chapas. A chapa única fora regularmente registrada, desse registro não houve recurso e a desistência de alguns membros da lista foi o único expediente que acudiu à imaginação do advogado Leerte Vieira, apontado como chefe de reação contra o acordo entre moderados e renovadores. Em princípio, a solução seria manter o registro desistindo da desistência os desistentes. Para tanto, o Senador Marcos Freire assegurou-se da solidariedade dos seus correligionários para negociar com o Sr Ulisses Guimarães ou quem, entre os moderados, estiver em condições de negociar.

Quanto às causas da ruptura do acordo há dúvidas sobre a espontaneidade da reação entre os moderados contra os entendimentos realizados pelos Srs Ulisses Guimarães e Tales Ramalho com os renovadores. Em todo o caso, anota-se que a luta pela unidade, até a semana anterior, era da iniciativa do grupo dirigente, enquanto os autênticos se mostravam injetos a negociações. Essas somente foram retomadas com possibilidades de êxito a partir do momento em que o presidente do Partido procurou pessoalmente no Hotel Brasília Palace, o ex-Deputado Francisco Pinto para solicitar sua interferência junto aos companheiros em favor da unidade do Partido. Reconhecia-se assim uma espécie de liderança do Sr Francisco Pinto em seu grupo e apelava-se para sua autoridade partidária a fim de obter-se solução pela qual lutava a direção do Partido. O ex-Deputado baiano tudo fez pela conciliação, encontrando amparo nas ações já em curso do senador Marcos Freire e do Deputado Alencar Furtado. Muitos resistentes se renderam graças à presença persuasiva do Sr Francisco Pinto nas negociações.

Se o Sr Ulisses Guimarães não pôde sustentar um acordo realizado por intermediação que ele solicitara, algo deve ter acontecido além de uma rebelião comandada por homens da sua intimidade e da inteira confiança do Sr Tales Ramalho. Admite-se que houve sugestões externas relativas a uma possível inconformidade revolucionária com a inclusão do Sr Francisco Pinto na Executiva, para a qual fora há tempos convidado pelos dois chefes da ala moderada. Se não houve tais sugestões, terá havido pelo menos o medo de que a inconformidade viesse a se manifestar a qualquer momento. Só um fator panico geraria a reação inesperada dos moderados, segundo se acredita do lado dos autênticos.

Procura-se de qualquer forma passar por cima desse e de outros problemas e encontrar uma solução de unidade, sem a qual o MDB não sobreviverá como força importante na política nacional. Os autênticos estão na disposição de ceder, certos de que mais cedo ou mais tarde chegará o seu dia. Eles têm tempo e podem esperar. Esse o estado de espírito que os conduzia na tentativa de reabrir as negociações, coluna do castelo.

Brasília — O Senador Roberto Saturnino Braga (MDB-RJ) afirma que não tem uma fórmula no bolso para salvar a unidade de seu Partido, mas acredita no entendimento, pois não pode crer que homens responsáveis e competentes dos dois lados da mesa deixem um Partido que conduziram a vitórias brilhantes chegar no dia 21 de setembro sem realizar sua Convenção Nacional.

Partido de centro-esquerda

A revisão do programa, a criação da Fundação Alberto Pasqualini, a caracterização do MDB como um Partido de centro-esquerda são os pontos mais importantes e promissores de um trabalho altamente motivador, segundo o parlamentar fluminense.

— E não só para o Partido. É a própria revitalização da democracia e da vida política do país que está exigindo o aparecimento de um forte e amadurecido Partido de centro-esquerda. E só o MDB tem condições de preencher essa lacuna, comprometida que está a Arena com anos e anos de docil apoio a um modelo socioeconômico que precisa ser mudado.

— Talvez até por desejo — acentou — não acredito na irreversibilidade do rompimento no caso presente. Mas não só por desejo — a crise é sempre uma oportunidade para a reflexão e o amadurecimento. Houve arranhões, sem dúvida; alguns graves; mas, houve também manifestações de equilíbrio e respeito — e há ainda margem e tempo para que essas manifestações venham a se afirmar e o bem senso volte a se impor sobre a exaltação.

— Acreato, e acredito firmemente. Mas, acho também que não adiantaria acelerar esse processo de restauração sem a construção de uma sólida base consensual a respeito do modelo político, social e econômico a ser implantado. Em outras palavras, de nada valerá revogar o AI-5 e votar uma nova Constituição se não houver por trás dessas decisões, um firme propósito de todos os lados de acatar e de respeitar as novas instituições.

— Dai por que acho que a tarefa maior dos políticos de hoje — líderes civis e militares — não é a de agitar-se e mobilizar para um confronto, não é a de aprofundar as divisões existentes, mas, ao contrário, é a de buscar e identificar os objetivos comuns, é a de construir aquela base consensual indispensável — disse o representante oposicionista.

— Observou que, analisando detidamente as duas principais posições confrontantes, acredita nessa possibilidade. E adianta:

— Quais são essas posições que se confrontam hoje no Brasil?

— Vejo, de um lado, a preocupação governamental com a segurança interna, com o combate à subversão, importada ou não, capaz de ameaçar a nossa tradição ocidental, restando que a abertura política completa possa reproduzir o quadro 63/64 ou mesmo situações ainda mais graves que se observam em países muito próximos. De outro lado, nós, os emedebistas, que achamos que a preocupação dominante com a segurança estancou completamente a circulação das demandas políticas, deu origem a abusos de poder e resultou em

JORNAL DO BRASIL □ Domingo, 7/9/75

quadro social cruel e injustificável de favorecimento das classes ricas do país, e um modelo econômico correlato, baseado no consumo conspicuo de poucos, consumo conchado das nações líderes, modelo esse que fatalmente leva ao predomínio, à importância excessiva das grandes empresas multinacionais.

Áreas comuns

— Analisando mais atentamente esse quadro — frisou — será que não há grandes áreas comuns nessas duas perspectivas, ainda que ocultadas por um radicalismo lamentável? Será que não há grandes coincidências entre os objetivos da segurança com os da justiça social e os da formulação de um modelo racional?

— Será que ambas as partes não chegam a um acordo em que o crescimento econômico é um objetivo importante, mas não o mais importante? Será que de ambos os lados não haverá uma disposição de reforçar os valores morais e espirituais da nossa cultura, renovar esses valores com conceitos mais nitidos de equidade e harmonia social, assim como de preservação do meio-ambiente e dos nossos recursos naturais, e colocá-los num plano pelo menos tão respeitável quanto o do crescimento do PIB?

— Francamente eu acho que sim. Acredito firmemente que sim. E vejo na demonstração dessa viabilidade a grande tarefa dos políticos brasileiros de hoje. E acho que o MDB tem um extraordinário papel a desempenhar nesse processo. Essa tarefa específica não seria um trabalho para os líderes mais combatidos tanto do Governo quanto da Oposição. E, me parece, muito mais uma obra para ser conduzida pelos nossos homens de autoridade moral, de animo conciliador e sensibilidade política.

— Temos, felizmente, muitos deles de ambos os lados, e acho que é chegada a sua hora.

— Sem arriscar nenhuma fixação de prazos, e sem querer mesmo formular uma ordenação rigorosa, vejo como principais etapas a percorrer: ampliação e consolidação da liberdade de imprensa; caracterização e fortalecimento do MDB como o grande Partido brasileiro de centro-esquerda; reformulação e funcionamento pleno do Conselho de Direitos Humanos; restabelecimento das prerrogativas do Poder Judiciário e do habeas corpus; prosseguimento e aprofundamento da chamada distensão política, com a implementação de medidas realmente eficazes na redistribuição da riqueza; mudança do modelo econômico no sentido de diminuir a importância da empresa multinacional; discussão ampla do problema de compatibilização do regime democrático com os objetivos da segurança interna (mecanismos eficazes de defesa do Estado contra a subversão); e, finalmente, construção a indispensável base consensual, elaboração de uma nova e duradoura Constituição.

Oposição pensa em 1978

O MDB gaúcho, argumentando que a oposição não poderá ordenar e desenvolver a campanha de 1978 a partir exclusivamente das falhas do atual governo, "sob pena de arriscar o esvaziamento de sua mensagem", aprovou, para ser encaminhado à convenção nacional, um programa mínimo de três pontos com vistas à campanha: elaboração de nova Constituição; formulação de novas diretrizes para a política econômico-social do País; e reestruturação do partido a nível nacional. As sugestões do MDB gaúcho estão contidas num documento intitulado "O MDB aproximando o futuro". O documento do MDB gau-

cho, com 16 laudas, analisa os resultados político-partidários das últimas eleições e faz considerações sobre a formulação de modelos próprios para a oposição, visando a "dotar o partido de verdadeiras marcas de identidade perante a opinião pública". Focalizando a questão institucional, lembra que é colocada e não resolvida há 11 anos, sempre girando em torno da existência de uma Constituição legítima.

Argumenta que, como não foi aceito "o chamamento nobre e aberto" do presidente nacional do partido, Ulisses Guimarães, pedindo a união da Arena e do MDB na elaboração conjunta de um projeto de re-

forma constitucional, entende a oposição gaúcha que "sabe ao MDB elaborar, desenvolver e submeter à Nação, sob sua conta e risco, o seu projeto de reforma constitucional, do qual deverão constar obrigatoriamente os direitos e garantias individuais, assim como os direitos coletivos". A reforma constitucional, precedida de amplo debate, deve conduzir o País a uma saída para o impasse em que se encontra, "de obter, a qualquer preço, a pacificação da família brasileira, de escudar a estabilidade do regime político sem que, no seu corpo, permaneçam arbitrariamente inseridos, os atos de exceção".

ESP-26/8

BRASIL - AMERICA LATINA

DISCURSO DO MIN. EXTERIOR AZEREDO SILVEIRA

ESP-15/8/75

Esta é a íntegra do discurso de Silveira:

"Tem um grande significado para mim falar aos senhores, por ocasião da inauguração do Centro de Documentação sobre a América Latina, da Universidade de São Paulo. Como os senhores sabem, desde os primeiros momentos do seu governo, o presidente Ernesto Geisel destacou a importância especial da América Latina como cenário para a política externa do País. E o Ministério das Relações Exteriores, como principal executor da política externa, vem fielmente cumprindo essa diretriz, dando atenção prioritária ao bom desenvolvimento das relações continentais.

Poder-se-ia pensar que essa atenção prioritária para a problemática das relações com a América Latina seria uma consequência natural de nossa própria posição geográfica no Continente. E, de fato, nunca o Brasil se perdeu da perspectiva hemisférica que lhe é fundamental. O que o presidente Geisel salientou, porém, foi a necessidade de reavaliação de nossa política externa, à luz do progresso nacional realizado e das mudanças ocorridas em países do Hemisfério, e em outros quadrantes do mundo, que resultaram num novo sistema de poder relativo no Continente e numa nova posição da América Latina no cenário mundial.

De fato, o extraordinário crescimento econômico do Brasil nos últimos dez anos havia projetado o País em escala nunca vista no cenário latino-americano. Com isso, aumentaram nossos interesses e nossas responsabilidades na área.

Inevitavelmente, essa presença maior de Brasil afeta tanto a nossa política externa quanto a dos demais países do Continente.

Como o Brasil, outros países latino-americanos passaram por transformações que aumentaram substancialmente seus interesses regionais e sua capacidade de atuação externa.

Por outro lado, o cenário mundial sofreu importantes modificações no curso dos últimos anos, com inevitáveis repercussões sobre o relacionamento dos países do Continente com o resto do mundo e entre eles próprios. A emergência de novos focos de poder econômico no plano mundial, de que participam países menos desenvolvidos, inclusive nações latino-americanas, tem levado a uma redefinição das relações entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos que afeta, também, a evolução das relações intra-continentais nas Américas. A reação norte-americana às novas realidades de distribuição do poder econômico e político no plano mundial tem imediatas repercussões na política hemisférica pelo próprio peso específico daquele país no Continente. A própria "detente" enquanto representa, sobretudo, uma tentativa de acomodação entre as superpotências, não deixa de influir no curso das relações inter-americanas. É característico, nesse sentido, que a grande maioria das nações que patrocinaram o levantamento das sanções contra Cuba — recentemente efetivado em Costa Rica — tenham esgrimido em favor de suas teses, argumentos baseados na "detente" e não no exame estrito das relações inter-americanas e nos aspectos jurídicos e políticos da questão no âmbito exclusivo do TIAR.

Outra transformação importante do cenário político-econômico mundial — e esta de impacto direto na região latino-americana — é o surgimento de novos atores que hoje se perfilam ao lado do Estado-Nação. Refiro-me às corporações transnacionais — este ente

ainda algo misterioso e a cuja ambigüidade o presidente Geisel aludiu em um dos seus primeiros pronunciamentos à Nação, ao assinalar que ainda não nos era dado saber se a sua presença cresceria nas relações internacionais se faria sentir (cito) "para o bem ou, talvez, para o mal". Obviamente, o fenômeno de empresas com operações transnacionais, inclusive no setor da produção, não é peculiar desta fase em que vivemos. E não cabe aqui recapitular como toda a evolução das modernas economias de mercado se fez simultaneamente com o estabelecimento de uma vasta rede de operações produtivas, comerciais e financeiras, que transcendiam em muito as fronteiras nacionais. Mas é indubitável, que foi nesse século e muito particularmente, em sua segunda metade, que os investimentos internacionais se expandiram enormemente e penetraram em setores tais como os da produção de manufaturas e da intermediação financeira, até há pouco reservados, em forma dominante, aos capitais nacionais.

Na América Latina, o impacto desse novo fenômeno é particularmente sentido. Por um lado, a região é uma das que tem recebido maior aporte de técnicas e de capitais, com todos os seus reflexos positivos nas exportações, no nível de emprego e no próprio crescimento econômico de cada país. Por outro, é também um fato que a maneira como operam muitas transnacionais tem sido razão de atritos entre governos de países da região e daqueles de onde se originam muitas dessas empresas, com reflexos para o conjunto das relações intracontinentais. É assim que o Brasil, embora sem maiores problemas ele próprio nesse terreno, tem apoiado a realização de estudos que permitam alcançar um maior disciplinamento da atuação destes novos agentes, seja através de um código de conduta, seja através de um conjunto de normas indicativas negociadas e livremente acordadas entre governos. Como os senhores sabem, era este um dos temas propostos como parte do "Novo Diálogo" com os Estados Unidos da América e que chegou a ser objeto de algumas reuniões intergovernamentais realizadas em Washington. Quando da interrupção das negociações sobre esse tema, por motivos políticos estranhos ao seu objeto específico, já havia sido possível chegar-se a uma posição comum da América Latina sobre algumas normas gerais. Tenho a esperança de que o "Diálogo" com os Estados Unidos da América seja retomado ao nível formal que propôs o secretário Kissinger e que a posição comum fixada pela América Latina constitua a base de um texto que possa ser subscrito, também por aquele país.

Assinalei até aqui algumas tendências importantes das relações internacionais e como elas repercutem na América Latina. Quero agora delinear os objetivos básicos do Brasil na região, para poder, em seguida, mostrar como eles se concretizam em ações diplomáticas, tanto no plano bilateral como no multilateral.

Em suas relações globais com a América Latina, o Brasil é movido por algumas preocupações fundamentais ligadas ao seu desenvolvimento e a sua segurança.

Uma delas — comum, aliás, à maioria dos países americanos — é a de que, na medida do possível, não se altere o "status quo" territorial. O Continente tem estado razoavelmente livre de conflitos armados em razão de dispu-

tas de fronteiras. Para o Brasil, país com dez vizinhos e uma das mais vastas fronteiras terrestres do mundo, é importante que essa situação não se modifique. Isso não quer dizer que deixamos de reconhecer a legitimidade de certas pretensões de inequívoco significado político para todo o Continente, nem que deixamos de dar e nosso apoio às aspirações de população do Continente à liberdade contra a presença colonial. Em qualquer hipótese, porém, nosso interesse é o de que essas mudanças ocorram através da negociação e do entendimento e não de conflitos armados.

Quanto às disputas entre Estados americanos pela soberania sobre territórios contestados, nossa posição segue sendo a de oferecer exemplo brasileiro de haver resolvido problemas semelhantes sempre pela via da conciliação e do arbitramento. Temos procurado exercer a nossa ação nesse sentido e, pelo menos num caso, como também o fizeram outros países vizinhos, servimos de instrumento para a reaproximação entre dois países, com problemas de fronteira: o Chile e a Bolívia.

Da mesma maneira, espera o Brasil que a evolução política interna de cada país se processe por vias pacíficas, com o mínimo de radicalização e de violência, para que não se perturbe o clima de cooperação indispensável ao progresso ordeiro da região. Nesse sentido, nossa atuação junto aos demais governos tem de ser necessariamente, a mais cuidadosa. Recusa-se o Brasil a interferir nos assuntos internos dos seus vizinhos por convicções éticas e por saber quão ilusório é o equilíbrio resultante de pressões externas. A ênfase de nossa política externa no quadro latino-americano é, assim, colocada no esforço de convencimento de que as relações de colaboração são mais eficientes do que as de antagonismo, para os fins do progresso material e social de todos.

Uma terceira preocupação da nossa diplomacia é a de evitar que predomine na América Latina tendências para a aglutinação sub-regional em nodulos de países com espírito confrontativo ou aspirações de rivalidade. Para nós, os elementos comuns entre os diversos países da região predominam e devem prevalecer sobre os de diferença ou divergência. Longe de nos sentirmos separados dos nossos vizinhos pelas características a nós peculiares, a eles, a cada um deles, nos sentimos unidos pelas inúmeras coincidências raciais, culturais, socio-econômicas e muitas outras, ou pela convergência de interesses nacionais. Esse espírito que domina nossas relações bilaterais com cada país, procuramos difundir as relações continentais como um todo. Para cultivá-lo, fez o Brasil objetivo principal de sua política externa na área criar com cada vizinho, individualmente, e com todos, coletivamente, vínculos reais de interesse econômico que tornem as boas relações um imperativo e não uma contingência.

Dissimos, no início, que o mesmo espírito que anima as nossas relações bilaterais procuramos difundir as relações multilaterais no Continente. Não regateamos, pois, nossa participação nas iniciativas latino-americanas com vistas à cooperação intra-regional. Pelo contrário, as apoiamos e procuramos a elas dar o melhor de nossa contribuição.

A recente criação do Sistema Econômico Latino-Americano, o SELA, é um exemplo em pauta.

Compreendemos as razões profundas que conduziram ao surgimento da idéia do SELA. Os países latino-americanos reconhecem, cada vez com mais nitidez, que a

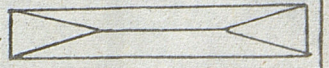
cooperação hemisférica em assuntos econômicos tem encontrado fimeças barreiras ao passar do plano intencional para o real. Isso os leva a pretender reforçar os mecanismos de cooperação econômica ao nível sub-regional latino-americano.

Até certo ponto, o SELA é o resultado da frustração latino-americana com o insucesso do esforço de cooperação continental a que se denominou de "Novo Diálogo". Daí porque se pensou que o SELA pudesse surgir com intuitos de confrontação com relação ao parceiro do diálogo interrompido. Na verdade, nem o diálogo está terminado nem o congraçamento latino-americano pretende substituí-lo.

Essas reflexões nos levam a meditar sobre o sentido que tenderão a tomar no futuro as relações entre a América Latina e os Estados Unidos da América. Muitos falam de crise nessas relações, com a conotação negativa que se costuma emprestar a esta palavra. Para mim, o conceito de crise é eminentemente positivo, e carrega consigo, conforme sua etimologia, as idéias de distinção, de escolha, de decisão e de solução. Nesse contexto, a "crise" nas relações inter-americanas não é senão o resultado de um longo processo através do qual a América Latina procura afirmar a sua maturidade e a sua capacidade de dialogar com os Estados Unidos da América como um parceiro cuja autonomia e especificidade de interesses se deve respeitar. A essa realidade distinta, precisa, deve corresponder o reconhecimento de que novas formas de relacionamento hemisféricas se impõem.

Diálogo é aqui a palavra chave. Por detrás de todas as suas manifestações de insatisfação, pode-se ler o desejo da América Latina de entreter com os Estados Unidos da América um relacionamento mais construtivo. Esse relacionamento, se pressupõe pontos de vista diferentes, não os estima necessariamente conflitantes. O secretário de Estado Kissinger soube, a certa altura, apreender esse estado de espírito. A reação favorável da América Latina à sua proposta de formalização de um novo esquema de relações, na forma que chamou de "Novo Diálogo" demonstrou claramente que não prevalecia no Continente o espírito de confrontação. E de lamentar-se que tão fugazmente se tenha esbatido o que, por um momento, se chamou de "o espírito de Tlatelolco". Não devemos perder as esperanças, porém, de que será possível retomar o diálogo na totalidade de suas intenções originais.

O Continente latino-americano é e se sente parte da comunidade de nações que reparte a crença nos valores fundamentais da civilização ocidental. Como país mais poderoso do Continente, os Estados Unidos da América têm uma responsabilidade acrescida na condução das suas relações com os demais países do Hemisfério, para que sejam realizadas as aspirações dominantes dos países da região, derivadas daqueles mesmos valores que são o nosso patrimônio comum. Ao se transformarem em realidade, essas aspirações terão de significar para todos os países oportunidades crescentes de desenvolvimento econômico, e social, maior capacidade de atuação no plano internacional para a defesa dos interesses nacionais, e a possibilidade de projetar-se no futuro com a certeza da paz e a esperança da concordia.



Abertos créditos à Bolívia

ESP-26/8/75

BRASILIA — O presidente Geisel assinou ontem atos administrativos que autorizam o Banco Central do Brasil a abrir dois créditos no valor total de 60 milhões de dólares em favor da Bolívia, previstos no chamado "Acordo do Gás", firmado pelos presidentes dos dois países, em maio do ano passado.

Um crédito de 50 milhões de dólares se destina à constituição de um fundo nacio-

nal de desenvolvimento na Bolívia e um outro, de 10 milhões de dólares, ao financiamento de estudos sobre programas e projetos industriais no polo de desenvolvimento que o governo boliviano pretende instalar no Sudeste do País.

Esses projetos incluem a exploração do gás natural que, pelo acordo assinado em maio de 1974, o governo boliviano se comprometeu a vender ao Brasil.

SILVEIRA PEDE AÇÃO COMUM DOS SUBDESENVOLVIDOS

JB-1/9/75

Nova Iorque — Buscar um denominador comum entre as reivindicações e posições dos países em desenvolvimento, não permitindo que elas se diluam no conflito dos interesses particulares envolvidos ou se percam nos múltiplos foros em que vêm sendo debatidos com as nações industrializadas, é o sentido básico da proposta que o Brasil vai apresentar hoje, pela palavra do Chanceler Azeredo da Silveira, na abertura da sessão especial da ONU.

BRASIL AMPLIA O INTERCAMBIO COM A NIGERIA

esp-9/7/75

Um porta-voz da Embaixada da Nigeria informou ontem que o Brasil instalará uma refinaria nesse país, de acordo com entendimentos mantidos com a Petrobrás e com a Braspetro. Essa decisão foi definida após a visita que o vice-ministro de Minas e Energia e presidente da empresa estatal nigeriana de petróleo, Phillip C. Asiodu, fez recentemente ao Brasil.

O Brasil pretende atender ao apelo feito pelo vice-ministro de ampliar a quantidade de petróleo importado da Nigeria, que é de excelente qualidade e, por isso, mais caro.

Em sequencia dos entendimentos mantidos então, o Brasil comprará produtos petroquímicos, querosene e outros derivados de petróleo na Nigeria. Foram mantidos contatos com a Petrobrás para definir "possíveis áreas de cooperação" no setor petrolífero, prevendo-se resultados concretos a curto prazo.

A Nigeria defende a tese de que os preços do petróleo devem ser garantidos e as receitas provenientes das vendas protegidas contra a inflação. Esse país entende que todos os debates a respeito de petróleo

devem incluir todas as outras matérias-primas, a fim de proteger as nações que não produzem petróleo.

O Brasil está montando um sofisticado esquema de telecomunicações na Nigeria e inaugurará, brevemente, uma agência bancária particular na cidade de Joz. O comercio entre os dois países também está sendo estimulado, com uma serie de convites ao empresário brasileiro, especialmente o paulista, para que visite a Nigeria e "localize os setores em que poderiam colocar seus produtos e contribuir para o rápido desenvolvimento que o país está experimentando".

A Nigeria admite que os produtos brasileiros terão que enfrentar uma difícil concorrência com outros países, no mercado nigeriano, mas espera que na próxima Feira Internacional de Comercio, que será realizada em Lagos, os industriais brasileiros avaliem as possibilidades de demanda desse país africano.

A Nigeria também está interessada em receber equipamentos de terraplenagem e obter apoio na construção de estradas e na industria siderurgica.



Companheiro Angelo Pezzuti Silva (1946/1975) Presente!

No dia 11 de setembro passado morreu num acidente o companheiro Angelo Pezzuti Silva.

O companheiro Angelo iniciou suas atividades políticas no movimento estudantil logo após o golpe de 64. Militante da POLOP em 1965, é um dos responsáveis pelo trabalho junto aos estudantes que naquele momento constituíam um dos centros mais ativos de oposição a ditadura.

Em 1967, após a cisão da POLOP passa a ser um dos dirigentes do grupo de Minas que posteriormente se transforma na COLINA, destacando-se por sua total dedicação a militância. Escreve alguns artigos, entre eles "O Marxismo na America Latina".

Preso no começo de 1969 é selvagememente torturado, resistindo com um comportamento exemplar que se transformou num estímulo a seus camaradas. No ano seguinte incentiva e participa da feitura de um documento dos prisioneiros denunciando os métodos de tortura. Divulgado no Brasil e no exterior, o texto transforma-se num requisitório contra a ditadura.

Libertado junto com 39 outros prisioneiros em troca do embaixador alemão, Angelo vai para o Chile onde continua sua militancia e trabalha como médico, até o golpe de setembro de 1973. Refugiado na França, trabalhava na clinica psiquiatrica de Laborde.

Sua morte brutal emocionou todos aqueles que o conheceram, especialmente os que com ele conviveram e sentiram de perto seu companheirismo e sua firmeza militante. Seu corpo foi incinerado no dia 18 de setembro numa cerimônia no cemitério Père-Lachaise em Paris. Suas cinzas deverão ser levadas para o Brasil.

COMPANHEIRO ANGELO PEZZUTI - PRESENTE !

ANISTIA



1945
1975

movimento feminino pela anistia

REPRODUZIDO POR CONJUNTURA BRASILEIRA